

ELIÉTE MARIA DE LIMA

**A Proteção Social no Âmbito da Família: um estudo sobre as famílias do
Bairro Monte Cristo em Florianópolis.**

Florianópolis (SC), Fevereiro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO

**A Proteção Social no Âmbito da Família: um estudo sobre as famílias do
Bairro Monte Cristo em Florianópolis.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora **Regina Célia Tamasso
Mioto, Dr^a.**

Florianópolis (SC), Fevereiro de 2006.

Dedico este trabalho às famílias que fizeram parte da minha trajetória de vida profissional e me inspiraram para a construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir um objetivo tomamos conhecimento que muitas pessoas estiveram presentes nesse processo, não apenas aquelas que participaram direta e ativamente, mas também aquelas que há muito tempo nos inspiram e incentivam. Dessa forma, quero agradecer aos colaboradores de “hoje”, mas também aos de “ontem” que ao longo do tempo foram presenças importantes para a realização desse trabalho.

Agradeço especialmente ao Jeferson que pelo seu amor e ternura me dá força e me incentiva a continuar. E, também à Amanda, nossa filha, que na beleza de sua infância me conforta e me apóia. Amo vocês.

Aos meus pais, especialmente à minha mãe, que sempre me incentivou a prosseguir nesta caminhada. Obrigado, vocês são especiais.

Aos meus familiares especialmente às minhas irmãs Edilene e Edinete e aos meus sobrinhos Léo, Gabi e Yuri, pela presença e carinho.

À professora e orientadora Regina Célia, pelo incentivo, dedicação, paciência e doçura, com que me orientou. Muito obrigado.

Aos amigos da comunidade Chico Mendes especialmente ao Dodô e à Francisca. Amigos queridos.

Às amigas e amigos do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar com quem há alguns anos compartilho as angústias e alegrias do agir profissional. Adoro vocês.

Às famílias, sujeitos da pesquisa, que possibilitaram-me ricos momentos de aprendizado e reflexão, além de contribuírem através deste trabalho, para o despertar de outras possibilidades e novas criações que outros profissionais e/ou estudiosos possam vir a fazer. Agradeço a todas.

Aos profissionais da Escola América Dutra Machado, especialmente às professoras das primeiras séries do ano de 2004 e as diretoras Elaine e Maria Clara pelo acolhimento e disponibilidade em me ajudar nesta tarefa. Muito Obrigado.

À equipe componente da banca, professoras Marli Palma Souza e Marta Silva Campos pelo empenho com que avaliaram este trabalho desde a banca de qualificação e pelas valiosas sugestões que ajudaram a qualificá-lo.

Ao professor Manuel R. O. Lino do Centro Tecnológico da UFSC, pela disponibilidade em me orientar na elaboração do formulário de pesquisa.

Um agradecimento especial à professora Marielza pela disponibilidade e dedicação na revisão desta dissertação, o que contribuiu para aprimorá-la.

As (aos) professoras (es) do Departamento de Serviço Social desta universidade que muito me ensinaram ao longo desses anos, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional.

À todos muito obrigado!

Resumo

A presente dissertação tem como objeto de estudo a relação família e proteção social, com o objetivo de conhecer a organização estabelecida pela família para o exercício da proteção social. Para esta análise se tem como base os seguintes pressupostos: a família vem ocupando um lugar central na proteção social, sem que tenha condições de assumir o que vem sendo delegado pelo Estado e pela sociedade; a proteção social ao estar centrada na família exige além do acionamento da provisão de recursos, uma excessiva dose de trabalho familiar, tanto na articulação da provisão social, como no exercício da reprodução cotidiana. Este trabalho se constitui em uma pesquisa social do tipo descritiva, de caráter qualitativo. A pesquisa foi desenvolvida com quinze famílias de crianças que freqüentam a escola pública de referência do Bairro Monte Cristo. Os dados obtidos mostram: a naturalização do papel da família na proteção social; a organização da família e sua relação com a rede social para a provisão da proteção social. Nesse ponto destaca-se que o acionamento da rede social se dá diante da necessidade de subsistência do grupo familiar, da necessidade de proteção de crianças e adolescentes e da pressão dos órgãos públicos de proteção a esses sujeitos; e há expectativa que o auxílio venha em primeiro lugar da rede familiar, denotando a obrigação moral entre os consangüíneos de prover a ajuda; e ainda, que a mãe é a principal provedora e a família está sobrecarregada. As grandes ajudas recebidas pela família referem-se à manutenção da subsistência, à necessidade de “cuidadores públicos” para auxiliar no cuidado de crianças e adolescentes, e à suplementação da renda familiar através dos programas de transferência de renda. As conclusões desse estudo apontam para a necessidade de criação de políticas públicas que valorizem o espaço familiar como um todo e partilhem com a família a responsabilidade pela proteção social.

Palavras Chaves: família, proteção social, rede social.

Abstract

The purpose of this dissertation is to study the relationship between the family and social protection, in order to understand how families organize themselves to exercise social protection. The analysis is based on the following suppositions: the family has occupied a central place in social protection, but is not able to assume that which has been delegated to it by the State and the society; social protection centered on the family requires, in addition to the provision of resources, an excess of work by the family, to both articulate social services and to exercise daily reproduction. This work is based on a descriptive social study of a qualitative character. The research was undertaken with 15 families with children who attend the model public school in the Monte Cristo neighborhood of Florianópolis, SC. The data obtained reveal the naturalization of the role of the family in social protection and the organization of the family and its relationship with the social network for the provision of social protection. This issue highlights that the engagement of the social network takes place given the subsistence needs of the family group, the need to protect children and adolescents and the pressure from public protection organs on these subjects; there is an expectation that assistance comes first from the family network, noting the moral obligation among blood relatives to provide assistance; and also, that the mother is the principal care provider and that the family is overburdened. The considerable help received by the family is related to subsistence needs, the need for “public caretakers” to assist in caring for children and adolescents, and supplements to family income through income transfer programs. The conclusions of this study indicate the need for the creation of public policies that recognize the importance of the family space as a whole and that share with the family the responsibility for social protection.

Key words: family, social protection, social network.

Sumário

Resumo.....	05
Abstract.....	06
Introdução.....	09
Capítulo Primeiro – A Família em Questão	17
1.1 As transformações na família	21
1.2 As diferentes formas de compreender família	27
1.2.1 A concepção de família como agregado doméstico	28
1.2.2 A concepção de família nas Pesquisas Demográficas Brasileiras	30
1.2.3 A concepção de família como rede de relações	32
1.3 Família e rede social	35
Capítulo Segundo – Família e Proteção Social	44
2.1 A família por “trás” do Estado na provisão da proteção social.....	48
2.2 A família na “frente” do Estado na provisão da proteção social.....	59
Capítulo Terceiro – Construindo a Pesquisa e Apresentando as Famílias	71
3.1 Os procedimentos da pesquisa	72
3.2 O Bairro Monte Cristo	75
3.3 As famílias pesquisadas	82
3.3.1 As famílias segundo as próprias famílias	82
3.3.2 O “perfil sócio-econômico” das famílias	85
Capítulo Quarto – A Organização Empreendida pela Família para a Proteção Social ..	96
4.1 A organização familiar para a proteção	97
4.1.1 Quanto aos gastos	97

4.1.2 Quanto às tarefas domésticas.....	
4.1.3 Quanto às tarefas de cuidados.....	99
4.1.4 Quanto à rede de serviços	102
4.2 Família e rede social: a família na busca de proteção	104
4.2.1 Família e rede social: a movimentação da família em torno da rede primária	105
4.2.2 Família e rede social: a movimentação da família em torno da rede secundária	110
4.3 A circulação da família entre a rede social no exercício da proteção	126
5 Considerações Finais	131
Referências Bibliográficas	141
Anexos.....	150

Introdução

Uma das características que acompanham a família ao longo do seu desenvolvimento é a solidariedade entre as gerações. Para Levi Strauss (apud CANEVACCI, 1985, p.31) “a ajuda mútua é um elemento caracterizador da família desde suas origens”. Essa reciprocidade para o autor é condição da própria sobrevivência dos seres humanos, pois a reprodução destes, só é possível pelos cuidados que dedicam uns aos outros, tarefa geralmente realizada por esse grupo chamado família.

Dessa forma, a família pode ser tomada como o lugar privilegiado de preservação da vida. É nesse espaço que se evidencia o cuidado entre as gerações, onde pessoas aprendem a ser e a conviver em sociedade (MIOTO, 1997). Entretanto, a forma de viver em família e o exercício da proteção social no âmbito familiar modificam-se nas diversas sociedades, e estão intimamente conectadas com as determinações econômicas, políticas e culturais.

As transformações sociais contemporâneas alteraram os modelos tradicionais de família, modificando não só a estrutura e a dinâmica de seu funcionamento e organização, mas também as relações e a forma de convivência no ambiente doméstico. As mudanças mais destacadas pelos estudiosos relacionam-se as transformações demográficas (queda na taxa de natalidade e de mortalidade, com conseqüente aumento da expectativa de vida); a participação das mulheres no mercado de trabalho (maior responsável pela transformação do papel social das mulheres); a mudança na forma de viver a sexualidade; o aumento do número de mulheres chefes de família, entre outras; o que tem provocado alterações de valores e comportamentos no interior da família. Novos arranjos de família e relação familiar surgem nesse contexto, a ponto de atualmente encontrarmos uma multiplicidade de formas de família e de convivência (JELIN, 1998). Entre estas, destacamos: - famílias monoparentais, principalmente de mães com filhos; casais sem filhos; famílias em que convivem três gerações; famílias recompostas; casais homossexuais, etc.

Concordamos com Pereira (1995) quando avalia que:

Todas essas mudanças têm atingido e modificado os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar¹, considerados elementos básicos de proteção dos indivíduos e anteparo primário contra as

¹ Grifo da autora.

agressões externas e a exclusão social, (...) Esses mecanismos restringem-se, agora, a uma interação limitada e precária entre poucos membros da família, sendo difícil para a mãe ou pai solteiros ou descasados apoiar-se neles, mesmo que possuam uma rede vasta de parentesco. É que esta rede também é atingida por essas mudanças e tende a se apresentar relativamente dispersa (p.105).

Dessa forma, depreende-se, que se por um lado as mudanças atuais são propulsoras de maior liberdade e autonomia dos indivíduos no âmbito familiar, por outro elas tornam mais frágeis as organizações familiares no que se refere ao desenvolvimento das funções de cuidado e proteção, pois a família pode contar menos com a rede familiar.

Na conjuntura atual, muitos autores têm relatado que o Estado assume novas configurações, denominadas de diferentes formas como Estado Pluralista, Welfare Mix, Estado Privatista, entre outros. Nessa perspectiva, observa-se o retraimento do Estado em relação aos investimentos sociais, bem como na regulação da economia (garantia de salário e emprego) tanto nos países centrais como nos periféricos, tendo como consequência o aumento da pobreza, desemprego, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, educação, moradia, entre outros. As famílias pobres tornam-se ainda mais vulneráveis nesse contexto, pois estão mais expostas aos riscos de um sistema econômico competitivo e excludente. Na maioria dos Estados adota-se o direcionamento neoliberal e constata-se a desresponsabilização pela área social, levando a organização de sistemas de proteção social insuficientes, que apostam na capacidade de proteção e cuidado da família através da participação no mercado.

Nesse sentido, todos os países têm reconhecido a família como uma instituição de primeira importância, como suporte para o bem-estar individual e coletivo. No mesmo caminho, os Estados cada vez mais tem reconhecido a importância da família no interior das sociedades e tem legislado sobre este espaço, com a intenção de controlar, responsabilizar e definir modelos e funções familiares. Mioto (2000; 2002; 2004) analisa a contradição entre o maior reconhecimento e valorização da família por parte do Estado e a operacionalização das políticas para o bem-estar familiar, as quais normalmente não contemplam as modificações na sua estrutura e funcionamento, causando uma sobrecarga da família em relação as suas funções. Ou seja, geralmente o Estado ao efetivar mecanismos de proteção social, não alivia o peso da família em relação ao cuidado e proteção de seus membros, mas acaba lhe imputando toda uma gama de responsabilidades e deveres, as quais nem sempre ela corresponde.

A intervenção dos Estados na família não é linear e homogênea, modifica-se de acordo com a conjuntura sócio - econômica e também com as diferentes realidades culturais, o que reflete o tipo de sistema de proteção social adotado nos distintos países. Segundo Ferreira (2002) a atuação do Estado na família está menos relacionada a sua condição sócio – econômica, do que ao direcionamento político econômico que segue, portanto para cada modelo de proteção social instituído nos diferentes Estados, há modificações no lugar ocupado pela família. Podem ser encontrados por um lado sistemas de proteção social onde a família tem maior apoio do Estado no desempenho de suas funções e por outro sistemas reduzidos e insuficientes, ficando a família com a função de dar conta das necessidades familiares, sem contar com o suporte do Estado.

O Estado neoliberal ao deixar de assumir a função de “garante” da proteção social em âmbito universal, mantém como critério de execução das políticas sociais a seletividade e volta-se para os mecanismos tradicionais de solidariedade social, como meio de assegurar a proteção para a manutenção da coesão social. É, portanto, neste processo, que a família é retomada como âncora principal para a socialização de seus membros e na garantia de vínculos relacionais que previnam os riscos de ruptura e de isolamento social decorrentes das transformações da sociedade.

Do exposto, depreende-se da análise da relação Estado/ família na proteção social que a família recebe maior fatia de responsabilidade na proteção de seus membros, quando a responsabilidade do Estado nesse espaço deixa a desejar. O exercício da proteção social por parte da família não é portanto, um processo natural, mas, delegado a ela em maior ou menor intensidade, à medida que a sociedade e o Estado estão mais ou menos atuantes nessa esfera. Trata-se, portanto, de um processo complexo construído pela sociedade, e permeado por muitas contradições, para o qual a família emite “respostas próprias”, singulares, de acordo com as funções que historicamente lhe são outorgadas dentro das suas especificidades de classe, de cultura, de educação, etc..

Segundo De Martino (2001) a tendência ideológica do projeto político – econômico neoliberal é fazer da família uma unidade econômica e política, de resolução dos problemas da racionalidade do mundo globalizado, operando soluções familiares e diminuindo sua dependência dos serviços coletivos. Entretanto, para proteger a família precisa estar protegida, ou seja, ter garantias mínimas de bem –estar. E se nem o Estado, nem o mercado, nem a sociedade oferecem à família alternativas adequadas para o provimento do bem –estar social, o resultado é muito provavelmente, a ausência de proteção (ESPING-ANDERSEN, 1999) e, possivelmente, a existência de organizações familiares vulneráveis socialmente.

O (a) assistente social enquanto um profissional “*executor terminal de políticas sociais*”², que atua na relação direta com a população usuária” (IAMAMOTO, 2005, p.20), é quem está na linha de frente na execução das políticas sociais que atingem direta ou indiretamente a família. Além disso, os (as) assistentes sociais também estão trabalhando na proposição e gestão de tais políticas. Dessa forma, pelo menos duas questões tornam-se extremamente importantes nesse processo. A primeira refere-se à desnaturalização da função da família na proteção social, entendendo-a como uma construção sócio-histórica, uma vez que a função da família na reprodução social e conseqüentemente, no bem-estar dos seus membros não é algo determinado, onde naturalmente ela é capaz de exercer cuidados e dar conta da provisão do bem-estar. Esta é uma função e uma relação construída e dessa forma, moldada pelos processos de desenvolvimento da sociedade. Nesse aspecto, os operadores das políticas sociais devem estar atentos para a capacidade da família de atuar para o bem-estar, considerando que esta está associada a uma série de condições e ao suporte que ela recebe para exercer tal função. E, a segunda questão colocada como importante no desenvolvimento da prática profissional dos (as) assistentes sociais relaciona-se ao conhecimento dos sujeitos para quem trabalham. Iamamoto (2005, p.197) expõe sobre a necessidade de aproximação/conhecimento das “... condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e organização”, para que o (a) assistente social não tenha uma “relação de estranhamento com a população usuária dos serviços prestados, porque é de fato um ‘estranho’ em seu universo” (p.198). Mas, seja capaz de conhecer a realidade e suas múltiplas formas de ação-interação no cotidiano para contribuir no processo de conquista de direitos e na garantia da cidadania.

A importância de conhecer os sujeitos com quem se trabalha, levou-me ao desenvolvimento da presente proposta de pesquisa considerando a atuação que já há algum tempo venho desenvolvendo com famílias que passam por situações de vulnerabilidade social e são constantemente cobradas e responsabilizadas na sua função de cuidar e proteger, principalmente crianças e adolescentes.

² Grifo da autora, para explicitar que é uma expressão encontrada em: NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992.

A escolha do Bairro Monte Cristo como local de desenvolvimento da pesquisa, também não aconteceu ao acaso. O meu envolvimento com o local, data do período de estágio (1991) de Serviço Social, quando me aproximei e conheci a força do povo que luta para garantir a posse da terra com condições básicas de sobrevivência. Desde então, sempre estive por ali, com um ou outro trabalho. Em alguns momentos numa aproximação maior com as lideranças, visando a organização e articulação comunitária, resistindo e conquistando melhorias. Em outros, numa aproximação maior com as famílias num processo sócio-educativo, apoiando-as na tarefa de cuidar e proteger dos seus, em outros ainda, acompanhando de longe (fase atual).

É preciso falar do carinho que tenho por este local, que me ensinou muito e especialmente a ser assistente social. E mais do que isto tenho ali o exemplo de pessoas especiais, guerreiras, que lutam, resistem ao sistema excludente e injusto que se vive no Brasil e acima de tudo pessoas que “abrem portas”, buscam alternativas, constroem caminhos melhores, para os que ali vivem, homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, pessoas de todas as idades que enfrentam não só as conseqüências da história de abandono que os pobres sofrem nesse país, mas a violência do narcotráfico, com a qual são obrigados a conviver, entre outras tantas violências.

Além disto, é preciso considerar que desde o período de estágio, observo a importância da família nesse contexto, as suas dificuldades de cuidar e educar; a forma como aos poucos foram sentindo medo de um lugar que foi se transformando em “perigoso” e muitos filhos, crianças, adolescentes e mesmo adultos, se envolveram com o consumo de drogas e/ou tráfico. Ainda lembro do primeiro grupo de crianças usuárias de drogas (cola de sapateiro) na comunidade Novo Horizonte e o quanto isso apavorava as mães e como elas buscavam através da organização comunitária proteger seus filhos, buscando alternativas... Aprendi nesse processo que o investimento social não pode ser focalizado em um ou outro membro, mas deve atender a família como um todo, pois nenhum indivíduo vive sem vínculos, e estes o influenciam, como também são por ele influenciados. O trabalho, portanto, tem que ser conjunto. E ainda, que as famílias não precisam só processar cuidado, mas precisam também receber cuidados, principalmente as que vivem em condições de vulnerabilidade.

Nesse sentido, as lideranças comunitárias são pais e mães de família, que no cotidiano de suas vidas lutam não só pela sobrevivência, mas preocupam-se com o bem-estar dos seus, lutam e se organizam na busca de melhores perspectivas de vida para efetivar na região políticas de proteção social em âmbito universal.

Ao longo desse tempo, paralelamente ao conhecimento da realidade, busquei também apreender teoricamente, construindo um processo de práxis. Nessa perspectiva, ao lidar com a temática família, duas questões se impuseram como fundamentais para o desenvolvimento do trabalho que ora se apresenta, quais sejam: - a família vem ocupando um lugar central na proteção social, sem que tenha condições de assumir o que vem sendo delegado a ela pelo Estado e pela sociedade; - a proteção social ao estar centrada na família, exige além do acionamento da provisão de recursos (próprios, rede primária, de programas e serviços), uma excessiva dose de trabalho familiar, tanto na articulação da provisão social, como no exercício da reprodução cotidiana. Foram estas as principais questões que me instigaram a *conhecer a organização estabelecida pela família para o exercício da proteção social* e associadas a outras, levaram-me ao desenvolvimento da pesquisa na região.

O trabalho em tela aborda o tema de pesquisa mencionado e está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo discute-se o tema família. E, depreende-se deste, que a família se constitui como um universo amplo e complexo, em constante transformação, não sendo possível aprendê-la como totalidade, através de um único olhar e/ ou direção – o que torna necessário ao trabalhar com esta temática, fazer algumas opções. Nesse sentido, neste trabalho aborda-se primeiramente, o percurso de estudo do tema família nas ciências humanas e sociais a partir do trabalho de Bruschi (1989), para em seguida expor sobre as transformações da família na contemporaneidade; após, se apresenta as concepções que têm se sobressaído na definição de família na atualidade. E, entre estas, dá-se especial realce a concepção de família como rede, dado a importância da rede social para as famílias pobres – sujeitos desse estudo. Por fim, se apresenta também brevemente neste capítulo, os fundamentos teóricos do estudo sobre rede social no âmbito da sociologia, com destaque para a rede social familiar.

No segundo capítulo trata-se da relação família e proteção social. Até o século passado os meios predominantes de geração de bem-estar estavam centrados na família e outras instituições, como por exemplo, as Igrejas. Somente neste século (século XX) a proteção recebeu o status de direito, passando a ser reconhecida como responsabilidade pública e direito de todos (as). A partir disto, a proteção social adquire relevância, sendo desenvolvido todo um aparato público e legal para a operacionalização do bem-estar. Porém, destaca-se que as antigas práticas continuam a conviver com as formas complexas de proteção social e a família se mantém como sujeito fundamental nesse processo. Demonstra-se ao longo do capítulo que dependendo da responsabilidade que o Estado absorve no tocante a proteção social, à família será atribuído mais ou menos funções. Dessa forma, evidencia-se o papel da família nos modelos de Estado de Bem-Estar Social, com a existência de Estados onde o

familismo está mais presente - nestes a ação do Estado está limitada a situações em que a rede familiar e comunitária não conseguem garantir a proteção mínima para seus membros; e Estados menos familista ou desfamilista - os encargos da família são abrandados pela ação do Estado (ESPING-ANDERSEN, 1999). Nesse sentido, evidencia-se que a família sempre ocupou um lugar nos sistemas de proteção social nos diferentes modelos de Estado de Bem-Estar, com função indispensável na provisão da proteção social.

Em seguida, ainda neste capítulo, se expõe sobre a relação família e proteção social a partir das transformações nos modelos de Estado de Bem-Estar - década de 1970, período em que este modelo de Estado entra em crise. A maioria dos países ocidentais passou a adotar orientação econômica e política neoliberal, alterando o cenário da proteção social no mundo e instituindo novamente o mercado como modo de regulação social; o que determinou a minimização do papel do Estado no âmbito da proteção social, deixando este de assumir a função de “garante” dos direitos sociais (PEREIRA, 2002). Nessa perspectiva, há uma volta ou revalorização dos antigos mecanismos de proteção, e a família é colocada novamente à frente do Estado na garantia do bem-estar. A questão da proteção social no Brasil também é abordada, considerando que no país não houve a instalação de um modelo de Estado de Bem-Estar Social. Contudo, desde a década de 1990, os princípios neoliberais vem influenciando a política econômica e social do país. Dessa forma, a centralidade da família no desenvolvimento das políticas de proteção social adquire ainda mais importância nesse contexto, acentuando o caráter familista da política social brasileira.

O terceiro capítulo tem por objetivo apresentar o percurso da pesquisa e iniciar a apresentação dos dados sobre as famílias. Dessa forma, são apresentados os procedimentos metodológicos que possibilitaram a efetivação da pesquisa, para em seguida se iniciar a apresentação das famílias pesquisadas, considerando-se primeiramente o contexto em que elas vivem, ou seja, o bairro Monte Cristo, para posteriormente se apresentar como as famílias se definem de acordo com os seus próprios relatos e o “perfil sócio-econômico” das mesmas, o que possibilita conhecer as condições que a família dispõe para exercer a sua função na reprodução social.

No quarto capítulo se apresenta a organização empreendida pela família para proteger, a partir de dois pontos principais. O primeiro refere-se a organização da família para a proteção social, destacando-se alguns aspectos, como a organização quanto aos gastos, tarefas domésticas e de cuidados e em relação a rede de serviços; e, o segundo expõe sobre a relação da família e a rede social (primária e secundária), considerando a organização empreendida pela família na busca de proteção. Nesse aspecto, se faz três subdivisões com o objetivo de

abordar: a relação da família com sua rede primária; a relação da família com sua rede secundária, onde se faz um recorte dos dados privilegiando os serviços mais acessados pela família, ou seja, os serviços de educação, saúde e assistência social, analisando-se como a família tece as relações com estes e as avaliações que faz dos mesmos; - e, por último, a circulação da família na rede social, como o recurso que esta dispõe para operacionalizar a proteção.

E, finalmente termina-se este trabalho apresentando-se as considerações finais e as contribuições deste no desenvolvimento da prática profissional do serviço social e conseqüentemente das políticas sociais, entre outras.

CAPÍTULO 1

A Família em Questão

Discutir família significa entrar em universo amplo, diverso e complexo. A amplitude e complexidade do tema não estão relacionadas somente à vastidão teórica que o envolve, em diferentes áreas e sob diversos prismas, mas também ao fato que a família é tão antiga quanto a sociedade. Como Morgan (1985, p.63) apontou, nenhuma instituição humana tem uma história tão surpreendente e rica de eventos, “nem condensa os resultados de uma experiência mais prolongada e diversificada”. Dessa forma compreende-se que tanto a família como a sociedade passaram ao longo dos tempos por diversas formações e transformações, intrinsecamente conectadas entre si, e diretamente relacionadas a construção das personalidades humanas. Disto decorre a idéia de família tal como a conhecemos hoje. É, portanto, uma construção historicamente condicionada.

O interesse pela compreensão científica da família também foi sendo construído, a partir do século XIX, especialmente com o desenvolvimento das ciências humanas e sociais vinculadas às grandes correntes do funcionalismo e do marxismo. Porém, foi a partir da segunda metade do século XX – década de 1950, especificamente - que os estudos sobre ela, na vertente do pensamento funcionalista norte-americano, ganharam força com vistas à elaboração de “modelos” que a retratassem.³ É a partir desta década que as pesquisas sobre família aparecem com mais frequência, ainda que de forma descontínua e lenta. Esta produção exerceu grande influência na sociologia brasileira (BRUSCHINI, 1989).

De acordo com a ampla revisão bibliográfica realizada por BRUSCHIN (1989) a família, no berço da teoria funcionalista durkheimiana, é em primeira instância um fato

³ Não se pode deixar de considerar grandes trabalhos como o de Morgan, Engels e Freud que elucidaram questões referentes a esse tema.

social, com importância fundamental para a integração dos indivíduos às normas e condutas sociais. Compreende-se a família a partir da sociedade conjugal, fundamentada na divisão sexual do trabalho, que se mantém por meio da solidariedade, sem a qual a sociedade conjugal tenderia a desaparecer e teria apenas relações sexuais efêmeras. É pela necessidade que os indivíduos têm uns dos outros, que estabelecem uma relação de dependência entre si, fundamentada no pressuposto de que ambos encontram-se incompletos e precisam um do outro. A solidariedade é o que possibilita esse complemento. É nesta perspectiva que dizemos que o funcionalismo naturaliza a relação existente entre a família, pois cada um assume o seu papel pré - determinado pela condição biológica de homem e mulher, o que é imprescindível ao funcionamento ordenado da sociedade. Para esta teoria a família é um todo integrado e harmônico, onde não há espaço para o conflito ou transformações.

Para Talcott Parsons (apud BRUSCHINI, 1989), autor principal da abordagem funcionalista norte americana, a família funciona como agência de socialização dos indivíduos, sendo a sua principal função a formação de personalidades, com grande responsabilidade principalmente na formação e educação das crianças. Nessa compreensão a mãe triunfa como a personagem principal, com ligação íntima e intensa com os seus rebentos, principalmente nos primeiros anos de vida, recaindo sobre ela toda a função do cuidado e proteção no espaço doméstico. O pai por outro lado, exerce a função de provedor, com atuação principal no espaço público, mantendo para com os filhos uma relação mais distante do que a mãe; porém, é a ele que cabe o exercício da autoridade e do poder familiar.

Para a concepção funcional de sociedade, as alterações na ordem econômica - onde se intensificaram o assalariamento, e a dependência do emprego no âmbito das relações de produção capitalista - levaram à crescente perda de funções da família, enquanto unidade de produção econômica e participação política. As funções familiares concentraram-se no âmbito privado e a organização da estrutura familiar tornou-se nuclear, com fronteiras rígidas e funções bem definidas, tal como coloca o modelo parsoniano.

Seguindo ainda o pensamento de BRUSCHINI (1989) destaca-se que, se por um lado a vertente funcionalista teve uma larga produção sobre a família no século XX, no entanto, o mesmo não aconteceu na vertente marxista. Desta, a produção mais destacada foi a obra de Engels⁴, na qual aborda a relação entre o desenvolvimento da família e o desenvolvimento das forças produtivas, rompido com a criação da família burguesa, que operou a cisão entre a esfera pública e privada. Na concepção marxista, a discussão sobre família está ancorada na

⁴ ENGELS, Friedrich. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”, publicada pela primeira vez em 1884.

idéia que a reprodução da vida humana está integrada no universo geral da sociedade. Nela “os seres humanos são definidos por suas relações com o sistema de produção” e o “o fator determinante da História é a produção e a reprodução da vida imediata, onde se incluem tanto a produção dos meios de existência quanto a produção dos próprios seres humanos, ou a propagação da espécie” (BRUSCHINI, 1989, p. 03).

De acordo com a autora de referência desse texto, a grande preocupação dos autores marxistas que abordaram o tema família girou em torno das estratégias de sobrevivência do trabalhador e a reprodução do trabalho. Entre outras questões, eles voltaram-se para a família para saber como se operacionaliza, em seu meio, a reprodução do trabalhador. Sob esta ótica, autores marxistas passaram a ter envolvimento significativo nos estudos de família a partir da década de 1970, vinculada ao então emergente movimento feminista.

No bojo do movimento feminista se produziu acirrado debate sobre o ambiente doméstico, e conseqüentemente uma das discussões que movimentaram o debate nessa área relacionou-se ao papel do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho, e a sua produtividade para o capital. Segundo os autores marxistas adeptos do movimento feminista

... a família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção dos valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção dos valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. Dentro da família dar-se-ia tanto a transformação das mercadorias adquiridas no mercado em produtos consumíveis individualmente pelos elementos do grupo, quanto a formação ou “produção” de novos e futuros trabalhadores (BRUSCHINI, 1989, p. 03).

Em seu estudo Bruschini (1989) ainda destaca as contribuições, na área da sociologia, a Escola de Frankfurt e os estudos de Agnes Heller, como significativos para a compreensão da dinâmica da vida familiar e suas relações. Segundo a autora, a Escola de Frankfurt, entre outras questões, abordou a idéia de que a família vivencia uma dupla dinâmica social. Ao mesmo tempo, que é um lugar em que se vivem relações de submissão para adequação social, pode ser também um espaço de oposição à tirania e, portanto não se desenvolve sem atritos. Agnes Heller identificou a família “como agência de reprodução ideológica”, através de seus estudos sobre a vida cotidiana das famílias. Pois, “é no ‘fazer’ de todos os dias que surgem e se modificam ou desaparecem as idéias, atos e relações. A origem dos pressupostos ideológicos se encontra na casa, nos hábitos das pessoas ou de um grupo” (p.03).

Ainda são considerados por Bruschini (1989, p. 04) os estudos antropológicos que se orientam pela concepção de que a família é uma criação humana mutável, com modelo e organização diferenciada. Assim, a definição de família para a antropologia está calcada em determinados elementos que são: o tabu do incesto, a divisão sexual do trabalho e o “casamento como instituição socialmente reconhecida, estabelecendo as bases da paternidade social”. Lévi-Strauss (apud CANEVACCI, 1985, p. 29) teve uma contribuição fundamental nesse processo, destacando nos seus estudos o elemento cultural - a família se constrói nesse imbricamento entre natureza e cultura, sendo ela “a estrutura que mais do que qualquer outra contém em si a esfera da cultura e a esfera da natureza”, com a supremacia da primeira. É a cultura enquanto atividade criadora dos humanos, que vai definir através dos tempos, modelos diversos de família, com papéis, regras de funcionamento, organização e tipo de bem-estar, próprios de cada período histórico.

Finalmente, a autora destaca as contribuições de Freud que revelou a importância da família no desenvolvimento da personalidade humana, dando um grande impulso aos estudos da psicologia. Sobre os estudos freudianos, Bruschini (1989, p. 05) afirma que apesar de terem influenciado significativamente o pensamento funcionalista, eles têm uma amplitude maior. Na obra de Freud “encontramos o ponto de partida para a apreensão da família como uma complexa teia de vínculos e de emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor”. No campo da psicologia, além de Freud que se ateu ao estudo das relações familiares, outros autores como Reich desenvolveram suas teorias na interface com os seus significados no contexto das relações sociais.

Corroborando Bruschini, Szymanski (2000, p. 23) retrata a contribuição da psicologia, que desde Freud tem apresentado a família como referencial para o desenvolvimento da criança e como tal focalizou “a família como o locus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda a sorte de desvios de comportamento”. Entende-se, portanto, que a família é um espaço onde circulam trocas afetivas de amor entre seus membros, mas também relações pautadas em sentimentos de ódio e rancor. Exemplos da falta de amor no ambiente familiar são objetos de inúmeros estudos que revelam a família como um lugar onde se produz violência, loucura, doença e mal estar, um lugar com relações destrutivas. As tramas que compõem o universo familiar, com seus códigos, mitos, ritos e regras, são constitutivas de dinâmicas familiares particulares (únicas, não encontráveis em outro ambiente doméstico).

Mioto (2001) pondera que as dinâmicas familiares são fatores importantes para compreender o processo de produção e reprodução das relações sociais, à medida que expressam o movimento das relações que se estabelece entre os componentes das famílias no decorrer de sua história, que por sua vez expressam as formas de vida e de relações sociais presentes nas sociedades em determinados períodos históricos. Assim, as famílias vivem processos particulares de dinamização da convivência em grupo, pautadas nas relações estabelecidas entre os seus membros, no contexto social e da família com outras esferas da sociedade, ao longo de sua trajetória de vida. Este processo tem um caráter contínuo de maneira que a família e cada indivíduo que a compõe, influencia e é influenciado por ele, assim como pelos acontecimentos societários, que também atuam nesse espaço (MIOTO, 1998, 2000; ROMANELLI, 2000).

Esta brevíssima contextualização da família no campo das ciências sociais demonstra a existência de um processo complexo e em contínua transformação desse objeto chamado família, tornando ciente a impossibilidade de esgotá-lo na sua totalidade e a necessidade de se optar por discussões que possam dar sustentação ao estudo em pauta. Nesse sentido, opta-se por aprofundar dois pontos vinculados ao tema. O primeiro refere-se às mudanças da família na contemporaneidade e o segundo às concepções de família que têm se destacado para a sua definição na atualidade.

1.1 As Transformações na Família

A década de 70 do século XX é importante para os estudos de família, pois representa o período em que estudiosos e pesquisadores do tema passam a dar mais visibilidade a outras formas de organização familiar, além do modelo nuclear burguês (pai, mãe e filhos). A constatação de que a realidade não espelhava o modelo de família há décadas apregoadado pelo funcionalismo, gerou muita polêmica e “desesperos” por parte dos profissionais, políticos, governantes, estudiosos, enfim dos que atuavam e pensavam o sistema social. Neste “clima”, evidenciaram-se as linhas de pensamento que defendiam a falência da família e a sua extinção e, outras que acentuavam a vitalidade da família, ressaltando que estas são importantes não só para a reprodução social, mas também na produção de bens e no seu consumo (GOULART,

1996). Atualmente, passado a euforia de quem se debruça sobre o desconhecido, admite-se que os arranjos familiares são diversos e a família realmente passa por profundas mudanças na sua estrutura e organização, mas se mantém.

De acordo com Giddens (1991), as transformações na família estão associadas às constantes e aceleradas mudanças que ocorrem simultaneamente em todo o globo terrestre, graças ao avanço do conhecimento científico e tecnológico. Para o autor, o ritmo acelerado da mudança é uma peculiaridade desse momento histórico, a ponto de que mesmo as sociedades que desejam preservar suas culturas, mantendo-se com modos de vida tradicionais, são invadidas pela modernidade. Esse extremo dinamismo é consequência da separação entre o espaço (território local) e o tempo, à medida que ambos não coincidem mais entre si. O deslocamento entre espaço e tempo é responsável pelo surgimento das múltiplas possibilidades de mudanças, pois os hábitos e práticas locais (inclusive no interior da família) podem ser liberados das restrições e proporcionam a abertura para o mundo. Esse intenso dinamismo conforma o processo de globalização e é mediado pela maneira como as organizações modernas conectam o que é global e o que é local afetando diariamente a vida de milhões de pessoas. Nas palavras de Giddens (1991, p. 69),

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.

Ainda para o autor as instituições modernas, especialmente a família, foram afetadas diretamente pelo processo de individualização⁵, o qual entre outras questões, é resultante da desintegração e dissolução das fontes de significados coletivos da sociedade tradicional. Nesse contexto entende-se a individualização como o constante questionamento do indivíduo acerca de sua própria biografia, da relação consigo mesmo e com os outros. A ele é dada a responsabilidade de definir seus próprios projetos, de agir como agente individual e planejador de sua biografia, a partir de suas próprias escolhas.

As oportunidades, ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos. Certamente, ainda podem ser encontradas

⁵ Esse estudo não tem como objetivo aprofundar a questão do processo contemporâneo de individualização e sua relação com a família. Apenas, se pretende pontuar que a sua valorização modificou as relações familiares.

famílias, mas a família nuclear está se tornando uma instituição cada vez mais rara. (BECK, 1997:18).

Nesse sentido a individualização pode ser considerada como um dos aspectos da modernidade que teve maior incidência sobre a família, alterando as suas próprias entranhas. Foi na modernidade que os indivíduos ganharam além de rosto e forma (a identificação da pessoa deixa de ser apenas pelo nome do pai que ela carrega), direitos. O que proporcionou principalmente, às mulheres e crianças, o reconhecimento da condição de sujeitos, levando as primeiras à conquista de uma maior autonomia e independência, tanto no espaço privado como no público - as mulheres passaram a ter a possibilidade de escolher e gerenciar seu destino, decidindo inclusive sobre a permanência no casamento ou não, além da opção pela carreira profissional.

Foi assim que na modernidade, graças a maior liberdade individual, a autoridade patriarcal no âmbito doméstico foi destronada, permitindo o crescimento de relações mais democráticas e afetivas. Momento, em que as famílias passaram a se constituir em espaços de maior proximidade e intimidade entre os seus. Houve ganhos significativos também em relação à vivência da sexualidade (principalmente com a quebra do tabu da virgindade feminina, a pílula anticoncepcional, entre outras questões) que atualmente pode ser vivida com mais liberdade e igualdade. Desta forma, vive-se um tempo em que a humanidade reclama maiores espaços de liberdade, de democracia, com respeito à diversidade dos estilos de vida e às diferenças étnicas, de gênero e gerações.

De acordo com Arraigada (2002), na família esses processos se refletem na vivência de relações mais democratizadas, na maior autonomia de seus membros, na partilha mais equitativa do trabalho e das oportunidades, bem como, na tomada conjunta das decisões. Trata-se da construção de novas relações mais democráticas e assimétricas.

Para a autora, somados a esses processos de ordem simbólica, outros elementos próprios da modernidade também são responsáveis pelas transformações societárias atuais. Dentre estes indica:

- As mudanças nos processos produtivos (industrialização, diferenciação do trabalho urbano e do rural e mais recentemente a passagem para economias globalizadas, com o crescimento do setor de serviços e terceirização);
- As transformações demográficas (concentração da população nas cidades; aumento da expectativa de vida e redução no número de nascimentos) alteraram a pirâmide etária;

- Novos padrões de consumo e trabalho (maior acesso ao consumo e mudanças nas modalidades de trabalho);
- Maior possibilidade de acesso aos bens e serviços sociais (saúde, educação, assistência social), porém ainda de forma desigual e segmentada.

Esses processos não se desenvolvem de forma linear em todo mundo, e no continente latino-americano vem se realizando de forma incompleta, “gerándose grupos pequeños de incluídos en los beneficios sociales y materiales y grandes sectores de excluidos de la modernización” (ARRIAGADA, 2002, p.148.). Se os benefícios não são para todos, os riscos que a sociedade neoliberal globalizada impõe a todos atingem. E os pobres pelos seus poucos recursos, possuem maiores dificuldades para enfrentá-los. Logo, depreende-se que são as famílias pobres as mais expostas a situações de risco na modernidade.

Nesse contexto, as mudanças mais evidentes na estrutura e organização das famílias podem ser pontuadas como sendo as seguintes (GOLDANI, 1994; PEREIRA, 1995; ARRIAGADA, 2002):

* Famílias menores, os avanços científicos e tecnológicos possibilitaram o acesso aos meios contraceptivos, o que resultou no decréscimo da natalidade e conseqüentemente no menor número de filhos por família. A maternidade passou a ser entendida como uma escolha na vida da mulher, deixando de ser a ocupação exclusiva de sua vida, para se tornar apenas uma etapa dela. Em 1970 no Brasil, as famílias tinham em média 5,7 filhos; em 1980 essa taxa diminuiu para 3,5. Já na entrada do século XXI, esse índice apresenta uma redução ainda maior, mesmo entre as famílias mais pobres⁶ que possuem em média 2,8 filhos, para a família com renda per capita de até ¼ de salário mínimo; e em relação as famílias com rendimento per capita de mais de cinco salários mínimos o número médio de filhos é de 0,8.

* Ter ou não filhos aparece como uma opção, sendo que as pesquisas constatarem o incremento de casais sem filhos.

* A liberação da vivência da sexualidade possibilita às pessoas experiências sexuais sem o vínculo do casamento. Isto por um lado possibilitou a elas permanecerem maior tempo fora do casamento e retardarem a idade de ter o primeiro filho, principalmente entre a camada mais instruída da população. Por outro lado, observa-se uma maior incidência de gravidez na adolescência, principalmente entre os setores mais pobres e com menor nível de educação.

⁶ Segundo a análise dos indicadores sociais do IBGE ano 2002, há uma tendência de que famílias com renda menor tenham um maior número de filhos.

- * O avanço científico e tecnológico propiciou também o aumento da expectativa de vida e ampliou o tempo de convivência do casal e entre as gerações, além de elevar o número de domicílios onde reside apenas uma pessoa (domicílios unipessoais).
- * A legalização do divórcio possibilitou às pessoas, liberdade para constituir e romper vínculos conjugais com maior facilidade, o que enseja novos tipos de relações familiares, entre estas: famílias reconstituídas; famílias unipessoais; famílias monoparentais.
- * Ampliação do número de uniões consensuais sem preocupação com o vínculo legal.
- * Maior número de crianças nascendo e convivendo fora de famílias com convivência conjugal.
- * Modificação no papel social das mulheres e nas relações de gênero. Um fator que alterou significativamente a organização da família, bem como as relações familiares, foi a entrada massiva das mulheres para o mercado de trabalho, em todas as classes econômicas e níveis de educação.
- * O homem deixou de ser o único provedor da família e há alterações também no que tange ao exercício da “paternagem”. A participação das mulheres nas atividades produtivas não só propiciou a elas maior independência e autonomia no espaço doméstico, construindo gradualmente um novo imaginário acerca das funções femininas na sociedade, mas também provocou alteração no papel masculino no âmbito doméstico.

No Brasil o que tem se destacado nas duas últimas décadas, em relação às mudanças nos padrões de organização familiar, é o aumento das famílias chefiadas por mulheres e a redução do tamanho da família. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2001 trabalha com o número de 13,8 milhões de arranjos familiares⁷, onde a mulher era a pessoa de referência, isso significa 27,3% das 50,4 milhões das famílias do Brasil. E revela um crescimento entre 1992 e 2001 na ordem de 24,7% desse tipo de arranjo familiar. Os números são demonstrativos não só de outras formas de organização familiar, como do crescimento e da maior participação das mulheres nas decisões familiares e no sustento da família, construindo em decorrência disto, novas dinâmicas e padrões familiares. E podem significar ainda, a construção de uma nova concepção dos papéis feminino e masculino no âmbito familiar.

⁷ Segundo a Síntese dos indicadores sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2002, o conceito de arranjos familiares é “equivalente ao conceito de família que denota a forma de organização de seus membros”. E ainda, para Medeiros (2002) o IBGE conceitua arranjo domiciliar como uma organização de pessoas limitada ao espaço do domicílio; é portanto, o grupo de moradores de um domicílio.

A família no Brasil em vinte anos (1980 – 2001) reduziu o seu tamanho de 4,5 pessoas para 3,3 pessoas em média, respectivamente. Há, porém, que se considerar a existência de diferenças entre as regiões metropolitanas do país, onde registram-se alterações nesses números, bem como entre as áreas urbanas e rurais e entre os diferentes segmentos sociais. Entre as famílias com maior poder aquisitivo, esse número cai em 2001 para 2,6 pessoas por arranjo familiar, enquanto que para as mais pobres o percentual médio de membros por família ainda é de 4,8, elevando-se além da média nacional. Conclui-se, portanto, que as famílias mais pobres na PNAD de 2001, revelam-se como as mais numerosas.

As famílias unipessoais cresceram em dois anos (1999 – 2001), de 8,6% para 9,2%, sendo que 41,5% compõem-se por pessoas idosas. Entendem-se como famílias unipessoais as pessoas que moram sozinhas, ou ainda pessoas que partilham um mesmo ambiente doméstico, porém não tem uma dependência entre si. (GUERREIRO, 2003).

Outra formação de família que vem crescendo são as constituídas por mulheres sem cônjuge e com filhos, a qual cresceu nesses dois anos mencionados 0,7% em média, havendo diferenças significativas de acordo com a região do país e os contextos sócio- econômicos e culturais. O arranjo domiciliar em tela é conhecido entre os pesquisadores como família mononuclear com chefia feminina. Há que se considerar, no entanto, que no país as famílias monoparentais vêm crescendo de maneira geral. Essas se constituem em mães ou pais que vivem sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças, adolescentes ou adultos jovens solteiros) (WALL, 2003).

O percentual das famílias reconstituídas também é crescente no Brasil. Entretanto, as PNADs, pela metodologia utilizada não conseguem quantificá-las, pois não são capazes de identificar os filhos de um ou outro cônjuge. Família reconstituída significa a convivência conjugal entre pessoas que possuem filhos não comuns a que se juntam frequentemente filhos comuns, ou seja, o processo de reconstituição familiar, significa “trazer para o interior de uma nova união filhos de uma outra conjugalidade entretanto dissolvida (FERREIRA,S, 2003, P.71).

As famílias concebidas como nuclear (casal com filhos) ainda representam o arranjo familiar predominante no país. Entretanto nas duas últimas décadas referidas as pesquisas constataam uma queda em seu índice, somando atualmente uma média de 53,3% do total de famílias. Assim sendo, conclui-se que quase 50% das famílias brasileiras vivem em outros tipos de arranjo familiar, o que é extremamente significativo e não pode ser desconsiderado, tanto nos estudos e análises sobre família, como principalmente na elaboração e execução das políticas públicas.

Avalia-se que estes índices sejam representativos também da diversidade étnica e cultural de nossa população. Os estudos históricos da família no Brasil demonstram que apesar dessa diversidade, sempre houve um modelo oficialmente reconhecido como o padrão da família brasileira. Esse modelo normalmente era uma adaptação da família européia portuguesa, a qual pretendia-se que fosse extensiva a todas as outras culturas. Os historiadores reconhecem, porém, que desde o Brasil colônia, um olhar mais atento sobre a sociedade brasileira é capaz de reconhecer a pluralidade e heterogeneidade de arranjos familiares que já existiam aqui (ALMEIDA, 1987). Embora isto seja uma peculiaridade de nossa realidade, o que as pesquisas denotam é o acentuado aumento e o reconhecimento dos diversos arranjos familiares sobre os quais as famílias se organizam atualmente, consequência também do processo de modernização vivido por essa sociedade.

Depreende-se do exposto, que a sociedade contemporânea alterou a ordem tradicional e causou profundas transformações nas três dimensões clássicas sobre as quais se define família, a sexualidade, a procriação e a convivência, introduzindo além de novas maneiras de ser e conviver, uma multiplicidade de tipos de família (JELIN apud ARRIAGADA, 2002), o que consequentemente modificou as estruturas e as relações familiares, mas não liberou a família do exercício das suas funções primordiais para o desenvolvimento humano. Com peculiaridades próprias de cada formação familiar, um aspecto que não pode ser negligenciado à família é o lugar privilegiado de preservação da vida. A família é o ambiente diário do nascimento de vidas que precisam ser cuidadas, amadas, acalentadas, protegidas e educadas, para que possam crescer e se desenvolver. É nesse ambiente que se processa a socialização e o desenvolvimento das personalidades humanas, onde aprendemos a ser e a conviver. É o lugar onde gente aprende a ser gente (MIOTO, 1997).

Diante do exposto, depreende-se que definir família é uma tarefa de grande complexidade e está intrinsecamente relacionado à área de estudo abordada. Contudo, a pretensão para esse estudo não é partir de um conceito pré-estabelecido, mas a partir da vivacidade da família fazer a aproximação com diferentes leituras teóricas. Para tanto, é fundamental o entendimento de que a realidade cotidiana das famílias não pode ser enquadrada em um ou outro modelo, mas possivelmente é mesclada por características que circulam entre estes e que definem as relações familiares.

1.2 As Diferentes Formas de Compreender Família

Nas páginas seguintes estão colocadas concepções de família, que embora apresentem alguns aspectos em comum, baseiam-se em referenciais distintos para defini-la. Sendo estes:

- o espaço doméstico de convivência familiar, a pessoa referência ou responsável pelo grupo familiar e a rede de relações familiar.

1.2.1 A Concepção de Família como Agregado Doméstico

O entendimento de família enquanto agregado doméstico tem como base compreender a família a partir da co-residência, ou seja, pessoas que têm uma convivência comum em um mesmo espaço habitacional, que pode ser chamado de casa. Aboim (2003, p.13) conceitua agregado doméstico “como o grupo elementar de solidariedade quotidiana, tendo como base um critério de co-residência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo teto (critério locacional), quer a partilha de recursos e mesmo de actividades (critério funcional)”. A autora amplia o entendimento de família para além dos laços de sangue ou parentesco. E ainda que o mais comumente encontrado sejam agregados domésticos organizados em função desse tipo de relação, a sua identificação não se prende a esta forma de convivência. Mas, pauta-se na estrutura doméstica, onde é possível localizar não só o tipo de relação existente entre os indivíduos que os compõem (laços de consangüinidade, de aliança, de trabalho, de afinidade, etc.), mas também o tipo e a quantidade de núcleos familiares que os constituem.

O termo arranjo domiciliar também é comumente utilizado para designar o grupo de pessoas que residem em uma unidade doméstica. Logo, depreende-se que os termos agregado doméstico e arranjo domiciliar podem ser usados de forma equivalente.

Desse modo, a organização das pessoas no espaço doméstico e a forma como elas marcam suas relações definem o tipo de agregado doméstico.

Um agregado doméstico é uma família que pode ser categorizada como⁸:

- Agregado doméstico sem núcleo familiar - são representativos de estruturas domésticas compostas por “pessoas sós” ou por um grupo de várias pessoas que

⁸ Utilizamos a classificação de Aboim (2003), que tem como referência os estudos de Laslett de 1972.

coabitam o mesmo espaço e mantêm um relacionamento entre si. A peculiaridade desse tipo de agregado doméstico é a inexistência de qualquer núcleo conjugal ou parental.

- Agregado doméstico de família simples – corresponde à categoria de casal sem filhos e sem outras pessoas e casal com filhos sem outras pessoas e ainda pai ou mãe com filhos e sem outras pessoas.
- Agregado doméstico de família alargada – compõe-se de casal com ou sem filhos com outras pessoas parentes ou não, pai ou mãe com ou sem filhos com outras pessoas e avós com netos com ou sem outras pessoas.

- Agregado doméstico de família múltipla trata-se de famílias com dois, três ou mais núcleos conjugal ou parental (agregado doméstico com mais de um núcleo).

As categorias de agregado doméstico alargado e múltiplo são também denominadas de famílias complexas ou “agregados de famílias complexas”. As formas de organização das famílias complexas são indicativas de um número maior de pessoas convivendo em um mesmo espaço, onde há a partilha de alimentação e de rendimentos.

Wall (1998) classifica as famílias complexas do tipo alargada em três tipos ou variações.

- As famílias alargadas para cima são aquelas que contêm parente idoso com uma geração acima. O que se encontra com mais frequência é a presença de um pai ou mãe ou também de um tio ou tia.
- Famílias alargadas para os lados são aquelas onde há a convivência com parentes colaterais (irmãos, irmãs, primos, primas).
- As famílias alargadas para baixo são aquelas que convivem com parentes em linha de descendência, os netos.

A autora chama a atenção que para compreender a família a partir da concepção de agregado doméstico requer compreender o perfil transformador das estruturas familiares, o que não pode ser captado através da visão estática de um momento. As estruturas familiares não são

...apenas a fotografia que capta um instante de um movimento permanente, de indivíduos que nascem e morrem, entram e saem, ausentam-se temporariamente ou decidem formar um novo grupo doméstico, afectando assim, com as suas decisões e transições de vida, a estrutura da família e do agregado. O grupo doméstico assemelha-se a uma plataforma giratória onde os membros aparecem e desaparecem, por iniciativa própria ou devido ao impacto de certos constrangimentos, internos ou externos. (WALL, 1998, p. 34).

A família se constitui pelo conjunto desses movimentos, o que só pode ser apreendido pelo conhecimento da sua história, integrando os diferentes momentos e percebendo como passado e presente estão intimamente conectados para elaborar o futuro. A família é uma dinâmica viva, com sentimentos e relacionamentos que a constrói e reconstrói a cada dia. Portanto, as estruturas familiares modificam-se não só pelas mudanças próprias do ciclo de vida familiar, mas por ser um espaço aberto onde pessoas entram e saem de acordo como seus projetos de vida e com isso alteram e resignificam o espaço doméstico.

Uma outra questão analisada pela autora trata-se das relações que os agregados domésticos mantêm uns com os outros, não podendo estes ser analisados enquanto isolados em seu ambiente cultural e social. Ela conceitua estas relações como “laços familiares alargados fora do grupo doméstico” (p. 34). E refere que as famílias fazem circular entre os diferentes agregados domésticos aparentados e vizinhos, não só alimentos, animais e serviços, mas também suas crianças⁹. Infere-se dessa forma, que a solidariedade é um componente intrínseco das relações entre os agregados domésticos. O que é confirmado também por Aboim (2003), quando concebe um agregado doméstico como um grupo que vivencia uma relação de solidariedade cotidiana, o que pode ser traduzido como relações de cuidado e proteção entre os seus membros.

1.2.2 A Concepção de Família nas Pesquisas Demográficas Brasileiras

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), trabalha com o conceito de família basicamente a partir do espaço doméstico¹⁰, entretanto, preocupa-se com as subdivisões feitas no interior destas, tendo como base uma pessoa que se responsabiliza e/ ou provê a família, denominada de pessoa de referência. Nas PNADs (Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios), especialmente, “uma ‘família’ não é o grupo doméstico e tampouco o conjunto de parentes sem limitação espacial, mas um subconjunto do grupo denominado domicílio” (MEDEIROS et al., 2002, p. 01). A preocupação é identificar em um domicílio a convivência de núcleos familiares diferentes, os quais convivem em um mesmo espaço e podem ter relações de parentesco ou não. O que define um núcleo familiar é a dependência das pessoas em relação a pessoa de referência, geralmente a dependência é econômica.

O conceito de família está estreitamente vinculado ao domicílio, porém não se define a partir dele. As famílias estão para os domicílios como um subconjunto destes, pois um grupo de moradores pode se auto denominar uma família, entretanto, as PNADs podem subdividi-los em dois ou mais núcleos familiares distintos. De tal forma, que em um só domicílio podem ser encontrados arranjos familiares com diferentes formas de organização, tais como:

⁹ O que está em consonância com os estudos de Cláudia Fonseca aqui no Brasil, embora essa autora trabalhe com a noção de família enquanto rede de relações.

¹⁰ O que se assemelha a compreensão de família como agregado doméstico, no entanto, se diferencia deste ao colocar como principal critério para definir uma família a ligação das pessoas que residem em uma moradia com uma pessoa de referência. Em um mesmo ambiente doméstico pode haver famílias diferentes desde que cada uma tenha um membro como pessoa de referência.

- Grupos que habitam um mesmo espaço, não possuem nenhum tipo de parentesco, porém são entendidos como uma família, bem como as pessoas que residem sozinhas, também são compreendidas como uma família;
- Pessoas aparentadas entre si e com residência em comum, que se auto denominam uma família, tal como um casal com uma filha e um neto, podem ser categorizados como duas famílias diferentes;
- Pessoas que residem em um mesmo terreno, mas em casas diferentes, entretanto uma arca com as despesas da outra, são considerada apenas um domicílio, mesmo não convivendo no mesmo espaço físico e que em sua configuração possa aparecer mais de um núcleo familiar.

Nas PNADs o domicílio pode assim ser definido como um lugar de moradia (qualquer tipo de edificação)

.... onde há pessoas que vivem sós ou conjuntos de pessoas que vivem ligadas por laços de parentesco (admitindo qualquer grau de parentesco reconhecido pelos indivíduos), dependência doméstica (relação entre empregados domésticos e empregadores) ou normas de convivência (regras estabelecidas para o convívio de pessoas sem laço de parentesco ou dependência doméstica que vivem juntas (MEDEIROS et all., 2002, p. 04.).

A definição de família, no entanto, não se restringe à convivência em um mesmo espaço doméstico, mas, pela relação estabelecida entre as pessoas que compõe o domicílio com o membro identificado como a pessoa de referência, qual seja o “principal responsável” pelo grupo familiar. A noção de responsabilidade no domicílio doméstico encontra-se relacionada a provisão econômica e/ ou a manutenção desse espaço físico e aos cuidados com os seus habitantes.

Medeiros et all., (2002) relaciona três aspectos fundamentais para definir família nas pesquisas demográficas, “o número de pessoas, a identificação das gerações de parentes de primeiro grau e sua situação conjugal” (p. 10). E pontua em seguida quatro critérios que possibilitam chegar a sua definição:

- 1) Nos domicílios que não se caracterizam como um arranjo familiar do tipo “pessoas sós”, cada família deve conter pelo menos duas pessoas. Para que convivam no mesmo domicílio duas famílias, são necessário, portanto, a existência de no mínimo quatro pessoas.

- 2) A definição de família está diretamente relacionada ao reconhecimento da pessoa de referência e da relação que esta mantém com os demais habitantes do domicílio. Essas pessoas podem estar ligadas por qualquer dos tipos de relação que se estrutura em um domicílio, seja esta relações de parentesco, relações organizadas por regras de convivência ou por dependência doméstica.
- 3) Uma família só pode comportar duas gerações sucessivas de parentes de primeiro grau em linha descendentes em relação à pessoa de referência se esta possuir um cônjuge. No caso de parentes ascendentes ou pessoa sem cônjuge, é possível a convivência de três ou mais gerações.
- 4) Uma família é formada somente por um casal, um número além deste significa a subdivisão em novas famílias.

A definição de família das PNADs permite identificar em um só domicílio, distintos arranjos familiares, que podem ser agrupados e organizados para diferentes tipos de análises de acordo com os objetivos a que se destinam.

O fundamental aqui não é o espaço doméstico ou a rede de relações, mas a ligação do membro responsável com as demais pessoas, seus dependentes.

1.2.3 A Concepção de Família como Rede de Relações

A família enquanto rede de relações é compreendida menos como um grupo de pessoas que habitam sobre um mesmo teto e mais como pessoas que mantêm relações entre si, sem necessariamente conviverem em um espaço comum.

Fonseca (2000), trilhando por este caminho e criticando os estudos baseados no domicílio, ressalta que a família não é uma unidade estática, mas caracteriza-se pela flexibilidade e as mutações que ocorrem no tempo, vividas pelo grupo doméstico, de tal modo que entre as famílias pobres a unidade conjugal tem uma natureza aberta, não se fechando em um núcleo. Uma família pode sofrer alterações em sua estrutura de acordo com a entrada e saída de seus membros, que podem passar por arranjos domésticos diferentes ao longo da vida familiar. Estas mudanças podem ser em função de separações conjugais, de busca de emprego em outra cidade, pelo abrigo de um parente que precisa de auxílio, entre outros. Depreende-se que uma família não é do tipo “modelo nuclear” ou do tipo “modelo mulher chefe de família”, entre outros, ela **está** assim num dado período. Porém, no momento seguinte, pode assumir uma outra estrutura ou “modelo”. Nesse sentido, a referida autora coloca que “é imprescindível entender que as diversas categorias residenciais se completam. Investigar como se completam, quando e por que um grupo doméstico se transfere de uma categoria para outra, é enfocar o sistema familiar – como processo” (p.62). Analisando dessa ótica, as famílias constituem-se por especificidades próprias, capazes de serem entendidas somente a partir da compreensão das relações e inter relações que se processam ao longo de sua vida temporal. Para tanto, a autora não se baseia na composição da unidade residencial, que na sua visão capta apenas um dado momento da história familiar, mas nas redes de relações a qual a família está interligada.

Nas famílias pobres em geral, as relações de parentesco e entre estas as marcadas pelo laço de sangue, aparecem como o vínculo mais importante e onde se deve maior obrigação. Ou seja, espera-se que a ajuda venha em primeiro lugar dos parentes consangüíneos, para tanto se preciso for, se desfaz até mesmo os casamentos (laços conjugais), caso se tornem empecilhos para o auxílio de um parente. Nestas famílias, “cada membro do casal está envolvido em uma rede consangüínea que exige constante demonstração de solidariedade familiar, muitas vezes em detrimento do laço conjugal” (FONSECA, 2000, p. 39). As relações familiares em rede de parentesco, para essa autora, demonstram a existência de um tipo de relação coesa entre consangüíneos, tanto em linha ascendente como descendente, fundamentadas na solidariedade e em relações de lealdade fortes e duradouras, diferentemente dos vínculos entre casais.

Entre os vínculos familiares, o estabelecido entre pais e filhos é o que aparece como o mais forte e mais impregnado de obrigações morais, pois ele não é passível de escolha, diferentemente das outras relações que se estabelecem na família, as quais podem ser seletivas. Espera-se que os pais cuidem dos filhos, como se espera que os filhos amparem os pais nos momentos que estes precisarem.

Para Sarti (2003, p.28) “a primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é sua configuração em rede”. A família não se limita ao núcleo, casal com filhos, mas seus fios são esgarçados e tecem uma rede que ultrapassa as fronteiras da conjugalidade e do espaço físico, a casa, tecendo uma trama de relações que atinge a rede de parentesco. As relações familiares se movem entre essa rede que disponibiliza, aos sujeitos da família, os recursos materiais e afetivos com que podem contar.

Sarti (1996, 2003) delimita bem essa concepção de família quando descreve,

A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar a sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos (p. 49).

Para a autora, a rede de relações familiares não se limita aos diversos vínculos de parentesco, mas constitui-se em torno de um eixo moral, que se sobrepõe aos laços de sangue e define-se a partir das obrigações de uns para com os outros. A família se sustenta a partir de um dar, receber e retribuir contínuos. As obrigações entre si, a forma como elas são retribuídas é que definem quem faz parte ou não da família. E, conseqüentemente o tamanho da família corresponde ao tamanho “da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (p. 33).

Nessa leitura de família, o princípio definidor é a rede familiar, a qual além de não se restringir aos laços de sangue, também não lhe dá primazia. Muitas vezes, as relações de parentes afins adquirem um caráter de excelência em relação a estas. O elemento definidor nesse aspecto relaciona-se a uma questão moral, saber o quanto, quando e em quem se pode confiar. Há um compromisso entre os que recebem ajuda de posteriormente retribuí-la.

As análises de Sarti (1996, 2003) assemelham-se aos estudos de Fonseca (1987, 2000, 2002), quando compreendem a família como uma rede de relações. Contudo, enquanto para a primeira autora, as relações morais são o que define quem é da família, a segunda prioriza as relações entre consangüíneos para informar quem compõe a mesma.

Para ambas autoras as redes de relações familiares funcionam como apoio para viabilizar a existência do grupo familiar, principalmente diante das dificuldades para a realização das funções familiares de pai e mãe, marido e mulher e das adversidades do contexto sócio –econômico, que expõem as famílias a condições extremas de pobreza e a viverem em situação de risco social, expostas à mobilidade territorial freqüente e a empregos incertos e instáveis. A fragilidade da família, nesse contexto, leva-a a sofrer constantes rupturas ao longo de sua vida, modificando sua organização e estrutura.¹¹

As famílias pobres são as mais expostas às vulnerabilidades e precisam em maior intensidade do suporte da rede familiar (SARTI, 1996). No Brasil inúmeras pesquisas, entre estas, as realizadas pelas autoras citadas, constataam que as famílias chefiadas por mulheres estão submetidas a maior situação de pobreza e vulnerabilidade. Sendo que, para elas, a sobrevivência dessas famílias é possibilitada através da mobilização de uma rede familiar que está além dos limites de sua residência e efetiva-se na ajuda que a rede de consangüíneos (avós, irmãos, primos, tios, etc.) e parentes afins possibilita a estas mulheres, auxiliando-as não só no provimento do sustento, mas também no cuidado, educação, proteção e segurança do grupo familiar.

Pode-se depreender, a partir do exposto, que este tipo de relação familiar defini-se a partir de dois eixos fundamentais: as relações de parentesco e/ou as relações morais. E, que funciona como elemento de suporte e apoio para o grupo familiar.

1.3 Família e Rede Social

¹¹ Além dos estudos das autoras mencionadas o trabalho de Vasconcelos (2003) também evidencia esta idéia. Vasconcelos no referido estudo realizado com famílias portuguesas demonstra ainda, que o apoio prestado entre a rede familiar é maior em famílias com maior poder aquisitivo.

A família na organização da vida cotidiana não limita o círculo de suas relações a parentes, vizinhos e amigos, mas se estende para outros elementos da sociedade, como Igrejas, escolas, serviços sociais que, entre outros, tecem uma rede maior que se constitui na rede de relações sociais. Para Martins (2004, p.23), as redes sociais podem ser explicadas, na sociologia¹² a partir do pensamento complexo, o qual tem como proposta responder “aos novos desafios postos pelas transformações simbólicas e materiais dos bens circulantes e pelos processos de reorganização espacial e temporal da sociedade contemporânea”. Nessa perspectiva, a teoria da rede social vem ganhando visibilidade teórica entre os estudiosos, porém, ela ainda está impregnada de muitas ambigüidades e incertezas. Entre estas o autor destaca a indecisão sobre a natureza sociológica da rede social – ou trata-se de uma articulação racional e desejada de indivíduos envolvidos em uma situação social em foco ou a rede social está relacionada a um sistema complexo supra-individual, diferente dos indivíduos que a compõe, e capaz de impor-se às vontades individuais. Na busca por essas e outras respostas, há ainda um longo percurso a trilhar até que o campo científico possa assimilá-la.

Assim, Martins (2004, p.30) propõe a abordagem da teoria da rede social, não via o caminho da dicotomia e simplificação das construções sociais (ou é isso ou aquilo), comumente adotados para explicar os fenômenos sociais, mas pelo princípio do paradoxo.

Isto é, abordagens que apresentem a ação e estrutura, não como opostos, mas como elementos constituintes de um movimento incessante e ambivalente de trocas – às vezes organizativas, às vezes degenerativas, - de objetos materiais e simbólicos – não estático – em circulação na vida social, resultando, a cada momento, na criação de novos lugares (estruturas) e de novas identificações (ações).

¹² Procurou-se nesse trabalho compreender um pouco mais sobre a teoria da rede social, buscando os elementos que a estruturam nos estudos sociológicos, uma vez que estas têm uma importância fundamental no estudo de família e está intrinsecamente relacionada aos esforços que ela faz para prover a proteção de seus membros. Nessa perspectiva adotou-se o estudo de Paulo Henrique Martins (2004) “As Redes Sociais, o Sistema da Dádiva e o Paradoxo Sociológico” como referência.

O princípio do paradoxo permite percorrer a dinâmica constante e variada dos bens que circulam na sociedade, sem se ater a polaridades sociológicas, as quais limitam a compreensão em um ou outro pólo. Para o autor, o caráter paradoxal do pensamento complexo é capaz de integrar sem contradições o olhar do todo e das partes, pois não se atem a dilemas, mas admite que os opostos não são contraditórios, são apenas “expressões polares da rede social complexa” (p.23). De acordo com o autor a construção do pensamento complexo na sociologia vem de longe, apesar de não ter se tornado um pensamento hegemônico. Ele utiliza-se das construções de Emile Durkheim, Marcel Mauss e Norbert Elias para demonstrar as origens da construção do pensamento complexo e do paradigma do paradoxo, subjacentes à teoria da rede social.

De forma sintética, depreende-se dos estudos de Martins (2004), que Durkheim contribui para a construção do pensamento social complexo ao pensar o fato social como uma totalidade, afirmando que o todo tem proeminência sobre as partes. Outra contribuição importante do pensador francês foi a sua compreensão do indivíduo como estrutura moral e social, fazendo uma crítica a leituras psicologizantes – individualistas e utilitaristas da época (o indivíduo egoísta do pensamento liberal). Para Durkheim o indivíduo não se reduz a uma racionalidade individual, mas está envolvido em uma estrutura moral que o liga aos demais indivíduos e esses a ele, em uma relação mais ampla com o fenômeno social.

O fundador da sociologia francesa defende que o individualismo deve se legitimar não no amor a si próprio, mas numa simpatia incondicional com respeito a tudo que significa o homem. Esta política da caridade, da fraternidade e da amizade presente na sua concepção de individualismo moral, (...), indica que este autor intuía a necessidade de estabelecer as bases de um pensamento complexo sobre a realidade, diferente da moral do interesse por se fundar na moral da solidariedade (MARTINS, 2004, p.33).

Há, portanto, em Durkheim, segundo o autor, uma preocupação em considerar o indivíduo como ser moral, numa discussão sobre a moral coletiva dentro dos interesses sociológicos, fazendo a crítica às visões do indivíduo numa racionalidade individual. Contudo, o pensador compreendeu a existência da totalidade que precede o indivíduo - o que o levou à elaboração dos conceitos de indivíduo moral e representação coletiva, mas não foi capaz de avançar para reconhecer que a ação dos indivíduos, as suas subjetividades interindividuais também interferem no todo da sociedade. Dessa forma, não conseguiu compreender que tal como “o todo (a sociedade) é maior que suas partes (os indivíduos), (...) constituem também uma totalidade racional e autonomizante em si mesma, com características diversas da totalidade maior (a sociedade)” (MARTINS, 2004, p.35).

O autor aludido afirma que a contribuição de Durkheim foi

...importante para uma compreensão complexa das redes sociais por integrar a idéia de totalidade e de que o todo tem sua proeminência sobre as partes. Recuperar esta tradição do pensamento é fundamental para se pensar a rede social como resposta teórica e prática que foi sendo sistematizada aos poucos, objetivando responder à complexidade demonstrada pelas novas formas associativas, à medida em que foi se aprofundando a *divisão social do trabalho*¹³ (MARTINS, 2004, p.35-36).

Acrescenta o autor que não se pode deixar de considerar os limites do pensamento Durkheiminiano, uma vez que não consegue integrar a liberdade individual na obrigação coletiva. Nesse sentido, sua contribuição foi fundamental, mas insuficiente. Insuficiência esta superada por Mauss, sucessor de Durkheim, que conseguiu superar o dilema de tal dicotomia, entendendo a sociedade como “fato social total”. Ou seja, Mauss compreende o indivíduo como parte desta totalidade (a sociedade), no sentido que a constitui e a totalidade como parte do indivíduo, igualmente influenciando-o e o constituindo nas suas escolhas. Nessa perspectiva, indivíduo e sociedade não são pólos antagônicos entre si, mas se constituem um sobre o outro, lado a lado, dentro de um espaço relacional/ social regulado e decifrável.

A superação da relação dicotômica entre indivíduo e sociedade é evidenciada na elaboração da teoria da dádiva de Mauss, onde,

¹³ Grifo do autor.

...aprofunda a idéia de Durkheim acerca da existência de uma obrigação social coletiva que se impõe sobre as diferenças individuais, para assegurar a reprodução social, mas supera o ‘pai fundador’ ao reconhecer que tais diferenças individuais contêm em si o germe da totalidade e, por isso, essas partes (os indivíduos ou grupos de indivíduos) contêm, igualmente, as sementes da autonomia e da liberdade (MARTINS, 2004, p.36).

Dessa forma, segundo Martins (2004), Mauss reconhece a existência da obrigação social entre os indivíduos – o que ele chama de dádiva – a qual se impõe nas interações entre as pessoas, podendo ser modificadas exatamente ao longo do percurso em que as trocas entre os indivíduos ocorrem. Para esse pensador, as relações baseadas no sistema de trocas, que põem em movimento uma multiplicidade de coisas, têm um caráter voluntário “aparentemente livre e gratuito, e, no entanto, obrigatório e interessado, dessas prestações”. Para ele, “o simbólico se identifica à regra do dom- a do Dar, Receber e Retribuir- , que, segundo ele, religa a parte e o todo, estando presente em todas as sociedades, tradicionais, mas igualmente modernas” (p.37). Ele reconhece que as trocas sociais não têm apenas valores econômicos, materiais, mas acima de tudo tem um valor simbólico, o dom, por meio da idéia de uma obrigação social moral de uns para com os outros.

A obra de Mauss teve contribuição fundamental para a sistematização de um conhecimento sociológico inspirado no paradoxo e na complexidade e conseqüentemente, para a teoria da rede social que está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da teoria da dádiva.

Martins (2004) apresenta ainda o pensamento de Norbert Elias, o qual também contribuiu para o desenvolvimento da teoria da rede social, na perspectiva do pensamento social complexo e paradoxal. Elias compreende o todo (a sociedade) como uma construção dinâmica, não acabada e em constante movimento, um fluxo contínuo. De acordo com Martins (2004, p.40-41)

Elias caminha naturalmente para uma concepção complexa da sociedade: não uma soma de indivíduos livres e egoístas (concepção liberal), nem uma totalidade irreduzível às partes (concepção holista-organizacional), mas um fenômeno fluido e não-arbitrário em que circulam as pessoas e as coisas mediante um movimento livre e criativo, mesmo que condicionado pela forma assumida pela troca social. (...), a tese de uma rede em constante movimento aparece para Elias como um conceito adequado para explicar a dinâmica de relações humanas que não podem ser reduzidas nem a liberdade individual nem apenas ao constrangimento coletivo. A rede em movimento é um tecer e destecer ininterrupto das ligações: ‘Assim efetivamente, cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar’ (MARTINS, 2004, p.40-41).

Para Elias, de acordo com o referido autor, por trás de todo esse movimento existe uma “*ordem oculta*”¹⁴ e não diretamente perceptível pelos sentidos, é ela que vai oferecer aos indivíduos “uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis” (MARTINS, 2004, p.41). Depreende-se que esta ordem oculta seria a obrigação social moral de Mauss. Nesse sentido, Elias avança em relação aos seus predecessores, pois foi o único a utilizar o termo rede, entendendo-a como esse conjunto de pessoas com ligações constantes e circulantes entre si.

Para Martins (2004), da apresentação do pensamento dos autores, compreende-se que a teoria da rede social está pautada no entendimento da sociedade como um todo complexo e das relações e inter-relações que os indivíduos travam neste meio, tanto no campo da ação voluntária como da ação política, sustentados pela obrigação social moral (teoria da dádiva). Observa então que na discussão sobre

... o surgimento da rede social com constructo teórico a partir da integração progressiva pelas ciências sociais do princípio do paradoxo, é estratégico se observar as diferenças entre os modelos organizacionais para que se entenda como a rede social pode sugerir possibilidades inéditas para a democratização da vida social – não apenas do lado da mobilização dos atores, como do lado do sistema político, em particular o sistema estatal. (p. 41-42)

¹⁴ Grifo do autor.

Nesta perspectiva, depreende-se que nas sociedades atuais a rede social extrapola o âmbito das relações interpessoais e assume formas mais complexas, transformando-se em elemento de participação das populações na busca da cidadania e da democratização social. Pautado nessa compreensão, o autor faz uma distinção, entre as redes, classificando-as em dois tipos: - as redes mercantis e as redes sociais.

As redes mercantis se constituem pela obrigação de um contrato. Já as redes sociais se formam através de vínculos estabelecidos a partir de uma obrigação coletiva, onde a moral assume uma dimensão importante. Nesse sentido para Caillé (apud Martins, 2004, p.42) a rede “é o conjunto de pessoas com as quais o ato de manter relações de amizade ou de camaradagem permite conservar e esperar confiança e fidelidade”. Dessa forma,

... é importante reconhecer que essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança. (...) Isto significa dizer que a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado pelo interesse dos membros na aliança.(...) as redes sociais na perspectiva da dádiva não se reduzem às idéias de redes concretas e empiricamente determináveis, na medida em que possuem uma dimensão simbólica fundamental. Pois o que se dá a alguém não é apenas a coisa em si, mas também, a intenção da doação. (...) ‘ao estabelecerem relações determinadas pelas obrigações que contraem quando se aliam e ao se darem uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e põem em circulação, os seres humanos produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social em cujo seio se exerce sua rivalidade’ (Martins, 2004, p.42).

Do exposto, o autor avalia que a rede social possui além de um caráter moral que estabelece a obrigação social entre os membros da rede, um caráter político devido ao interesse que os componentes da rede depositam na aliança formada. E, há ainda, por trás das relações estabelecidas em rede uma dimensão simbólica que cria vínculos e intensifica relações. Assim é no plano das relações interpessoais (onde ocorre a ação direta entre os indivíduos) que a idéia da dádiva aparece como estruturante das redes sociais, diferentemente do âmbito dos aparelhos¹⁵ onde a idéia de confiança é o que prevalece.

¹⁵ Martins (2004, p.42) se baseia em Jacques Godbout para fazer uma distinção entre aparelhos e redes. Para ele “os aparelhos constituem ajuntamentos de atores sociais organizados especificamente para fins de regulação de públicos”. O público é entendido como “um conjunto de indivíduos que mantêm uma relação de exterioridade com a organização. Daí existir em todo o aparelho uma ruptura entre um exterior e um interior”. A exemplo cita, o produtor e o consumidor, o governante e o cidadão, o pastor e o fiel. Estes se diferenciam das redes, pois estas não regulam um público, mas membros que formam um conjunto e dessa forma se auto-regulam. Logo, infere-se que o Estado, a Igreja, entre outros não se organizam em redes, mas como aparelhos.

As redes sócio-humanas se constituem em princípio para a criação de outras redes, como por exemplo “as sócio-técnicas – que aparecem no plano das organizações formais – ou as sócio-institucionais – que se reportam às parcerias entre agências governamentais e não-governamentais” (MARTINS, 2004, p.44). Entre as redes sócio-humanas destaca-se aqui, as redes de parentesco, como redes de vínculos intensos, fortemente associados à questão da obrigação moral de uns para com os outros.

Além do estudo de Martins que nos apresenta os fundamentos sociológicos da Teoria da Rede Social, outros estudos estão voltados especialmente para a rede familiar. Esses estudos, considerando especificamente as redes de parentesco, vêm sendo desenvolvidos, na sociologia, pelo menos desde os anos 50 do século XX, década em que foram publicados os primeiros trabalhos envolvendo esta temática. Entre eles o livro *Família e Rede Social* (1976, [1957]) da antropóloga e psicanalista Elizabeth Bott, com uma significativa contribuição para o desenvolvimento dos estudos sobre o tema. Para Vasconcelos (2002, p. 508) os estudos sobre o tema vêm crescendo desde a década 1970 e principalmente nos fins da década de 1980 e nos anos de 1990 muitos trabalhos ganharam visibilidade, demonstrando “não só a vitalidade das relações de parentesco, como as suas modalidades sociais e geracionais”.

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos evidenciaram que a vida familiar está envolvida em uma rede de relações e sociabilidades que não se esgota no grupo familiar de co-residência, mas extrapola para a rede social, movida por relações de solidariedade e entre ajuda por pessoas que trocam entre si bens e serviços. Para Vasconcelos (2002, p. 508) os estudos demonstraram tal como as pesquisas de Sarti, (1996, 2003) e Fonseca (1987, 2000, 2002), que “na realidade, as solidariedades familiares (particularmente as intergeracionais, de todo as mais comuns) têm uma importância relevante não só na economia das famílias, como também nas suas vidas quotidianas e trajetórias sociais”.

Para o autor as redes de solidariedade familiar ou de entre ajuda se efetivam nas trocas que fazem entre si. E, destaca que estas podem ser agrupadas em dois blocos de análise: - “as ajudas em espécie/ serviços e as ajudas em dinheiro ou patrimônio”, podendo incluir aí toda uma série de serviços e uma variedade de bens (VASCONCELOS, 2002, p. 509). Dessa forma, avalia que o conteúdo da ajuda ou troca na rede familiar está intrinsecamente relacionado à classe social a que pertence, ou seja, entre famílias mais abastadas economicamente a solidariedade familiar está direcionada para promover a ascensão social (*solidariedade para a promoção social*) e em famílias classificadas economicamente como classe baixa, as trocas se direcionam para a manutenção da subsistência (*solidariedade para a subsistência*). Nesse sentido, considerando que as condições da ajuda depende do que se tem para transmitir, conseqüentemente os apoios dados

podem ser entendidos como estratégias de reprodução das vantagens sociais (ou desvantagens, no caso daqueles que se encontram relativamente desprovidos de recursos e competências), transmissões e ajudas essas que em muito contribuem para definição das posições de classe das famílias [perpetuando as desigualdades de classes] (VASCONCELOS, 2002, p. 512).

Para o autor as práticas de entre ajuda familiar (redes de apoio), são em si mesmo, uma estratégia para possibilitar a reprodução biológica e social entre o grupo familiar.

Contudo, os estudos sobre as redes familiares procuram não só abordar a rede social como elemento importante de ajuda mútua no desenvolvimento da vida familiar, mas também marcam o quanto estas relações auxiliam no processo de “cura” e/ ou resolução de problemas e conflitos familiares. Nessa perspectiva, as redes familiares se constituem em espaços de apoio para a família e são utilizados como um recurso pelos profissionais, especialistas das mais diversas áreas, e os governos no desenvolvimento de políticas de proteção social.

Nesse sentido, a rede social familiar amplia-se para além das relações de parentesco e abarca não só as relações entre vizinhos, amigos, mas se estende também para outras instituições, quer sejam públicas ou privadas. A rede social, na perspectiva dos estudos com famílias, pode ser caracterizada “como um conjunto específico de vínculos entre um conjunto específico de pessoas” ou pode ser “entendida a partir da importância simbólica e afetiva para o sujeito” (MIOTO, 2004, p.09). Nessa perspectiva, a rede social abrange um conjunto de pessoas ou instituições que oferecem suporte à família ou indivíduos, seja pela troca de bens materiais, serviço e ajuda mútua ou pelo oferecimento de serviços para atender a necessidade do grupo familiar. Nesse contexto é demarcado a existência de dois tipos de rede. A rede social primária, a qual abarca as relações estabelecidas entre parentes, vizinhos e amigos (pautadas nos laços de parentesco ou em vínculos morais) e, a rede social secundária que abrange as relações estabelecidas pela via da formalidade e/ou instituição.

A primeira caracteriza-se por relações não institucionalizadas, com quem a família mantém uma relação de maior ou menor proximidade, dependendo das especificidades da família. Para Desmarais et al (1992, p. 47) define-se “red primaria como una entidad microsociológica constituída por um conjunto de individuos que se comunicam entre si a partir de afinidades personales fuera de todo contexto institucionalizado”. Para Miotto (2004) a rede primária se constitui na encruzilhada entre a vida “pública” e “privada” e são movidas pelas relações sentimentais que se formam entre os indivíduos. Uma das características da rede primária é a sua mobilidade, sendo transformada ao longo da vida das pessoas pelas circunstâncias e posição social, o que vai determinar o seu formato e abrangência. Da mesma forma, como demonstra Vasconcelos (2002), a rede familiar está diretamente relacionada aos condicionantes econômicos, sociais e culturais próprios de cada família.

A rede secundária caracteriza-se pelas relações mantidas pelas famílias com instituições e/ou com lugares que executam um determinado tipo de tarefa ou função para a sociedade, quer sejam públicas ou privadas. Trata-se do conjunto de pessoas que se reúnem em função de uma tarefa, em um marco institucionalizado (MIOTO, 2004). São os serviços de educação, saúde, igrejas, clubes sociais, etc., que executam funções para o bem-estar da população.

Bott (1976, p. 76-77) em seu livro trabalha a relação entre família e rede social demonstrando a existência de formas de organizações diferentes entre estas. Dessa forma, a autora identifica famílias organizadas em rede de malha estreita, significando “uma rede na qual existem muitas relações entre as unidades componentes”, em que muitos dos amigos, vizinhos e parentes se conhecem mutuamente. E, famílias organizadas em rede de malha frouxa, descrita como a rede em que existem poucos relacionamentos desse tipo, ou seja, o conhecimento entre os membros da rede é mínimo. Nas famílias com rede de malha estreita, segundo a autora, há maior controle social, bem como maior provisão de assistência entre os seus componentes. Já em uma rede de malha frouxa existe maior variação de normas/ regras entre os membros da rede e conseqüentemente o controle social é menor, bem como a prestação de assistência entre estes.

Dessa forma, depreende-se que famílias que contam com uma rede maior e mais coesa entre si - rede de malha estreita - recebem conseqüentemente, mais apoio e suporte por parte de sua rede familiar. O que se difere nas famílias com redes de malha frouxa, as quais têm que encontrar no próprio grupo familiar de convivência doméstica a satisfação das suas necessidades quer sejam afetivas, emocionais, morais ou materiais.

As redes sociais, de uma forma ou de outra, funcionam como um importante elemento no desenvolvimento da proteção social. E, não é ao acaso que os governos nos últimos tempos as elegeram-nas como aliadas para o desenvolvimento de propostas e projetos de bem-estar da população.

CAPÍTULO 2

Família e Proteção Social

A proteção social anteriormente ao capitalismo já se apresentava como modo de regulação da vida social, quer fossem elas escravista, feudal ou outras formas organizativas dos diversos modos da vida coletiva precedentes à industrialização, e tinha por função prover com o mínimo de subsistência os desamparados. O que era realizado através das redes de solidariedade e de ajuda mútua exercidas principalmente no interior das famílias e constitutivas das relações de gênero e de gerações. Eram práticas sociais quase sempre silenciosas e invisíveis, “mas com fortíssimos significados para a regulação da vida coletiva”

e que se estendiam para as redes de vizinhança, de trabalho e para as ações religiosas (COSTA, 1995).

Portanto, nas sociedades antigas o exercício da proteção social estava ao encargo das igrejas, dos senhores, da rede de vizinhança e da família, e era regido por princípios morais, caritativos e benevolentes, baseados na auto-ajuda e na solidariedade.

Nessas sociedades a família tinha uma grande fatia de responsabilidade em relação ao bem-estar dos seus membros, a sociedade intervinha somente à medida que os recursos familiares tivessem se esgotado e o problema se tornasse de ordem pública. Cotidianamente no âmbito familiar todos os esforços do grupo se direcionavam para a manutenção da vida e à garantia da reprodução social. Para tanto, a família sempre se utilizou, além das práticas de solidariedade e de auto-ajuda, dos fortes vínculos emocionais que é capaz de estabelecer entre os seus componentes. E a troca de cuidados, bens, serviços e favores são historicamente disponibilizados pela família na operacionalização da proteção. Nesse sentido, as formas de proteção social, desde as mais rústicas as mais complexas, utilizadas pela família, bem como por outras instituições, como as Igrejas, adquiriram relevância histórica e até o século passado foram os meios predominantes de geração de bem-estar. Somente a partir do século XX a proteção deixou o status de prática de benemerência e caridade e passou a ser reconhecida como responsabilidade pública e direito do cidadão (ã).

O bem-estar como um direito de cidadania¹⁶ é um acontecimento recente na história. Para tanto, as sociedades desenvolveram todo um aparato que funciona “através de sistemas específicos que se inscrevem como ramos importantes na divisão social do trabalho” (DI GIOVANNI, 1998, p. 09). A proteção social ganhou, então, importância e visibilidade, envolvendo uma ampla gama de sujeitos especializados, profissionais da proteção social.

No entanto, o aparecimento de formas mais complexas de proteção social não significou o desaparecimento dos tradicionais mecanismos de exercício de bem-estar. O que se observa é a convivência entre estes, embora, em períodos históricos diferentes, se constate o predomínio de uma ou outra forma, de um modo ou de outro, sempre houve alocação de esforços e recursos destinados a este fim.

Di Giovanni (1998) classifica o exercício da proteção social historicamente em três modalidades não excludentes entre si. São elas, a tradição, a troca e a autoridade. A primeira está permeada por valores como a caridade, a fraternidade, a solidariedade, etc., compreende a família, a rede de vizinhança, as práticas religiosas e os muitos processos de ajuda mútua que a humanidade é capaz de constituir. A segunda refere-se a “um conjunto de práticas

¹⁶ Segundo Marshall (1967) a cidadania compõe-se de três elementos, os direitos civis, políticos e sociais.

econômicas que perpassam desde relações face a face, até a impessoalidade das forças de mercado” (p.10) e por último a autoridade, que consiste na modalidade política de alocação de recursos, configurada no Estado, como gestor, produtor e regulador da proteção social.

O autor agrupa as diferentes formas de proteção em duas esferas, uma formada por instituições de âmbito privado, e a outra de âmbito público.

Em relação às instituições consideradas de âmbito privado, o autor faz uma subdivisão entre privado mercantil e privado não mercantil. Na primeira, encontram-se as instituições que exercem a proteção social fundamentadas nas relações de mercado (modalidade de troca), são empresas que prestam serviços à população, mas cobram pelo mesmo; o tipo privado não-mercantil está relacionado à tradição (privados tradicionais), inclui instituições como família, Igreja, entidades filantrópicas e outras associações.

A proteção social no âmbito público operacionaliza-se por meio de recursos alocados para este fim pelo Estado, o qual nas sociedades contemporâneas tem a função legal e legítima de garantir o bem-estar. O que pode ser concretizado por meio das políticas sociais, através do acionamento de uma complexa rede de recursos institucionais, políticos e econômicos. “Desta forma, a proteção social exercida através do Estado é assumida como função do poder público e representa a existência de um conjunto de garantias, mais ou menos extensas, através da intervenção política e administrativa.” (DI GIOVANNI, 1998, p. 12).

Diante do exposto, a proteção social pode assumir formatos diferenciados, com maior ou menor complexidade, podendo ser compreendida tanto como ações “... voltadas para a defesa de grupos e indivíduos em situação de não – autonomia quanto a sua sobrevivência” o que abarca as diferentes experiências sociais que incluem “...o reconhecimento dos muitos processos de auto-ajuda, das diferentes redes de solidariedade e de sobrevivência no interior de vários modos de vida” (COSTA, 1995, p. 63 e 64). Ou segundo Di Giovanni (1998) como *sistemas de proteção social*, que são formas

... às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas - que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. Inclui neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e integração, sob várias formas na vida social. Ainda os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (p. 10).

Di Giovanni (1998) compreende que a proteção social inclui além da proteção aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, ameaçados na garantia da manutenção física da vida, o direito ao conhecimento e a cultura, bem como, a viver dentro de uma sociedade organizada, “bens” que garantem ao ser humano a capacidade de discernimento para viver com autonomia em sociedade.

Dessa forma, entender as ações voltadas para o bem-estar dos seres humanos, nas sociedades capitalistas modernas, como sistemas de proteção social, não exige apenas que se ponha em execução todo um aparato técnico e financeiro, mas demanda que se estabeleçam politicamente referências para a sua operacionalização. As sociedades historicamente têm se pautado na noção de mínimos sociais como parâmetro para o bem-estar dos indivíduos.

De acordo com Pereira (2002) a noção de mínimos sociais é hoje muito heterogênea, está relacionado às questões políticas, sociais e culturais pertinentes a cada país. O mais comumente encontrado, principalmente nos países capitalistas de orientação neoliberal, é a concepção de mínimos sociais equivalente a “*recursos mínimos*”¹⁷, destinados a pessoas incapazes de prover por meio de seu próprio trabalho a sua subsistência” (p.16). Embora com variações, as políticas sociais que operam na lógica dos mínimos sociais, objetivam dar o mínimo para garantir a sobrevivência e esperam que os beneficiários dêem o melhor de si e cumpram suas obrigações e responsabilidades para sair da condição de usuário do sistema de proteção social.

A noção de mínimos sociais como recursos mínimos está associado ao desenvolvimento de políticas sociais seletivas, focalizadas e minimalistas, sendo apenas, a provisão do mínimo possível para a manutenção da vida no limite da sobrevivência biológica. A referência, portanto, são as piores condições de vida (pobreza absoluta) para a definição dos mínimos sociais. Pereira (2002) avalia, que nesse sentido, o “mínimo” pode não ser garantia de condições básicas de vida, concebidas enquanto direito de viver dentro de patamares adequado ao bem-estar humano de nutrição, saúde, educação, habitação, lazer, liberdade e autonomia, ou seja, a possibilidade de acesso e usufruto aos direitos civis, políticos e sociais¹⁸.

¹⁷ Grifo da autora.

¹⁸ Os direitos sociais são os mais negligenciados em nossas sociedades, principalmente diante das mudanças dos últimos trinta anos no universo capitalista, com a introdução do modelo de acumulação neoliberal, que propõe como meio de regulação social o mercado, retirando do Estado a função de garantir a proteção social, a qual trata-se de uma conquista histórica dos trabalhadores e dominados no Estado Capitalista.

A autora propõe trabalhar com o conceito de necessidades humanas básicas como referência para a proteção social. Para Pereira (2002) o conceito de necessidades humanas básicas tem uma maior abrangência em comparação ao conceito de mínimos sociais. Os estudos de Doyal e Gough (apud PEREIRA, 2002, p.66), “sustentam que todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as culturas têm necessidades básicas comuns”. O que muda, de acordo com as distintas sociedades e culturas, são os meios utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Para os autores, há “um consenso moral, perfeitamente detectável em diferentes visões de mundo, de que o desenvolvimento de uma vida humana digna só ocorrerá se certas necessidades fundamentais (comuns a todos) foram atendidas”. Estas necessidades estão relacionadas a dois fatores fundamentais: - a manutenção da saúde física das pessoas, pois, a privação desta impede as pessoas do acesso e usufruto de condições de vida que possibilitem a sua inserção e participação social; - a autonomia, o que possibilita aos indivíduos condições para agir, de modo informado e discernido, com clareza para atuar na vida em sociedade.

A privação dessas necessidades pode levar a sérios prejuízos físicos e emocionais da população, impedindo homens e mulheres de viverem e participarem ativamente da sociedade como sujeitos. São exatamente os danos causados pela privação das necessidades básicas aos seres humanos, que conferem a elas um caráter de objetividade (ocorrem independentemente de preferências individuais) e universalidade (as consequências da não satisfação de forma adequada é a mesma para todo o indivíduo) e as distinguem de todas as outras.

Nesse sentido, a satisfação dessas necessidades é condição básica para que os indivíduos possam participar da vida em sociedade. Para Cabrero (apud PEREIRA, 2002, p. 68) elas são também “direitos morais que se transformam em direitos sociais e civis mediante políticas sociais”.

Dessa forma, avalia-se que discutir a proteção social a partir das necessidades humanas básicas é fundamental, porque se tem como eixo as condições adequadas e necessárias para a sustentação da vida, a ser alcançado em qualquer parte do mundo. O que pode servir, também, para a distinção de sociedades mais ou menos protetivas para com os seus cidadãos.

Contudo, independentemente do potencial protetivo das sociedades e das transformações sociais dos últimos tempos, tanto no âmbito da economia, da política e da sociedade em geral, como da própria família, esta permanece exercendo a função que socialmente lhe foi delegada na reprodução social. Nesse sentido, embora, os sistemas de

proteção social tenham se tornado mais complexo ao longo dos tempos, a família continuou circulando nesta esfera. E ainda, que sobre ângulos diferentes em cada época, ela se mantém fazendo a interface com o Estado para a garantia (ainda que mínima) do bem estar humano, como pode ser visto nos itens a seguir.

2.1 A Família por “Trás do” Estado na Provisão da Proteção Social

A provisão pública da proteção social é uma invenção do século passado. Suas origens, porém, remontam ao princípio do capitalismo e o conseqüente agravamento da questão social, gerada especialmente por dois fatores principais, a industrialização que significava um novo tipo de trabalho, com conseqüências sobre a vida do trabalhador e de sua família e o acelerado crescimento demográfico, principalmente das cidades, gerando problemas urbanos, como falta de saneamento, higiene, segurança, entre outros.

Conforme Esping-Andersen (1991), com o desenvolvimento do capitalismo a estabilidade das formas tradicionais pré-mercantilizadas de prover a proteção social (assegurada pela família, a Igreja e/ ou o senhor feudal, através de ações solidárias) foi abalada e o indivíduo não pôde mais contar com as antigas tutelas. Outros estudos também demonstram que

gerou-se, (...) uma grande debilidade nos vínculos de proteção social vigentes até então. Desmoronavam-se o parentesco e a assistência mútua, típicas das pequenas comunidades rurais. Tais mecanismos de solidariedade social desapareceram no meio urbano onde a perda do emprego e dos rendimentos se constituía em dramáticas situações de pobreza e desamparo. (DI GIOVANNI, 1998, p. 19).

Havia problemas dos mais diversos tipos, os quais estavam relacionados diretamente as modificações feitas no âmbito do trabalho, através da introdução de novas técnicas, decorrentes dos avanços tecnológicos e organizacionais principalmente a partir do século

XIX com a instalação dos modos de produção Taylorista¹⁹ e Fordista²⁰ (início do século XX), que se por um lado propiciavam amplo desenvolvimento econômico, por outro as técnicas mecanizadas de produção, associadas às longas jornadas de trabalho e à utilização máxima da capacidade do trabalhador, levaram ao aumento dos riscos de acidentes de trabalho, “expondo os acidentados, ao desemprego, à invalidez e, sempre, à perda de rendimentos”; à exaustão “precoce das capacidades individuais de trabalho (....) [e ao] surgimento de inúmeras doenças profissionais que contribuíam para esta exaustão, gerando, paralelamente, a perda parcial ou total da capacidade laborativa” (DI GIOVANNI, 1998, p.19). Estes fatos levavam não só o trabalhador a uma situação de “desproteção” social, mas também, a família do trabalhador que ficava sujeita a estas vicissitudes da vida moderna. E, embora no período já fossem encontradas algumas normas de proteção ao trabalhador, isto não era significativo para proteger a ele e a sua família.

A alteração no modo de produção modificou, portanto, a vida em família, pois não exigia apenas um novo perfil de trabalhador, mas alterava as suas condições de vida e de sobrevivência, modificando os padrões familiares, e introduzindo novos hábitos e costumes, ou seja, um novo modo de vida. As modificações implicaram não só sobre o modo de ser e conviver em família, mas, alteraram inclusive o seu formato e organização, o que alterou conseqüentemente a forma de exercer a proteção social no âmbito familiar.

Harvey (1996. p. 121) cita Gramsci, para quem o modo de produção fordista²¹ equivalia ao

maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo

¹⁹ O método de produção taylorista refere-se a “decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (HARVEY, 1996, p.121) com o objetivo de aumentar a produtividade.

²⁰ O método de produção fordista caracteriza-se pela “produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas” (CLARKE, 1991, p.119).

²¹ O fordismo transformou a produção artesanal em produção industrial de larga escala. O que possibilitou principalmente às classes médias, produtos antes só disponíveis para os mais abastados. Dessa forma, a metodologia de produção empregada por Henry Ford tornou-se um marco no processo de desenvolvimento capitalista, menos pela mecanização e divisão do trabalho, do que pelo seu propósito de que a produção em massa devia ser consumida em grande escala, representando uma revolução no consumo.

particular de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e processo produtivo.

A medida que o capitalismo liberal demonstrava a sua incapacidade de garantir através do mercado, como modo de regulamentação social²², a proteção para todos, a preocupação com o relacionamento do capitalismo e o bem-estar por parte não só dos revolucionários, economistas e políticos marxistas, mas também entre os setores conservadores e adeptos da teoria liberal, aumentava. Nesse sentido, o capitalismo gerou, desde os seus primórdios, insatisfeitos. Diante disso, as forças políticas, econômicas e sociais interagiam e apontavam para o surgimento de uma nova ordem que originaria mudanças não só no processo de acumulação do capital (relações econômicas), mas também alteraria as relações sociais e a organização política dos países.

Além do movimento econômico, a organização social e política do início do século exigiam mudanças e garantias de melhores condições de vida aos trabalhadores e população em geral. A luta era por direitos sociais que completava a noção de cidadania. O pós-segunda guerra mundial se constituiu no cenário que permitiu a sociedade capitalista ver no Estado o ator ideal para regular as relações entre a economia e o social e construir “...uma nova concepção da forma e do uso dos poderes de Estado” (HARVEY, 1996, p. 124), o que se denominou Estado de Bem-Estar Social.

A efetivação do Estado de Bem-Estar Social inaugurou um novo capítulo na esfera da proteção social. Pela primeira vez na história da humanidade, o Estado foi impelido a assumir a proteção social como uma responsabilidade pública, operacionalizada por meio de políticas sociais. Ela deixou o “status” de caridade e benevolência para tornar-se direito de todo o cidadão (ã).

A cidadania é relevante como garantia da primazia dos direitos universais sobre os individuais. É a idéia de universalização dos direitos que se impõe e do acesso a uma possível igualdade e justiça social, por meio do Estado de Bem-Estar Social. Para Esping-Andersen (1991), quando a cidadania atinge o nível dos direitos sociais, funcionando no âmbito da prática e da legalidade, quando os direitos são invioláveis e universais proporcionam a desmercadorização²³ do indivíduo e sua família em relação ao mercado. Ou seja, a garantia

²² Lipietz apud Harvey (1996, p.117) conceitua o modo de regulamentação como “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema da reprodução”.

²³ A desmercadorização para Esping-Andersen (1991) “ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado” (p.102).

dos direitos sociais é que asseguram a maior ou menor dependência da pessoa em relação ao mercado.

Os Estados mais desmercadorizados são aqueles em que o indivíduo não tem uma dependência direta do mercado ou porque tem seus direitos assegurados através da oferta pública de serviços sociais, ou porque a pessoa se mantém sem depender dele.

Um outro aspecto importante para compreender um Estado de Bem-Estar Social, e o quanto de autonomia possibilita aos indivíduos, refere-se a relação entre cidadania e classe social, objetivando saber

...que tipo de sistema de estratificação social é promovido pela política social. O welfare state não é apenas um mecanismo que intervém – e talvez corrija – a estrutura de desigualdade; é, em si mesmo, um sistema de estratificação. É uma força ativa no ordenamento das relações sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.104).

A forma de transferência dos recursos públicos, como e com quem se gasta, define modelos de Estado de Bem-Estar Social mais ou menos universalizantes, o que supõe uma maior ou menor estratificação social. Há sistemas que dividem assalariados e aplicam programas distintos para grupos diferentes em termos de classe e status, possibilitando aos que possuem renda maior melhorar suas condições de vida e ascensão no interior da classe social; há outros mais universalizantes em que os direitos sociais são acessados de formas semelhantes, independentes da classe e da posição do mercado, promovendo igualdade de status e de condições para a provisão do bem-estar.

A qualidade dos direitos sociais, as diferenciações em relação à desmercadorização, aos padrões de estratificação/ segmentação promovidas pelas políticas sociais e a forma como “as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.101) são o que diferenciam os regimes de Bem-Estar Social no tempo histórico. E possibilitam analisá-los a partir da perspectiva da emancipação da família em relação ao mercado, bem como, apontam a direção para que se identifique até que ponto o Estado funciona como fonte de apoio/ suporte à família no âmbito da proteção, auxiliando-a na sua tarefa cotidiana de garantir a reprodução social.

Os diferentes países construíram modelos de Estado de Bem-Estar social distintos entre si de acordo com os condicionantes políticos, econômicos, culturais, estruturais e

conjunturais, peculiares à dinâmica interna de cada país, como a garantia de direitos, a forma de financiamento, o acesso aos benefícios e serviços, a população atendida, os vários tipos de serviços e programas oferecidos, entre outros. As distintas correntes teóricas basearam-se nestes fatores e nos ideais de justiça social e cidadania para elaborar as tipologias generalizantes dos Estados de Bem-Estar Social. As classificações originam-se a partir de dois modelos, o Bismarckiano²⁴, reconhecido como primeiro sistema de seguridade social da sociedade ocidental e o modelo Beveridgeano²⁵ estruturado já nos tempos de Welfare State.

Richard Titmuss em sua obra de 1958 (VIANNA, 2000, FARIA, 1998, ESPING-ANDERSEN 1991) elaborou o que se considera a tipologia clássica dos Estados de Bem-Estar Social, a qual serviu de inspiração para todas as outras²⁶. Esping-Andersen (1991) analogamente a Titmuss²⁷ trabalha com uma classificação tricotômica²⁸ para definir os distintos modelos de Estado de Bem-Estar Social. O autor estrutura sua classificação baseando-se na análise das “variações internacionais dos direitos sociais e de estratificação do Welfare State” (p.108), onde encontra combinações qualitativamente diferentes entre Estado, mercado e família para garantir a provisão social. As variações analisadas não se encontram distribuídas linearmente, mas, estão agrupadas de acordo com os tipos de bem estar social que revelam as diferentes formas de entrelaçamento entre estes três sujeitos que se ocupam da proteção social.

Esping-Andersen (1999) ao avaliar os sistema de proteção social dos diferentes modelos de Estado de Bem- Estar Social e o tipo de relação estabelecida com a família, trabalha com os conceitos de desfamíliação e familismo.

A desfamíliação “refere-se ao grau no qual as responsabilidades de bem-estar social e cuidados das unidades familiares são abrandados – seja via provisão de bem-estar social pelo

²⁴ O modelo Bismarckiano foi desenvolvido a partir de 1880, na Alemanha, pelo chanceler Otto von Bismarck, de quem herdou o nome. Este modelo de proteção social é concebido geralmente pelos teóricos, como precursor do Estados de Bem-Estar Social e tem como característica básica “seu caráter seletivo ou corporativo e seu propósito explícito de pacificar os operários industriais, minar a organização trabalhista e promover a paz social” (FARIA,1998, p.51). Esping-Andersen (1991) acentua a criação de benefícios previdenciários, como um aspecto importante do modelo Bismarckiano.

²⁵ O modelo Beveridgeano é inglês e se efetivou por volta dos anos de 1940. Neste modelo “...a seguridade social também era entendida como um mecanismo macroeconômico capaz de assegurar a estabilidade. Cabe lembrar, ainda, a forte ênfase dada por Beveridge aos vínculos inapeláveis entre a seguridade social e o emprego, isto é, entre trabalho e bem-estar social (FARIA, 1998, p.52).

²⁶ Titmuss classifica os Estados de Bem- Estar Social em três tipos distintos: modelo residual, modelo de produtividade e desempenho e o modelo redistributivo institucional. Para maior conhecimento, vide Faria (1998).

²⁷ A maior parte dos autores que sucederam a Titmuss utilizam uma classificação dicotômica para especificar os tipos de Welfare State, concentrando suas análises nos modelos residual e redistributivo. Esse tipo de análise geralmente se utiliza de métodos comparativos onde avaliam os gastos, os benefícios, etc., de cada modelo.

²⁸ Estado de Bem-Estar Liberal (ou residual); Estado de Bem-Estar Conservador (ou meritocrático); Estado Social Democrata (ou distributivo).

Estado, ou pela provisão do mercado”²⁹ (p.04). Em sistemas de proteção social desfamilista, percebe-se a diminuição dos encargos da unidade familiar e a sua independência das relações de parentesco no cumprimento das funções familiares. Há políticas familiares e/ ou sociais destinadas a atender as necessidades familiares, quer sejam dirigidas diretamente aos grupos domésticos ou aos seus componentes.

E um sistema de proteção social respaldado no familismo “...é aquele em que a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem estar de seus membros” (p. 05). O familismo significa, portanto, uma menor provisão por parte do Estado do bem –estar.

Nos modelos de proteção social mais familista a ação pública ocorre mediante a falência da família na provisão do bem-estar, limitando a interferência do Estado às situações onde a rede familiar e comunitária não consegue garantir proteção mínima para os seus membros, e ela também não consegue acessá-la através da compra de bens e serviços, contrariando a crença de que a família é uma unidade natural de serviços e sujeito econômico do mercado (MIOTO, 2004). Um problema que se visualiza nos sistemas familistas de proteção social, é a ineficiência dos mercados para os mais necessitados, uma vez que é preciso dispor de emprego e salário suficiente para acessá-los, necessidades que na conjuntura atual (crise do desemprego), já não está sendo possibilitado aos setores medianos da população.

Esping-Andersen (1999) constata que nos modelos tradicionais ou clássicos de bem-estar predominante até a década de 1970, a família atuou como parceira do Estado, embora exercendo um papel silencioso, não aparecendo nas pesquisas que se referiam à proteção social. Não se sabe, portanto, das suas demandas, satisfações e insatisfações, a essa época. O Estado pautava-se na crença de que ela era capaz de corresponder adequadamente as suas funções de proteção, operacionalizando na vida privada toda uma gama de serviços de cuidado e proteção, com o qual o Estado não precisava se preocupar.

Para Campos & Mioto (2003) o modelo de família predominante nesta perspectiva (modelo conservador ou meritocrático) é a do provedor masculino. Este modelo é proveniente de um período em que as ofertas de empregos eram estáveis e os salários tinham a capacidade de prover as necessidades de todo o grupo familiar. Fundamentava-se na figura do homem trabalhador com emprego e salário garantido, e a mulher era a grande cuidadora,

²⁹ Na esfera do mercado a proteção social só pode ser adquirida via o pagamento dos serviços prestados, logo, só é possível para famílias com poder de compra. Pois, o mercado não está preocupado com a proteção dos indivíduos e suas famílias dos riscos sociais, mas faz desta uma mercadoria a ser consumida pelos que dispõem de recursos.

que gastava o seu tempo em função do espaço doméstico. Ao trabalhador era repassado o seguro social, a mulher e os filhos recebiam-no de forma indireta, “direitos derivados”. Havia uma relação direta de subordinação da mulher (bem como dos filhos), que dependiam do homem e dos recursos dispostos por ele para a sobrevivência da família. O que supõe, segundo as autoras, níveis elevados de solidariedade familiar entre gênero e gerações.

Aposta-se, portanto, na existência de fortes laços intra- grupo familiar, de empregos disponíveis e renováveis [...] . Esta opção supõe, evidentemente que se desenvolvam internamente à família elevadas transferências materiais e imateriais. Ou seja, baseia-se na existência de uma solidariedade familiar que implica trocas inter geracionais e de gênero, constantes e fundamentais para a sobrevivência de todos. Nesta direção, pode-se afirmar que a responsabilidade familiar é tradicional e marcante na cobertura dos riscos do ‘curso de vida’ pelo contrato intergeracional em que os jovens adultos cuidam dos idosos que lhes transferiram patrimônio (Esping-Andersen, 1999, p. 41). Ela é particularmente necessária diante da evidência de uma concentração da pobreza na infância e na velhice, dada a relação desproporcional entre ganhos e necessidades específicas das famílias na primeira e última fase de seu ciclo vital (CAMPOS & MIOTO, 2003, p.168).

Neste modelo o papel da família consiste, além de ser uma unidade econômica de redistribuição de renda, em ser cuidadora, assumindo integralmente a responsabilidade pela reprodução social. A ela cabe o cuidado para com os seus membros mais frágeis, papel que é atribuído exclusivamente a mulher.

Salienta-se que esse modelo, torna mais frágil as famílias sem pais, pois as mães tem que assumir a responsabilidade do sustento familiar e continuar exercendo o seu papel de cuidadora. Além do que, os trabalhos destinados às mulheres são de segunda categoria, não lhe proporcionando um nível de renda compatível ao oferecido ao trabalhador do sexo masculino. Estas são famílias que estão mais sujeitas às vulnerabilidades.

É importante acentuar também o grau de “naturalização” impregnado às funções familiares, neste modelo de proteção social.

As questões de dependência e interdependência que criam responsabilidades familiares diferenciadas dos indivíduos pertencentes ao grupo, são dadas como óbvias. Está implícita a operação da solidariedade da família, indispensável à manutenção do próprio grupo, de forma que a tendência é o não reconhecimento, da parte do Estado e da sociedade, dos limites econômicos e sociais dessa

contribuição. Isto leva frequentemente a presença de uma política familiar muito passiva e não desenvolvida, [com graus elevados de familismo] (CAMPOS & MIOTO, 2003, p. 170)

A família do homem provedor precedeu principalmente a saída da mulher em grande escala para o mercado de trabalho e predominou até a consolidação das mudanças ocorridas na família e no mundo do trabalho, em virtude do acelerado processo de modernização.

Pode-se dizer, com base nos estudos realizados sobre o Estado de Bem-Estar Social, que a Europa foi o continente em que o Estado assumiu em maior proporção (em comparação com os países da América, por exemplo) o seu papel de provedor de bem-estar. No entanto, estes não são modelos generalizantes. Campos & Miotto (2003) ao analisarem a responsabilização do Estado frente a proteção social nos diferentes modelos de Estado de Bem-Estar Social e a relação de “parceria” estabelecida com a família, realizam uma análise dos distintos graus de familismo encontrados nos sistemas de proteção social dos países do continente europeu.

Em países como a França, por exemplo, o Estado proporciona apoio direto à família, mantendo historicamente uma política de atenção a mesma. O sistema de proteção social francês não descarta, ao contrário, reforça a função da família na reprodução social, responsabilizando-a pelo apoio e sustento do grupo familiar como um todo. Infere-se que este sistema de proteção social é caracterizado pelo familismo, porém em grau menor que o sistema italiano, para o qual pode ser atribuído um alto grau de familismo.

Na Itália constata-se a ausência de uma política familiar articulada destinada à família, conforme destacam Campos & Miotto (2003, p. 172)

Sem depreciar a existência de múltiplos dispositivos legais e de políticas públicas relacionadas à família, e sua força normatizadora, estamos longe de uma política familiar consistente. As medidas direcionadas às famílias são mais efeitos de outras políticas setoriais, ou gerais, como é o caso das pensões, da educação e da saúde.

A ação do Estado em relação à família, na Itália, está muito mais voltada para a normatização e regulação, através do sistema legislativo do que políticas de apoio/ suporte ao bem-estar familiar.

Há ainda, entre os países da união européia, fatores históricos determinantes para a construção das diferenças entre os regimes de bem-estar e a relação Estado família. A herança de uma história de governos ditadores e totalitários, que encorajaram a natalidade, a autoridade patriarcal, constituindo políticas familiares pautadas no apoio aos valores dos regimes nazistas, fascistas, franquistas, causaram restrições ao desenvolvimento das políticas de atenção à família em países como a Itália, a Alemanha e a Espanha. “... de maneira geral, [porém], as ‘alocações familiares’ são elementos centrais no quadro das prestações diretas às famílias”. Em alguns países “... estas prestações têm um caráter universal, aberto a todas as famílias, sem exigências contributivas anteriores” e, em outros os benefícios são destinados a grupos específicos, caracterizando o repasse de prestações familiares relativamente menores (CAMPOS & MIOTO, 2003, p. 173).

Segundo as autoras referidas o tipo de Estado de Bem-Estar Social, onde são encontrados graus elevados de desfamíliação é o Estado na via social democrata, o qual se diferencia dos Estados com forte grau de familismo, pelo objetivo de “socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote” (p.174). O resultado é um Estado que assume diretamente o seu papel de provedor da proteção social, responsabilizando-se pelo cuidado com as crianças, os velhos e os desvalidos, que faz transferências diretas aos filhos, capacitando a independência individual. Assim, há uma clara oferta de serviços sociais destinados às famílias, que lhes auxiliam nas funções de cuidado e proteção de seus membros, e visam diminuir as obrigações familiares e atender a população em caráter universal.

A família na via social democrata se sustenta em relações mais democráticas, fundadas no vínculo afetivo-emocional e não em obrigatoriedades, estando as responsabilidades familiares divididas entre o grupo familiar, tanto em relação ao sustento, como aos cuidados. “... O reconhecimento deste tipo de família exige uma abordagem muito pragmática por parte da sociedade, que se traduz no respeito aos modelos de convivência e à paridade de direitos e oportunidades no âmbito da relação do casal” (CAMPOS & MIOTO, 2003, p.175).

Neste regime as características básicas são universalidade, igualdade com qualidade de vida e redistribuição. Os direitos sociais alcançam o seu máximo desenvolvimento e são assegurados para todos. Nessa perspectiva busca-se romper com o dualismo entre Estado e mercado, entre classe média e classe trabalhadora.

“Esta fórmula traduz-se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universalistas” . O indivíduo atinge assim, uma independência em relação ao mercado, uma vez que seu bem-estar é assegurado pelo Estado. A lógica que

perpassa este modelo é a de que em um sistema de benefícios universais “todos se beneficiam; todos são dependentes; e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 109 e 110). Neste modelo as políticas sociais visam atender as necessidades familiares, mas estão direcionadas aos indivíduos.

Agrupam-se neste regime Estados como a Suécia, a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia.

No modelo de Estado de Bem-Estar Liberal (ou residual) o sistema de proteção social é caracterizado por seu alto grau de familismo, o que pode ser constatado em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Nestes regimes a provisão social pública é dirigida aos comprovadamente pobres. E, somente é acionada a partir da falência das outras vias de garantia de proteção social (o mercado, a família e/ou as redes comunitárias); ou quando o mercado impõe riscos sociais a determinados segmentos populacionais. Os benefícios sociais, além de não ter um caráter de universalidade, são geralmente modestos, focalizados, segmentados e muitas vezes estabelecem regras estigmatizadoras.

Depreende-se que o Estado neste regime de bem-estar preocupa-se minimamente com a assistência social e à proteção dos indivíduos e suas famílias, seu objetivo é não desanimar os indivíduos de participarem do mercado de trabalho. Pois, acredita-se que caso o fornecimento dos benefícios privilegie o critério da universalidade e igualdade, a população fará a opção pelos benefícios sociais e não pelo trabalho. Os direitos sociais são limitados e “edifica uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.108). Neste sentido, o direcionamento das políticas sociais está voltado para o atendimento das necessidades individuais, não sendo políticas votadas para atender as demandas do grupo familiar.

Uma das características do Estado liberal é subsidiar o mercado para prover o bem-estar. Dessa forma, nesses países os serviços de bem-estar estão prioritariamente “nas mãos” do mercado, oferecidos à família como mercadoria a ser adquirida através de pagamento monetário. Assim, o grau de desmercantilização alcançado pelas famílias é muito baixo, há uma estreita dependência do mercado, o qual completa a rede de proteção social básica.

Nesses países, as famílias dependem em larga escala dos serviços oferecidos pelo mercado. O problema que se impõe, no entanto, é que os mercados costumeiramente “falham” para os mais necessitados” (ESPING-ANDERSEN, 1999, p.09), o que expõe as famílias pobres a graves situações de vulnerabilidade social, não contando com apoio ou suporte público no exercício da reprodução social. Exemplifica-se a questão com o caso dos

Estados Unidos, onde dez por cento das crianças filhas de mulheres empregadas ficam sozinhas em casa, durante o horário de trabalho de suas mães.

Inferes-se do exposto, que nos diferentes modelos de Estado de Bem-Estar Social o “entrelaçamento” entre o Estado e a família ocorreu de forma diferenciada, onde a estruturação dos sistemas públicos de proteção social e a forma como se desenvolveram, apontam o maior ou menor nível de proteção do Estado para com as famílias e, conseqüentemente, revelam que os Estados à medida que se organizaram para prover a proteção social contavam com a família nesta função. A porção de responsabilidade ocupada pela família foi proporcional à responsabilidade que o Estado se colocou na execução da proteção. Dessa forma, embora variando de país para país, a família sempre ocupou um lugar nos sistemas de proteção social no modelo de Estado de Bem-Estar Social, sendo indispensável na provisão da proteção social.

2.2 A Família “na Frente” do Estado na Provisão da Proteção Social

A partir da década de 70, as mudanças sócio-econômicas – incapazes de assegurar o pleno emprego (alicerce do Estado de Bem-Estar Social), políticas e culturais, decorrentes do processo de globalização e modernização (principalmente na área tecnológica e de comunicação), vêm determinando alterações nos Estados de Bem-Estar Social e nos sistemas de proteção, tanto em países que apresentam maior desenvolvimento, como nos chamados subdesenvolvidos.

Nas economias abertas e globalmente integradas de hoje, contudo, muitas das premissas que guiaram a construção desses welfare states não são mais vigentes. O crescimento não-inflacionário induzido pela

demanda, no interior de um único país, parece hoje impossível; cabe aos serviços, mais do que à indústria, a garantia do pleno emprego; a população está envelhecendo rapidamente; a família convencional, dependente do provedor masculino, está em declínio, e o ciclo de vida está mudando e se diversificando, e tais modificações estruturais desafiam o pensamento tradicional sobre política social (ESPING-ANDERSON, 1995, P.73).

As correntes teóricas freqüentemente referem-se a este período (pós 1970) como o período em que o Welfare State entrou em crise. Mota (1995) explana que mais do que uma crise real cria-se uma cultura política da crise. O que consiste na negação dos referenciais teóricos, políticos e ideológicos que permitiam identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas, acerca da situação social e econômica. Gera-se um discurso que homogeneíza a todos pela idéia de que a crise afeta a todos igualmente, de “modo que a saída da crise exige consensos e sacrifícios de todos” (p.101). A ideologia que se cria tem como base as mudanças no mundo do trabalho e o desmonte dos mecanismos de proteção social e propõe a aliança entre as classes, amparadas no discurso da solidariedade, no primado da ética e no distributivismo dos excessos para a formação de um novo conformismo social (pautado no discurso da superação conjunta da crise). Essa cultura tem suas raízes na necessidade do capital realizar a reestruturação técnica da sua base produtiva e de fazê-la com o consentimento das classes trabalhadoras.

As mudanças que vinham desde a década de 1970 sendo anunciadas, principalmente no âmbito da produção, do trabalho e da família, incidiram a partir dos anos de 1980 sobre o cenário da proteção social, alterando-o, e redefinindo-o à luz da política econômica neoliberal, que instituiu “novamente” o mercado como modo de regulação social. Os neoliberais pregam a privatização do bem-estar, a seletividade dos benefícios, contrariamente a universalização e convivem “pacificamente” com a maior diferenciação na pirâmide social. Para tanto, essa “nova estratégia” do capitalismo suscita a discussão do Estado mínimo, bem como o reconhecimento público da prática da solidariedade como um dos eixos onde se assenta a proteção social. Nessa perspectiva, a função do Estado de *garantir* direitos sociais não é assegurada, contrariamente, ela é refutada (PEREIRA, 2002).

Com a minimização do papel do Estado, nas últimas décadas, a proteção social como um direito de cidadania, na perspectiva da universalidade, sofreu retrocessos. A proposta que surge é a mercantilização do bem-estar; paralelamente a isto há uma volta ou revalorização dos tradicionais mecanismos de proteção social, ou seja, a sociedade e a família.

Esses espaços, através da prática da solidariedade, foram conclamados a assumir a provisão do bem-estar.

É também, e principalmente, uma estratégia de esvaziamento da política social como direito de cidadania, já que, com o ‘desvanecimento das fronteiras entre as esferas pública e privada’, se alarga a possibilidade de privatização das responsabilidades públicas, com a conseqüente quebra de garantia de direitos (PEREIRA, 2004 b, p.33).

Em âmbito geral, se observa um deslocamento da provisão de bem estar da esfera do Estado (esfera pública) para a esfera privada, tanto mercantil como não mercantil. O mercado, no entanto, não atua como fonte de solidariedade e sim é operacionalizado via a lógica empresarial do lucro. Os serviços de educação, saúde, habitação, etc., são oferecidos como uma mercadoria e são vendidos para quem tiver poder aquisitivo para adquiri-lo, ampliando o grau de mercantilização da proteção social em todos os países. O que se visualiza, portanto, é a persistência da idéia do Estado e da família funcionando como eixos organizadores das demais solidariedades, havendo uma relação de partilha de responsabilidade entre as solidariedades pública e privada (não mercantil). Da fusão entre estas surge, segundo os especialistas, um novo modelo de Estado denominado “*Welfare Mix*”³⁰, que preconiza exactamente uma combinação de recursos e dos meios mobilizáveis junto do Estado, dos parentes, mas também junto do mercado ou ainda das iniciativas privadas, associativas, beneficentes e não lucrativas” (MARTIN, 1995, p. 55). Neste modelo multiplicam-se as fontes por meio das quais se operacionaliza a proteção social.

Neste sentido, as organizações que prestam serviços visando o bem estar da população vêm ganhando visibilidade no âmbito da política de proteção social e são estimulados a assumir uma grande parcela de responsabilidade na execução da mesma, de tal forma que estas vêm se proliferando com rapidez e estendem suas ações para todos os campos da proteção social. E, também estão configuradas das mais diversas formas desde empresas que exercem a chamada responsabilidade social, as conhecidas entidades filantrópicas até as organizações de voluntários. No entanto, não se pode deixar de observar, que estas na maioria das vezes, são práticas fragmentadas e seletivas, desenvolvidas por grupos específicos e setoriais, desarticulados de uma política de carácter universal (YASBEK, 2001, 2004).

³⁰ Grifo do autor.

Em uma época em que a provisão da proteção social não é assegurada nem pelo Estado, nem pelas redes de solidariedade articuladas no interior das sociedades, a família é retomada como âncora principal para a garantia do bem-estar. Há a redescoberta da importância dos laços de parentesco como fonte de cuidado e proteção do grupo familiar e conseqüentemente o reconhecimento e valorização da família como uma importante instância geradora de cuidados, no desenvolvimento da reprodução social. Martin (1995) aponta que a família é redescoberta como um manancial natural de solidariedade. Esta concepção se desenvolveu em oposição à idéia de que o Estado de bem-estar Social teria criado um individualismo generalizado, destruindo no interior das famílias as relações de auto-ajuda e proteção. Daí surge a idéia de reativar as solidariedades familiares e de vizinhança, que o individualismo teria destruído. No entanto, vários estudos ao analisarem as relações familiares desde os anos de 1950, revelam (como vimos também acima) que as práticas de solidariedade familiar e intergeracional sempre se mantiveram ativas (MARTIN, 1995). O elemento novo da “redescoberta da família”, é que estas práticas são colocadas atualmente como capazes de enfrentar a “crise” da provisão pública da proteção social, reduzindo a dependência da família dos serviços públicos de bem-estar e desenvolvendo a autonomia e iniciativa familiar para prover ao máximo o bem-estar dos seus membros, sem o suporte do Estado. O que garantiria “uma espécie de ‘proteção complementar’ àquilo que o Estado pode pensar assumir” (MARTIN, 1995, p. 71). A família assumiria o papel de substituto privado do Estado na provisão do bem estar.

Nesse contexto, os sistemas de proteção social têm reconhecido a instituição familiar³¹, como importante fonte de proteção. A maior valorização da família tem ocasionado por parte de alguns governos investimentos no âmbito familiar, destinados a combater o desemprego, a violência, a drogadição, bem como medidas de apoio à família, principalmente as dirigidas às crianças. No entanto, não há na maioria dos países o desenvolvimento de uma política familiar “se por política entender-se um conjunto de ações deliberadas, coerentes e confiáveis, assumidas pelos poderes públicos como dever de cidadania, para produzirem impactos positivos sobre os recursos e a estrutura da família” (PEREIRA, 2004 b, p. 27). Por outro lado, se observa que associado ao reconhecimento da importância da família na provisão do bem-estar, há a deliberação por parte dos governos neoliberais de forçar o maior comprometimento e responsabilização da família com a reprodução social, existindo, na maioria dos países, todo um aparato legislativo que delibera acerca desta temática. O Estado tem “... um poder de eleger e discriminar escolhas, objetivos

³¹ Autores como Luvoulo (2001), Ferreira (2002), Pereira (2004 b) desenvolvem análises neste sentido.

e grupos de destino, sempre através de um complexo relacionamento com outros agentes e forças envolvidas” (DI GIOVANNI, 1998, p. 13). Dessa forma, ele tornou-se, nas sociedades contemporâneas, o agente predominante na área da proteção social, menos pelo seu papel de executor de políticas sociais, e mais pela função de legislar sobre os outros espaços de proteção.

De Martino (2001) usa a expressão “neo-familiarismo” para tratar dessa relação entre as políticas sociais e a família no modelo de Estado neoliberal. A tendência desse modelo é transformar a família em solução para os problemas do mundo globalizado e de uma sociedade de riscos que coloca em estado de insegurança todos – ricos e pobres. A idéia é tornar de âmbito privado atividades que anteriormente eram assumidas coletivamente pelo Estado e expandir as fronteiras do ambiente doméstico para que absorva cada vez mais responsabilidades que antes eram da sociedade em geral. Numa perspectiva “neo-familiarista” as fontes de apoio da família são reduzidas, diminuindo também as possibilidades de onde e a quem recorrer fora da esfera familiar.

Depreende-se que “neste modelo” a família sofre uma sobrecarga de funções, considerando as responsabilidades que o Estado e a sociedade lhe impõem no cuidado de seus membros.

Dessa forma, a família se encontra muito mais na posição de um sujeito ameaçado do que de instituição provedora esperada. E considerando a sua diversidade, tanto em termos de classes sociais como de diferenças entre os membros que a compõem e de suas relações, o que temos é uma instância sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquece ainda mais quando lhe atribuímos tarefas maiores que a sua capacidade de realizá-las (CAMPOS & MIOTO, 2003, P. 183).

Além disto, olhar a família como uma instância sobrecarregada, requer reconhecer a diversidade de tipos de família, da organização familiar, das relações complexas, de conflitos e contraditoriedades que se processam neste meio, bem como, trabalhar com a idéia de que o espaço familiar não é só um lugar que processa cuidado, mas também um lugar que requer cuidado. Neste sentido, se pressupõe, que “para a família proteger é necessário em primeiro lugar garantir condições de sustentabilidade para a proteção” (MIOTO, 2004, p. 5).

No entanto, o princípio norteador do “neo-familiarismo” não reconhece a limitação de recursos da família, ao contrário se pauta na idéia secular de que a família naturalmente é capaz de assegurar a proteção social, bem como de que a ação do Estado só deve acontecer mediante a falência da família na provisão do bem-estar de seus componentes. “...Mais uma vez é a família a primeira e principal responsável pelo bem-estar de seus membros, independente das condições objetivas para a sua realização” (MIOTO, 2004, p. 4).

Particularmente no Brasil, a proteção social não se desenvolveu tal como nos modelos de bem-estar europeu, sob os pilares “do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema” (PEREIRA, 2002, p. 125). Os sistemas de proteção social sempre foram precários, os direitos sociais nunca foram assegurados universalmente e o Estado de Bem-Estar Social sempre foi um “mau” Estado. Nesta perspectiva, Draibe (2004, p. 01) revela que no Brasil o sistema de proteção social caracterizou-se por ser “incompleto, frágil, incapaz de afetar positiva e significativamente os indicadores de desigualdade e exclusão social”.

Historicamente aos pobres sempre foi dado o mínimo, submetendo-os às relações de compadrio, paternalismo, subserviência, favoritismo, entre tantos outros termos usados para dizer que o direito não era caracterizado como direito, mas como benevolência dos mais abastados para com os despossuídos. Os primeiros olhavam os segundos com desprezo, compreendendo as suas construções sociais como “anormais”, “desestruturadas”, “erradas”. Este foi o olhar dirigido às famílias pobres, no Brasil, tanto por benfeitores e religiosos, como pelas damas de caridade e mais recentemente por profissionais. O quadro é típico de um país que apenas se preocupou com a criação de um sistema de proteção social no século passado. Até então, a proteção social esteve “nas mãos” da Igreja Católica e foi estruturada a partir de valores respaldados na caridade e filantropia, com uma grande conotação assistencialista. As ações eram voltadas para indivíduos que retratavam em si, a falência da proteção familiar.

Da análise da história da assistência à criança e ao adolescente no Brasil, depreende-se que eram operacionalizadas “medidas de proteção” aos indivíduos, quando era demonstrada publicamente a falência da família no cuidado de seus membros³². Ou seja, em casos que o problema extrapolava as fronteiras da vida privada e se tornava caso de ordem pública. As

³² É relevante lembrar que até 1930 a questão social no Brasil é notadamente tratada como caso de polícia.

ações eram direcionadas a este segmento, com a prática comum de afastá-los do convívio familiar, não se confiava na capacidade da família (que faliu) de cuidar e proteger seus membros, portanto, não se desenvolviam ações de apoio ao coletivo familiar.

Disto denota-se que no passado (recente) o recurso disponível à família brasileira para efetivar cuidados e proteção, era a solidariedade desenvolvida entre a rede familiar e de vizinhança. E, considerando a condição de miséria do povo e a não garantia de direitos, infere-se que a família costurava entre si uma grande trama, alicerçada na solidariedade intra-familiar. Solidariedade esta, que não ficava restrita aos muros familiares, mas se expandia para a vizinhança e comunidade³³.

Se por um lado o governo brasileiro deixou a família a mercê de seus próprios recursos, por outro criou toda uma legislação em função da família, estabelecendo normas de organização, composição, regras familiares, demonstrando um forte intervencionismo na esfera familiar, evidenciando que embora o Estado não funcionasse como suporte para o bem-estar familiar, ele legislava abertamente sobre este espaço. O que denota um grande vácuo entre o que se estabelece na lei e os projetos estatais.

O Brasil teve também uma forte orientação relativa ao direcionamento da família no sentido do estabelecimento de padrões ligados ao seu papel na reprodução social, entendidas aí diretrizes quanto aos cuidados com a maternidade, educação e criação dos filhos, o trabalho feminino e a sua contribuição geral à ordem moral e social. Esta a inspiração do Estatuto da Família de 1939. Assume uma verdadeira política, com proposição de regras para o casamento, incentivos financeiros, subsídios para aquisição da casa própria e outros (CAMPOS & MIOTO, 2003, p. 176).

O Estatuto da Família foi uma das primeiras leis brasileiras direcionada às ações e comportamentos familiares. Contudo, foi a Constituição Federal de 1988 que colocou a família em cena nas diferentes arenas sociais. O texto constitucional conseguiu captar as transformações sociais que se processavam no âmbito da família e elaborar uma redação em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste processo há o reconhecimento e valorização das potencialidades da família, da sua função socializadora e da importância dos vínculos relacionais para o indivíduo, como funções que só ela pode desenvolver. O cuidado deve ser fornecido ao membro que estiver em situação de “desproteção”, quer seja ele adulto, criança, idoso ou doente. A Constituição Federal prima

³³ Para conhecer mais sobre o assunto consultar as obras de Cíntia Sarti e Cláudia Fonseca.

ainda, para que o cuidado seja oferecido no ambiente doméstico, ressaltando a importância da convivência familiar e comunitária para o bem-estar dos indivíduos, e responsabiliza a família pela execução dessas tarefas.

A orientação constitucional é refletida nas legislações ordinárias que evidenciam a responsabilidade familiar para assegurar a reprodução social. Dessa forma, o Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8069 de 13 de julho de 1990, a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 e O Estatuto do Idoso – Lei 10741 de 01 de outubro de 2003, entre outras, priorizam a família para o atendimento dos seus membros. E, embora acenem para uma responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família, a responsabilidade familiar é focada e reforçada. Através da análise da mencionada legislação constata-se que cabe à família o dever de prover a proteção, ao Estado cabe a função subsidiária, fornecendo provisão pública para quem não é capaz de prover a sua manutenção ou de tê-la provida pela sua família.

A década de 1990, entretanto, é marcada pela abertura do país para a entrada da política neoliberal, o que exigiu a desresponsabilização do Estado na garantia do bem-estar da população e conclamava a sociedade e a família a assumirem a proteção social, como ato de solidariedade e amor, a ser executado por meio de um serviço voluntário. Nessa linha observa-se um retrocesso na política de proteção social, principalmente na área da assistência, que embora tenha se tornado política pública, sua operacionalização desconsiderou a legislação e continuou a ser executada como um favor ou uma benesse, que todos podem fazer nas horas vagas. Para YASBEK (2001)

... o problema não está no crescimento da rede solidária, mas na redução da responsabilidade estatal face aos crescentes problemas sociais no país. (...) O Estado brasileiro (...) é um Estado, que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado comprometido com os ajustes econômicos, para o qual o enfrentamento das desigualdades sociais passa a ser tarefa da sociedade ou de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural. Observa-se um claro *deslocamento*³⁴ do entendimento e do enfrentamento da questão da pobreza e da exclusão social como questão pública, política, expressão de problemas nacionais para o lugar da não política, onde é figurada como um dado administrado tecnicamente ou gerido pela filantropia (p. 43-44).

³⁴ Grifo da autora.

A partir de então, a centralidade da família no desenvolvimento da política social adquirirá cada vez mais relevância. Não pelo desenvolvimento de políticas de suporte à família, mas pela maior cobrança e responsabilização que o Estado lhe impõe, esta com orientação fortemente legalista, decorrentes das legislações que regulamentaram a Constituição Federal de 1988.

Embora, a política social brasileira historicamente tenha um caráter constitutivo estrutural fortemente “privatista” e “familista” (CAMPOS & MIOTO, 2003), na década referida este se acentua, ocorrendo uma maior oferta de programas e serviços no âmbito da proteção social pela iniciativa privada. Os serviços de bem estar (saúde, educação, habitação, assistência social) tornam-se mercadoria em grande escala, e paralelamente, acirra-se o sucateamento dos serviços públicos transformando-os em serviços “pobres” para pobres (com algumas exceções, como por exemplo as universidades federais), pois os beneficiários destes são famílias de baixa renda, sem recursos para dispor dos serviços privados, uma vez que pela má qualidade dos mesmos, todos os que podem “fugir” do atendimento público o fazem. Concomitantemente a menor proteção exercida pelo Estado e a conseqüente redução dos direitos sociais, o cidadão e sua família cada vez mais foram levados a pagar pelos serviços de proteção social e os despossuídos de recursos para a compra foram jogados ao léu, obrigados a disputar o mínimo encontrado e ainda se submeter na maioria das vezes, a um serviço de má qualidade. Além disto, vive-se um período em que vigorou no país um dos piores salários mínimo pago no mundo, além de elevados índices de desemprego, havendo queda na qualidade de vida dos trabalhadores e conseqüente redução dos recursos disponíveis para assegurar a proteção social. A política do período “deteriorou qualitativa e quantitativamente o sistema de proteção social a duras penas construído no Brasil, desde os anos 30” (PEREIRA, 2002, P. 173). E, para Porto (2001, p.28) a proteção social no Brasil passou a se apresentar “de maneira *focalizada, desconcentrada e precarizada*”³⁵, além do estabelecimento de critérios rigorosos de triagem e a opção por programas assistencialistas e seletivos.

As mudanças na economia e no mundo do trabalho/ emprego, no direcionamento público da proteção social, associadas às transformações ocorridas na família tiveram “claros e fortes impactos sobre a organização e as condições de vida das famílias brasileiras, e (...) afetam negativamente sua capacidade de atender às necessidades básicas de seus membros e propiciar-lhes efetiva proteção social” (ALMEIDA & CARVALHO, 2003, p.115). Contraditoriamente, no momento em que a família está passando por um processo de

³⁵ Grifo da autora

transformação e encontra-se mais fragilizada, o Estado também em transformação, exige e lhe cobra mais responsabilidade no exercício da reprodução social. A instalação ainda na segunda metade da década de 1990, de uma rede de proteção social básica na área da assistência social, através de programas de transferência de renda, como o Bolsa-Escola, Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Agente Jovem, Programa de Saúde da Família, Programa de Apoio à Agricultura Familiar (ALMEIDA, 2005), que repassavam à família um valor monetário (mínimo), não foi suficiente nem em quantidade, nem em qualidade para modificar a situação das famílias brasileiras, mas propiciou a criação de uma série de mecanismos de controle, o que possibilitou a ampliação do número de sujeitos com “olhares” sobre o espaço doméstico a fim de identificar “como” e o “quanto” de proteção a família é capaz de fornecer. O foco desses programas estava centrado nas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ ou risco social, e a contrapartida do núcleo familiar consistia na obrigatoriedade de manter seus filhos na escola e em freqüentar os serviços de saúde. Dessa forma, são controladas as vacinações das crianças, as consultas médicas, o peso, a freqüência escolar, a inserção em projetos extra-escolares, se a criança está ou não nas ruas das cidades e o que se faz nesta, os meios utilizados para educar, impor limites, além de muitas outras questões. A família, que no Brasil, sempre foi a maior provedora da proteção de seus membros, porque a ação pública ou era inexistente ou mínima, tem a sua autonomia ameaçada, e o Estado para aquelas famílias incluídas na chamada rede de proteção social, passou a ter uma ação muito mais controladora.

Para Almeida (2005) quando o governo atual assumiu a presidência da república “o país já implementara parte importante da agenda de reformas do sistema de proteção social herdado do regime autoritário, conseguira êxitos limitados contra a pobreza, melhorara a educação e a saúde, fracassara na redução das desigualdades”. Esse governo deu continuidade à construção desta incipiente rede de proteção social sem desprezar os princípios constitucionais e as leis complementares que regulamentam a Constituição Federal. Nessa perspectiva manteve os programas de transferência de renda, unificados no cartão Bolsa Família, com exceção da bolsa repassada pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e pelo Programa Agente Jovem que se mantém. E, como o nome indica, o benefício repassado pelo cartão Bolsa Família objetivou alterar o foco da criança para a família. A pretensão foi desfocar da criança, entendendo que a situação vivenciada por ela faz parte de um contexto, e o que precisa ser alterada são as condições de vida do seu grupo familiar. Objetivou-se também que federação, estado e município mantenham ações integradas em um único programa de transferência direta de renda. O Programa Bolsa Família é hoje o carro

chefe do governo Lula e tem repercutido na economia familiar ao garantir um valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) mensais às famílias, para muitas delas a única renda garantida. Ele, porém, também se sustenta nos critérios de manutenção das crianças na escola e cuidados de saúde.

Através da leitura da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do governo atual, observa-se que de acordo com o proposto a assistência social é elemento fundamental da política de proteção social, constituindo-se em um dos seus pilares. A assistência como política pública tem como base três vertentes de proteção social: “as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (PNAS, p.11). Nesse sentido, a elaboração e execução de serviços, programas e projetos no âmbito da política de assistência social baseia-se na família e na sua territorialidade como as primeiras referências dos indivíduos. Há o reconhecimento por parte da PNAS da família como um importante agente no desenvolvimento dos indivíduos e a proposição de executar ações que considere não só as necessidades e ausências do contexto familiar, mas também suas possibilidades ou capacidades a serem desenvolvidas, bem como as presenças e os desejos em superar a situação encontrada, objetivando desenvolver a autonomia do grupo familiar.

Infere-se que a política de proteção social no governo atual, especialmente no âmbito da assistência, organiza-se a partir do pressuposto que a família tem uma função central para o bem-estar, preconizando como funções básicas “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações de seus membros com outras instituições e o Estado” (PNAS, p.29). A política de assistência social reconhece ainda, que enquanto espaço que gera cuidados e proteção a família é um espaço a ser cuidado e protegido. Entretanto, percebe-se que na estruturação dos programas de proteção conta-se em grande parte com a disponibilidade, capacidade e os recursos que a família dispõe para dar conta de suas atribuições, repassando a ela uma grande carga de responsabilidade no bem-estar do grupo familiar. Como avaliam ALMEIDA & CARVALHO (2003, p.118) “alguns desses programas remetem à própria população pauperizada a ‘responsabilidade’ de dar conta de seus problemas, exaltando a ‘participação’, a ‘solidariedade’ e a ‘auto-gestão’”, elevando-a à condição de “parceira” na resolução dos problemas sociais.

Na era da “valorização” e “reconhecimento” da família, associado a sua maior responsabilização como mecanismo de proteção social, avalia-se que as famílias passaram a

incorporar riscos que antes eram assumidos pela provisão pública (MIOTO, 2004). Há uma clara contradição entre o que está expresso na legislação do país e na direção das políticas de proteção social e a realidade brasileira, que “tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias” (p.03). A análise da autora está de acordo com as pesquisas atuais, relacionadas à família, na área das ciências sociais que enfatizam além do empobrecimento da população brasileira, a vulnerabilidade dos grupos familiares, especialmente os mais pobres, e a fragilidade das relações intra-familiares no fornecimento de suporte para o bem-estar. E, concluem que a ajuda em contextos de pobreza tem que ser integral, para restituir a condição de família cidadã, com acesso e usufruto de direitos elementares à vida humana. Pois, para a família operacionalizar proteção ela precisa estar protegida, ou seja, ter garantias mínimas de bem-estar, o que ainda não é uma realidade em nosso país.

Diante do exposto, depreende-se que a partir da década de 1990, acentua-se no Brasil o caráter familista do sistema de proteção social, sendo que o governo brasileiro continua organizando suas ações apostando na capacidade da família de cuidar e proteger e direciona os serviços, programas e projetos para aquelas que estão em risco de falhar ou falharam na sua função de proteção (MIOTO, 2000, 2001, e 2004). Assim sendo, a família permanece desprovida do suporte público necessário para a garantia do bem-estar de seus membros, porém tornou-se a grande referência na proteção social dos indivíduos, sendo cobrada e responsabilizada legalmente pelo exercício desta função.

CAPÍTULO 3

Construindo a Pesquisa e Apresentando as Famílias

O capítulo em tela tem por objetivo apresentar o percurso da pesquisa, bem como, iniciar a apresentação dos dados sobre as famílias.

Nesse sentido, este capítulo está organizado em três tópicos. O primeiro expõe os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa, ressaltando-se que se trata de uma pesquisa descritiva, com o objetivo de conhecer a organização estabelecida pelas famílias para prover a proteção social de seus membros.

No segundo, apresenta-se as famílias pesquisadas a partir do contexto em que vivem. Ou seja, o cenário em que diariamente as famílias se constroem, se consolidam, têm seus filhos e organizam suas vidas. Para tanto, explana-se sobre a história e organização do bairro, as características da população, os meios de subsistências, os serviços oferecidos, enfim, aspectos que possibilitam a formação de um panorama geral do contexto em que estão inseridas

No terceiro tópico apresentam-se as famílias pesquisadas, demonstrando como elas se definem e o “perfil sócio-econômico” das mesmas, este último através de dados como número de uniões, idade dos responsáveis e outros. Dessa forma, inicia-se a apresentação dos dados da pesquisa que se complementam no capítulo seguinte, quando são discutidos os dados referentes à organização empreendida pela família para proteger (a família como um espaço que operacionaliza proteção) e a organização empreendida pela família para ser protegida (a família na busca de proteção).

3.1 Os Procedimentos da Pesquisa

A temática família e proteção social se constitui no objeto desta pesquisa. A família é o ponto de partida. E tem-se por objetivo conhecer a organização estabelecida pela família para o exercício da proteção social, a partir dela própria, saber quem exerce na família as tarefas de cuidados, como ela operacionaliza cuidados, a quem recorre (rede primária e/ ou secundária), os tipos de apoio recebidos. Enfim, conhecer como a família exerce a sua tarefa de proteção social.

Esta pesquisa se inclui nas características da pesquisa social, entendida como um processo onde o pesquisador utiliza-se da metodologia científica para obter novos conhecimentos acerca da realidade social (Gil, 1999). Além dessa aproximação da realidade e da combinação que estabelece entre teoria e dados apreendidos do contexto pesquisado, a pesquisa social “tem uma carga histórica e, (...) reflete posições frente à realidade, momento de desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados” (MINAYO, 1996, p.23). É neste sentido, que esta pesquisa está sendo utilizada como meio de conhecimento, entendimento e, se possível, explicação para a questão da proteção social no âmbito da família, estabelecendo inter-relações com o contexto histórico mais amplo. Trata-se, no entanto, de uma pesquisa social do tipo descritiva. Gil (1999, p.44) entende a pesquisa descritiva como aquela que

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. (...) e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

É uma pesquisa com caráter qualitativo, considerando que como afirma Minayo (1996) “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo” (p.21), abrangendo “o universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores” (p.28). No entanto, dados quantitativos também auxiliam na sistematização e análise do conhecimento que este estudo está oferecendo.

A entrevista foi o instrumento utilizado para coleta de dados. Para a realização das entrevistas elaborou-se um formulário (anexo nº 1) com questões abertas (o entrevistado pode emitir livremente a sua opinião sobre o assunto) e fechadas (as alternativas de respostas são

pré-determinadas e o entrevistado escolhe entre uma das alternativas), sobre o assunto em foco. Para Minayo (1996) estas são características de entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa foi desenvolvida com famílias de crianças que freqüentam a escola pública de referência da região, Escola América Dutra Machado, no Bairro Monte Cristo. Para escolher a escola como meio de acesso às famílias, foram considerados alguns aspectos pertinentes, tais como, a obrigatoriedade do ensino e a educação como política pública universal. Isso faz da escola o lugar que aglutina o maior número de famílias do bairro, sem critérios prévios de seleção. Ao abarcar um universo geral, a escola proporciona acesso às mais diversas realidades familiares, vindo ao encontro dos interesses da pesquisadora que dado aos objetivos da pesquisa não pretendia trabalhar com famílias com demandas pré-selecionadas (por exemplo, famílias com problemas de doença, em situação de violência doméstica, dependência química, etc.).

Considerando o grande número de famílias que fazem parte da comunidade escolar, tornou-se necessário fazer um recorte para a definição de um universo de pesquisa. Para tanto, a opção recaiu sobre famílias de crianças que realizaram matrículas na primeira série no início do ano letivo de 2004. Esta escolha deveu-se às possibilidades que abre para o acesso às famílias em diferentes fases da vida familiar. Ou seja, as crianças nesta série podem estar (ou estão) encerrando a etapa da família na escola – a criança matriculada é o filho mais novo e, os outros estão em idades mais avançadas; ou estão iniciando tal etapa – a criança matriculada é o filho mais velho e todos os seus irmãos tem idade inferior a sua; ou ainda, a criança matriculada representa o meio da etapa de vida escolar por qual passa a família, com irmãos menores e maiores em idade do que ela. Além disso, esta opção não fecha as possibilidades para o encontro com famílias em outras etapas de vida – o caso de avós com netos, pode ser um exemplo.

O acesso às famílias foi realizado através dos seguintes procedimentos: - primeiramente, foi realizado contato com a direção da escola e apresentado a proposta de pesquisa, explicando os objetivos do referido projeto e solicitando autorização (anexo nº 2) para utilizar aquele estabelecimento educacional como universo da pesquisa, bem como sugestão para a viabilização do acesso às famílias com crianças matriculadas nas primeiras séries. A diretora da escola sugeriu o envio de um documento (uma carta) aos pais de todas as crianças matriculadas na primeira série, explicando sobre a proposta e solicitando autorização para o contato com os mesmos e o consentimento deles para a participação na pesquisa. Com a preocupação ética de respeitar tanto o estabelecimento escolar, como as famílias, a carta foi elaborada (anexo nº 3) e encaminhada à direção da escola para anuência e/ ou sugestão de

modificação do texto. Após a conclusão textual do documento, foi realizado contato com todas as 05 turmas de primeira série, distribuídas nos turnos matutino e vespertino. No contato com as turmas esclareceu-se a proposta de pesquisa e solicitou-se às crianças que levassem para casa a carta em que os pais autorizariam o contato da pesquisadora com a família, bem como, aceitariam participar da entrevista. Foram distribuídas 122 cartas, que somavam o total de crianças presentes na escola naquele dia. Solicitou-se ainda, às crianças que à medida que os seus pais respondessem ao documento, entregassem-no à professora da sala. Estabeleceu-se para retorno, um prazo de três dias.

Das cartas enviadas 26 retornaram com autorização e dentre estas 24 (vinte e quatro) famílias se dispunham a participar da pesquisa. A diferença entre número de cartas e número de famílias ocorreu, pois, havia um caso de irmãs gêmeas e um outro de sobrinho e tio, que conviviam no mesmo espaço doméstico e a avó paterna era a responsável pelo ambiente familiar. No contato com as famílias houve algumas dificuldades para encontrá-las ou agendar as entrevistas, tais como: - 06 (seis) famílias mudaram de endereço ou o endereço não foi encontrado (algumas cartas eram ilegíveis, dificultando a identificação do endereço); - 01 (uma) família na época da realização da pesquisa estava viajando; - 02 (duas) famílias não houve conciliação de horários. Dessa forma, foram entrevistadas 15 (quinze) famílias.

As entrevistas foram realizadas nas residências, o que possibilitou o conhecimento do ambiente familiar, bem como, um olhar sobre a sua dinâmica³⁶. Em 3 (três) famílias a entrevista foi realizada com o casal, em uma somente pelo pai e uma outra pela mãe e filha já adulta, as demais foram as mães as entrevistadas, entretanto em todas elas outras pessoas estiveram presentes. Ou eram os filhos que estavam por ali, ou o marido que não participava, ficava em outro cômodo da casa, porém emitia sua opinião quando a esposa recorria a ele. Às vezes somavam-se outros parentes, ou os vizinhos que chegavam, queriam saber do que se tratava, ficavam um “tempinho”, faziam perguntas, relatavam situações e até auxiliavam nas respostas e saíam, ou mesmo a própria dinâmica da comunidade tinha a sua participação na entrevista. Em uma das entrevistas, realizada na frente da casa da família, houve uma batida policial, com disparos de tiros e prisão de uma pessoa.

³⁶ A dinâmica familiar é um fator relevante a ser considerado na compreensão do cotidiano doméstico. As famílias elaboram processos próprios de dinamização da convivência em grupo, o qual pauta-se nas relações estabelecidas entre os seus componentes. É um processo de construção e alteração constante no interior da família, de maneira que cada indivíduo, influencia e é influenciado por ele, assim como pelos acontecimentos societários, que também atuam nesse espaço. A dinâmica familiar pode ser concebida sinteticamente, “como o movimento das relações que vão se estabelecendo no interior das famílias no decorrer de sua história” (MIOTO, 1998, p. 25).

Houve uma boa acolhida por parte das famílias, bem como, disposição para a participação e resposta às perguntas, o que proporcionou à pesquisadora o material para análise, apresentado neste trabalho.

3.2 O Bairro Monte Cristo

O Brasil na década de 1970 vivenciou um intenso fluxo migratório, o que levou milhares de pessoas para as cidades e alterou a composição demográfica do país, a maioria das pessoas deixou de residir no campo para fazer parte do espaço urbano. A cidade de Florianópolis, capital do estado catarinense, vem desde esta década recebendo em seu território, muitos migrantes. No entanto, as características da população migrante se diversificaram ao longo desses 35 anos, e hoje conforme tem mostrado a mídia nacional, as pessoas que chegam à cidade, em uma boa parcela, já não são migrantes do campo, mas dos grandes centros urbanos, que atraídos pelas vantagens de viver em uma capital, com melhor qualidade de vida e cercados por belezas naturais, estabelecem aqui o seu local de moradia.

O bairro Monte Cristo está localizado na região continental do município de Florianópolis, às margens da via expressa, principal via de acesso à cidade, fazendo divisa com o município de São José. O terreno onde está situado era uma grande extensão de terras, a maior parte do governo do Estado. O local caracteriza-se por ser um espaço urbano ocupado especificamente por pessoas migrantes, em sua maioria oriundos do planalto serrano, da região oeste e de outras cidades do interior do Estado³⁷. Pessoas que deixaram a sua terra natal e vieram para a capital em busca de um sonho. O sonho de viver melhor, com mais oportunidades de emprego, saúde, educação, enfim mais qualidade de vida.

³⁷ Não temos uma pesquisa geral do bairro, mas o levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para o Projeto de Urbanização e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes – Projeto Habitar Brasil/ BID (ano 2000), expõe dados referentes as comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, com história e condições semelhantes as demais comunidades, podendo dessa forma as informações referentes as características populacionais serem generalizadas para o conjunto da localidade.

Atualmente, o bairro se constitui por um conjunto de nove comunidades que de ocupação em ocupação foram compondo o seu território.³⁸ É importante explicitar que a formação de nove comunidades diferentes é proveniente da história específica de luta pela terra. Na maioria delas, à medida que iam ocupando uma determina localidade os moradores demarcavam aquele espaço, referindo-se ao mesmo como uma comunidade, constituindo um grupo organizado para fazer frente ao poder público e à sociedade em geral, com objetivo de garantir o direito à moradia, passando mais tarde a formar uma Associação de Moradores juridicamente legalizada. Há, portanto, atualmente no bairro nove associações de moradores, reconhecidas pelo poder público pela sua história de luta e por estarem em constante processo de articulação e fortalecimento.

³⁸ Sete das nove comunidades se caracterizam por ocupações do espaço urbano de forma desordenada ou organizada.

As comunidades mais antigas iniciaram-se na década de 1970. São em número de três: - a comunidade Nossa Senhora da Glória, Santa Terezinha 1 e a comunidade Monte Cristo. As duas primeiras são frutos de um processo de ocupação espontânea e desordenada, onde as pessoas foram chegando aos poucos e ocupando o espaço, sem a preocupação de demarcar ruas, ou espaços comunitários, formando por muito tempo um amontoado de casas, muitas do tipo “barraco”, entrecortados por becos. Hoje a comunidade Nossa Sra da Glória faz parte (juntamente com as comunidades Novo Horizonte e Chico Mendes) de um projeto de urbanização que está sendo implantado pela Prefeitura na área, e a comunidade Santa Terezinha 1, também pelo seu histórico de luta e organização, constitui-se em uma ocupação consolidada, com infra-estrutura básica. A comunidade Monte Cristo, que leva o mesmo nome do bairro, diferencia-se destas por se originar no centro da cidade. O primeiro grupo de moradores do local residia no centro, atrás da Assembléia Legislativa do Estado e foram transferidos para o continente, para o local conhecido e utilizado por todos como *Pasto do Gado*³⁹(CUNHA & LIMA, 1992). O local logo se tornou um aglomerado de casas (devido ao grande número de pessoas que chegavam para morar ali, ocupando a terra de forma desordenada), com uma densa população, sem demarcação de ruas e até mesmo de becos, sendo que as pessoas passavam umas por dentro do terreno da outra, sem qualquer tipo de saneamento ou características de urbanização⁴⁰. Na década de 1980, o governo do Estado remanejou uma parte das famílias da comunidade Monte Cristo para o Conjunto Habitacional Promorar, o qual criado para este fim, consistia em casas populares geminadas, localizadas a baixo da comunidade Monte Cristo, porém um espaço urbanizado. Com isso a comunidade Monte Cristo foi urbanizada, sendo feito saneamento, criado ruas e becos, um posto de saúde⁴¹ e um centro comunitário.

O Conjunto Habitacional Promorar é uma construção da década de 1980 e originou a comunidade Promorar, com uma organização própria. A comunidade além de outras conquistas conta hoje em seu “território” com uma creche municipal e um centro comunitário.

³⁹ Tratava-se de um grande terreno, com características de um monte, onde as pessoas deixavam os bois para pastarem. Por muito tempo o local foi conhecido como Pasto do gado.

⁴⁰ Informações obtidas a partir do relato de moradores antigos da região.

⁴¹ O posto de saúde até hoje é o único para toda a região, mas por está instalado em um espaço territorial restrito, não permitindo a ampliação das instalações, as quais não comportavam mais a grande demanda populacional, recentemente (2004), foi transferido para outro local, na própria região.

Ainda na década de 1980, o governo estadual construiu o Conjunto habitacional Panorama. Trata-se da construção de vários blocos de prédios populares de quatro andares, com a finalidade de abrigar principalmente funcionários públicos (LIMA, 2003).

A partir da criação destes conjuntos habitacionais foi construído no local a Escola América Dutra Machado, escola pública de referência para o bairro, que funciona com ensino fundamental (do pré-escolar a oitava série) e atende cerca de 1300 alunos. A escola é uma importante referência para o bairro, tem um histórico de luta pela qualidade na educação local e as lideranças comunitárias são na maior parte os representantes na Associação de Pais e Professores (APP). E, atualmente considera-se que nesta região, a escola é a instituição que agrupa o maior número de famílias; além disto, a escola tem uma importante função para a sociedade, de tal forma que o ensino hoje é um direito, e, mais que um direito, é também um dever. A lei obriga que todas as crianças ao completarem 07 anos sejam inseridas em instituições escolares. Dessa forma, considerando, a escola como o lugar onde o acesso é universal, sem restrições de renda, ou outras (a exigência é ter atingido a idade mínima para freqüentar a escola), a Escola América Dutra Machado, foi eleita como o meio de acesso às famílias.

As outras quatro comunidades do bairro, comunidade Santa Terezinha 2, Nova Esperança, Novo Horizonte e Chico Mendes têm entre si uma característica comum, nasceram a partir de um processo de luta pela moradia, articulados em uma organização chamada Movimento dos Sem-Teto, assessorado por uma organização não – governamental, o CAPROM (Centro de Apoio e Promoção do Migrante)⁴². São comunidades que tiveram que se organizar e resistir para garantir a sua permanência na terra, bem como as melhorias que hoje possuem.

A comunidade Chico Mendes começou a nascer no final da década de 1980. No início eram ocupações espontâneas, mas logo em seguida com a assessoria do CAPROM, os moradores realizaram a urbanização do local, demarcando lotes, abrindo ruas, definindo os espaços comunitários. A ocupação do local se estendeu para o terreno baldio localizado ao lado da área já habitada, porém ocorreu de forma organizada⁴³.

⁴² O CAPROM foi criado em 1984 na cidade de Florianópolis, mas somente em 1987 se torna uma entidade jurídica. A entidade objetivava ser uma referência para o migrante que chegava na cidade. No início seu trabalho consistia em prover as necessidades imediatas ao migrante (higiene e alimentação), posteriormente se torna uma referência na cidade em relação a luta pela moradia, assessorando os movimentos reivindicatórios e organizando ocupações do espaço urbano, como forma de garantir o acesso a moradia. Dessas ocupações surgem as comunidades mencionadas. (CUNHA & LIMA, 1992).

⁴³ A ocupação da terra urbana consiste na entrada de um grupo de pessoas de forma organizada em uma área, com o objetivo de aplainar o terreno, demarcar os lotes e erguer as barracas para garantir a conquista da terra (CUNHA & LIMA, 1992, p. 42).

A comunidade Novo Horizonte nasceu na madrugada de 29/07/90, através da ocupação da terra por 96 famílias que buscavam um teto para morar⁴⁴. As famílias ocuparam a terra, demarcaram lotes, construíram seus “barracos”, deixaram espaços para ruas e espaços comunitários.

A comunidade Santa Terezinha 2, tal como a comunidade Chico Mendes, sofreu dois processos, um de ocupação espontânea do solo e outro de ocupação organizada. Os moradores ocupavam a princípio, apenas uma pequena extensão de terra de forma desordenada, posteriormente (setembro de 1990) expandem a ocupação para o terreno baldio ao lado. Da mesma forma que as outras comunidades (assessorados pelo CAPROM), abrem ruas, demarcam lotes, definem espaços comunitários, constroem suas casas. Esse terreno, diferentemente das outras comunidades, era de propriedade particular, no entanto, os moradores através da sua luta e organização conseguiram a desapropriação da terra pelo município.

A comunidade Nova Esperança a exemplo da comunidade Novo Horizonte, surgiu através de um processo de ocupação organizada. Esta comunidade conquistou não só a posse da terra, mas também um projeto de urbanização que incluiu a construção de casas populares, através do regime de mutirão.

Esta é a configuração do Bairro Monte Cristo, que como uma colcha de retalhos, cada parte está unida para formar um espaço com peculiaridades que o diferenciam do conjunto da cidade, tornando-o um conhecido “desconhecido”. A região

é famosa, menos por méritos e mais pela (des) informação que faz dessas comunidades empobrecidas, lugares apenas de perigo, de miséria, etc.. A Prefeitura aponta que a comunidade Chico Mendes é marcada por problemas de segurança relacionados ao narcotráfico, o baixo índice de escolaridade, o desemprego, a falta de perspectiva profissional para jovens, explosão de violência, entre outros problemas. Mas os seus moradores insistem em afirmar a história e a vida dessas comunidades pelos aspectos da resistência, do trabalho, da solidariedade e determinação. (LIMA, 2003, p. 25).

⁴⁴ Para maiores informações vide CUNHA & LIMA, 1992.

Nesse sentido, o conglomerado de comunidades que formam o bairro Monte Cristo não se assemelha apenas pela sua história de luta e resistência, mas também pela condição de exclusão social⁴⁵ a que está submetida a sua população de maneira geral. Além da condição de pobreza⁴⁶, problemas como dependência de drogas lícitas ou ilícitas, tanto entre adultos, como em crianças e adolescentes, tráfico de drogas, exploração sexual, violência doméstica, entre outros, constitui o cotidiano da região.

Ao caminhar pelo bairro um desconhecido não é capaz de fazer diferenciações entre a maioria das comunidades. Pois, tudo é muito semelhante, tanto as feições dos moradores onde é possível reconhecer os traços da pobreza, através do jeito como se vestem, se relacionam, conversam, caminham, brincam, se posicionam, enfim vivem; como também, as construções (a maioria de auto-construção), o medo e o enfrentamento da violência – o medo torna-se mais presente quando a polícia está na área.

Ao considerar esses aspectos, observa-se que a população local apresenta muitas semelhanças entre si. Não há, porém, pesquisas que retratem o perfil demográfico de toda a região. Contudo, com o intuito de demonstrar, ainda que minimamente, as características e condições desta população é que se expõem, a seguir, dados obtidos através de um levantamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, realizado nas comunidades Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória⁴⁷.

Nestas comunidades encontram-se 1.383 famílias, que somam um total de 5.217 moradores, significando uma média de 3,77 pessoas por família; desse total 46,73% estão na faixa etária até 14 anos, demonstrando que quase metade da população é de crianças e adolescentes, dependentes dos cuidados e proteção dos seus provedores e/ ou responsáveis.

⁴⁵ Para Spossati (1998) a exclusão social não é um fenômeno novo, ao contrário é inerente ao processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a exclusão social é a negação da cidadania, entendida como acesso e participação em diferentes níveis da organização da sociedade (ambiental, cultural, econômico, político e social).

⁴⁶ Amartya Sen (2000, p.109) entende a “pobreza como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda ...”. No entanto, o autor reconhece que a falta de renda é uma das causas principais da pobreza, pois pode privar as pessoas da possibilidade de desenvolver as capacidades. “Uma renda inadequada é, com efeito, condição predisponente de uma vida pobre”. Para o “Banco Mundial são pobres as pessoas que ganham menos de US\$ 1,08 diários”. E, para o “Programa Fome Zero” do governo federal pobres são as famílias que possuem rendimento per capita de ¼ de salário mínimo mensal. A renda baixa é uma característica geral no universo da população pesquisada. Dessa forma, entende-se que a renda para esta população imprime uma condição de pobreza material, pobreza de recursos e impossibilidade de acessos, gerando a privação de capacidades. Mas, por outro lado, é importante mencionar, o quanto essa população de baixa renda “abre caminhos” na busca de melhores condições de vida.

⁴⁷ Dados extraídos do Relatório elaborado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para o Projeto de Urbanização e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes – Projeto Habitar Brasil/ BID (ano 2000) /data de conclusão do relatório e do cadastramento da Região Chico Mendes realizado no ano de 2000.

Em relação à renda familiar há grande concentração na faixa de até três salários mínimos, 1.177 famílias ou 85,1%; dessas 87 famílias (13,5%) não tem renda e 275 (19,8%) recebem até um salário mínimo, caracterizando uma população com baixos rendimentos em precárias condições econômicas - situação de pobreza financeira.

Entre a população pesquisada 1.248 são homens acima de 15 anos, destes 211 declararam não ter qualquer ocupação, 164 trabalham como serviços gerais e 466 na área da construção civil, as outras ocupações que aparecem são: vigia, vendedor, motorista, sucateiro e muitas pessoas realizam biscates⁴⁸. Quanto às mulheres somam um total de 1.386 com idade acima de 15 anos, entre essas 120 declararam não ter uma ocupação, 646 são do lar e 470 mulheres se ocupam com atividades tradicionalmente delegadas às mulheres (cozinhar, limpar, cuidar, etc.), apenas com exceção das sucateiras (30 mulheres) e das balconistas ou caixas (39).⁴⁹ Uma boa parte dessas pessoas são trabalhadores informais, e não tem assegurado os direitos trabalhistas.

A falta de qualificação profissional é reflexo da baixa ou nenhuma escolaridade entre os adultos, o que faz com que não se enquadrem nos critérios exigidos para a inclusão no mercado formal de trabalho, havendo também muito desemprego na região. Entre os homens apenas 23 têm o ensino médio concluído e 03 iniciaram o terceiro grau, porém não concluíram. Sendo que, 51 são classificados como analfabetos e 93 são considerados “alfabetizados” (lêem e escrevem seu próprio nome). Entre as mulheres 24 concluíram o ensino médio e 05 iniciaram o terceiro grau. São analfabetas 89 mulheres e 162 são apenas “alfabetizadas”. Além disso, há outros obstáculos para conseguirem a inclusão no mercado de trabalho ou em cursos ou programas de qualificação profissional, como documentação inadequada, falta de recurso financeiro para pagamento do transporte, escolarização abaixo do exigido e o preconceito por morarem na região conhecida como uma das áreas mais perigosas da cidade.

⁴⁸ O biscate é aquele trabalho temporário, em que se começa e termina a atividade no mesmo dia, sem uma especificidade, podendo exercer várias funções diferentes (lavar, carpir, limpar, etc.). O (a) sucateiro (a) é a pessoa que obtém a sua renda através da coleta de materiais recicláveis.

⁴⁹ Entre os homens 94 não informaram sua ocupação e entre as mulheres, 81 não declaram do que se ocupam.

Os dados dimensionam a problemática social da região, que apesar de contar com algumas equipamentos e serviços coletivos, como: 03 creches municipais, 01 escola; 01 Centro de Saúde; no mínimo 06 programas sócio – educativos em meio aberto (projeto de atendimento extra-escolar) localizados na região; projeto Agente Jovem; Lar Fabiano de Cristo (atende famílias com serviços de assistência social e também mantém uma creche e atendimento para crianças em horário extra-escolar); a Casa Chico Mendes (atende famílias e desenvolve vários projetos com crianças e adolescentes), entre outras ONGs (Organizações Não-Governamental) como Fé e Alegria, CEDEP (Centro de Educação Popular) que atuam na região; estes não são suficientes para cobrir a demanda local. A falta de vagas em creche é uma das grandes necessidades das famílias.

A inserção na creche representa também a possibilidade de prevenir doenças, principalmente relacionadas ao aspecto nutricional. O trabalho social realizado pela Prefeitura na área com crianças desnutridas, demonstra que quase a totalidade destas estão fora da creche. Em relação à saúde de modo geral “observa-se um perfil epidemiológico na Região típico de regiões subdesenvolvidas, destacando-se em primeiro lugar a desnutrição, seguido da diabete (...) [e] outras [doenças] relacionadas à baixa renda, falta de saneamento, insalubridade, deficiência alimentar e outras carências que norteiam as populações pobres” (SSDS/DSS, 2000, p.62).

O panorama apresentado demonstra uma população que vive em condições de pobreza em que a luta diária é pela sobrevivência. Esta situação não é peculiar a uma ou outra comunidade, mas representa a realidade do bairro.

3.3 As Famílias Pesquisadas

A seguir apresentam-se as famílias pesquisadas a partir de dois enfoques: a família segundo as próprias famílias, onde se objetiva conhecer como definem a si mesmo; e, o “perfil sócio-econômico” das mesmas, apresentando aspectos como o número de uniões, idade dos filhos e dos genitores, escolaridade, vínculos de trabalho e renda familiar.

3.3.1) As Famílias Segundo as Próprias Famílias

Normalmente as pesquisas e levantamentos sobre famílias, ou mesmos nos projetos, programas e serviços voltados ao atendimento da família, a primeira ação é definir quem compõe o grupo familiar, para a partir da criação de um genograma familiar, desenrolar-se toda uma série de questões, que irão atender aos objetivos de cada proposta específica.

Sem a pretensão de enquadrar a família em modelos ou mesmo conseguir apreendê-la em um genograma, essa pesquisa também buscou delinear o grupo familiar. Para alguns (as) entrevistados (as)⁵⁰ pensar em quem compõe a sua família causou reflexão, havendo perguntas como – “tu queres saber quem mora comigo?”. Para o que se respondia, apenas: - “ quem é a tua família?”.

Considerando a perspectiva de Aboim (2003) em que a base para a formação de um agregado doméstico é a co-residência, onde se dividem além do mesmo teto, os recursos e as funções (tarefas domésticas, responsabilidades), em uma primeira análise, poder-se-ia afirmar que as famílias se desenham como agregado doméstico. Elas definem o grupo familiar a partir da convivência em uma mesma residência, não sendo a existência de relações de parentesco, consangüinidade ou conjugalidade um critério. Em uma das famílias encontra-se um grupo de pessoas que convivem temporariamente na mesma casa, e se auto-denominam de família⁵¹. Em uma outra, convivem um grupo de irmãos adultos, que se definem como família. E, o irmão que não convive no mesmo espaço doméstico, não entra na configuração familiar⁵².

Nesse sentido, no grupo pesquisado, há uma tendência da configuração familiar ser associada ao ambiente doméstico.

⁵⁰ Do grupo pesquisado, 11 das pessoas entrevistadas eram mães das crianças de 1ª série, 03 eram os pais (o casal pai e mãe) e 01 era o pai.

⁵¹ Porém, de acordo com a concepção do IBGE, seriam classificados como dois núcleos distintos 1º núcleo, casal com dois filhos; 2º mãe com dois filhos.

⁵² Esta família poderia também ser organizada em três núcleos diferentes, 1º mãe gestante com uma filha; 2º mãe com um filho; 3º demais irmãos sem filhos convivendo com eles.

Contudo, é necessário considerar outros aspectos, entres estes, o fato de algumas entrevistadas relacionarem pessoas que não conviviam no mesmo ambiente como parte da família, fazendo referências a vizinhos e a outros familiares. Como exemplo, apresenta-se uma entrevistada que considerou como sendo da família, além das pessoas que conviviam no mesmo ambiente doméstico⁵³, os pais da entrevistada, sobrinhos, irmãs e cunhados. São incluídos nesta configuração familiar aqueles parentes, que embora, não tenham uma convivência sobre o mesmo teto, convivem próximo, na mesma comunidade, relacionam-se diariamente, fazendo parte uns da dinâmica dos outros. Estes compõem núcleos conjugais diferentes, porém com acentuado grau de inter-relação. A entrevistada conhecia-os intimamente, repassando informações sobre os mesmos, bem como, sobre a forma como estão organizados. As suas falas demonstram um forte vínculo entre o grupo familiar de convivência ampliada para além do espaço doméstico, demonstrando aspectos de uma configuração em rede. O que delinea a família enquanto rede, nesse caso, são no mínimo dois aspectos:

- o vínculo sanguíneo. Compõem a família aqueles que têm uma ligação de sangue com a entrevistada. Outras pessoas, como a nora (mãe de dois de seus netos) e os pais de seus filhos não foram relacionados na configuração familiar. Nessa perspectiva Fonseca (1987, p.102) ressaltou que “os laços consangüíneos têm mais peso do que os laços por aliança”, destacando que nas relações familiares a ligação entre consangüíneos é preponderante, envolvem laços afetivos e simbólicos que possibilitam a existência de fortes vínculos, capazes de viabilizar a reprodução da vida familiar. Este é um fato evidenciado principalmente, diante das dificuldades do contexto atual, não só em relação a instabilidade financeira, mas também de maior inconstância conjugal. Pois, não há mais garantias de vida estável através do casamento, o que há um tempo se podia contar com mais segurança. Seguindo esse raciocínio a autora propõe “deslocar o foco analítico da conjugalidade para a consangüinidade...” (FONSECA, 2000, p. 88). E, Sarti (1996, 2003) embora defina a estrutura da rede familiar a partir do eixo da moral (é da família aquele com se pode contar, confiar), destaca a importância do vínculo consangüíneo, “os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relação aos familiares, sobretudo diante da instabilidade das uniões conjugais entre os pobres.”

- o critério geográfico. Outros irmãos dela que não residem na comunidade, não foram relacionados na configuração familiar, revelando a importância da convivência. Nesse caso,

⁵³ Na classificação do IBGE seriam 03 núcleos familiares distintos. 1º Núcleo: mãe com filho de 08 anos; 2º pai com dois filhos de 08 e 06 anos; casal com bebê de 07 meses de idade.

entra em cena a importância do aspecto moral. Sendo que, além do critério da consanguinidade as pessoas tem que estar perto convivendo, para que se possa contar e considerar como parte da rede familiar.

Nessa família, portanto, ainda que o vínculo consanguíneo seja um forte elemento, o que aponta para consolidação da configuração em rede é a possibilidade de conviverem, de se relacionarem, de irem e virem uns das casas dos outros, de participarem de conquistas e dificuldades comuns⁵⁴. Ou, como afirma Sarti (1996, 2003) é a possibilidade de poder contar uns com os outros, de saber o quanto, quando e em quem se pode confiar, que define a rede familiar. Dessa forma, avalia-se que o critério da consanguinidade e da convivência (ou moral) tem importância fundamental na definição da rede familiar e estão imbricados de tal modo, que não é possível dar peso maior para um ou outro isoladamente. Acredita-se que este critério de importância está relacionado ao contexto cultural e à construção histórica de cada família.

Um outro aspecto observado no delineamento da configuração familiar foi o forte vínculo das mães para com os filhos. Do montante das famílias, 06 mães têm filhos que convivem em outros ambientes domésticos; entretanto, 05⁵⁵ delas incluíram os filhos na configuração familiar e além disto, incluem-nos também na convivência, como se os mesmos fizessem parte do cotidiano familiar. Os filhos, embora ausentes, são figuras muito presentes para as mães, de tal forma que só no decorrer da entrevista, era possível entender que os mesmos não conviviam com elas. Em 02 dessas famílias os filhos já estavam casados (residindo nas proximidades); em outras 02 as crianças conviviam com avós (em outras cidades) e em 01 a criança convivia com o pai (no interior do estado). No grupo pesquisado, portanto, as mulheres demonstram integrar os filhos na convivência familiar diária, mesmo estes não residindo no mesmo ambiente doméstico e até na mesma cidade.

De acordo com Fonseca (1987, 2000) a prática da circulação de crianças em família pobre é comum, principalmente entre mulheres jovens, que assumem uma nova união conjugal. Pois, a tendência, nesse caso, é deixar um ou mais filhos com parentes, geralmente as avós. Entretanto, ressalta a autora, que isto não significa necessariamente o enfraquecimento dos laços afetivos entre mães e filhos (as).

Este forte vínculo não é demonstrado no caso dos homens que não estão convivendo com os filhos. Não houve casos de inclusão na configuração familiar dos filhos de

⁵⁴ Em um estudo mais aprofundado desta família, poderia ser analisado ainda, se há outros aspectos que contribuem para a organização em rede, como, por exemplo, a questão da falta de saúde de dois membros desse grupo, o que pode ser um fator de mobilização e união da família.

⁵⁵ A sexta família o entrevistado foi o companheiro. Talvez este seja o fator da não inclusão dos filhos da mulher na configuração familiar.

companheiros, que não têm convivência no mesmo ambiente doméstico. Além disto, dos 04 homens que possuem filhos de outras uniões, nenhum deles trouxe os filhos para conviverem com o grupo familiar atual. Diferentemente, apresentam-se as mulheres, em que quatro trouxeram os filhos para o relacionamento atual e apenas uma mulher não trouxe.

O vínculo entre mãe e filho é mais um elemento que não limita a configuração familiar à concepção de agregado doméstico, mas amplia na direção da organização da família em rede.

Dessa forma, O relato das famílias pesquisadas ao se auto definirem possibilita o encontro de várias concepções de família, tornando-se difícil prender-se a um ou outro modelo - a opção por um ou outro irá depender do objetivo que se tem. A tendência é a definição em primeira instância pelo agregado doméstico, porém apresentam-se outros elementos que indicam que a constituição familiar não está restrita a esse modelo, mas se amplia para além, na direção das redes de relações. Nesse sentido, apesar de se encontrar uma centralidade na relação conjugal (11 famílias convivem como casal) e no agregado doméstico, isto não dissolve os vínculos com a rede familiar, quer esteja esta restrita a parentes ou aberta para a rede de vizinhança e amigos. O que define a família como rede de relações são basicamente os fatores da consangüinidade e da convivência (as relações morais). Logo, não é possível definir modelos familiares tais como família nuclear conjugal, monoparental, recomposta, etc., mas deve-se ter claro, que estes são arranjos que representam um dado momento da vida familiar e servem para enquadrar realidades extremamente dinâmicas, com movimentos freqüentes entre pessoas conviventes. No entanto, os modelos não conseguem cristalizar as famílias que se mantêm em constantes movimentos, os quais não estão restritos ao ambiente doméstico, mas se estendem para a rede de solidariedade e reciprocidade familiar.

Para um maior conhecimento dessas famílias, apresenta-se a seguir outros dados que revelam as condições sócio-econômicas das mesmas.

3.3.2 O “Perfil Sócio-econômico” das Famílias

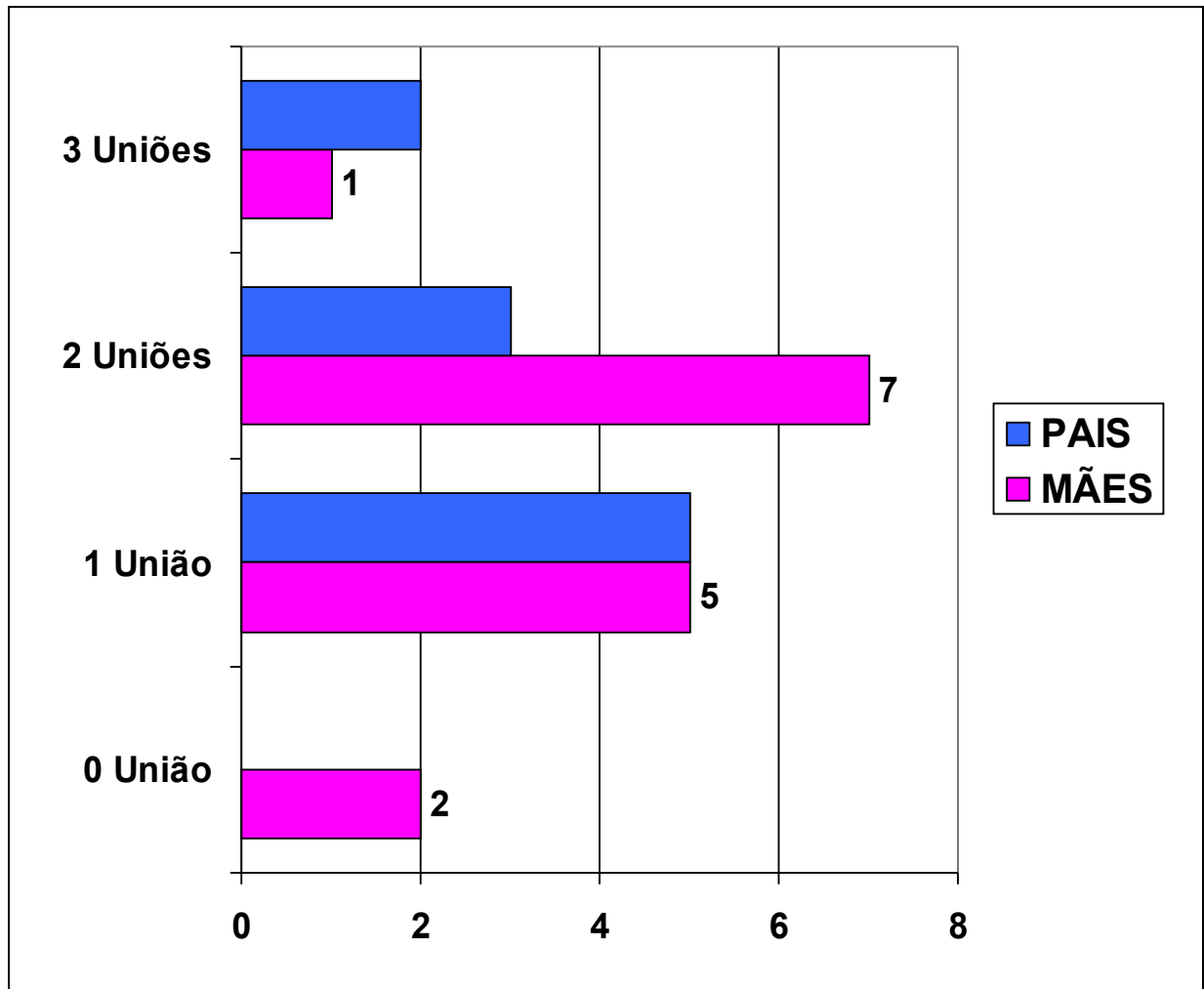
No grupo pesquisado a maioria das famílias possui uma organização do tipo casal, homem e mulher se responsabilizando pelo cuidado e proteção de crianças e adolescentes. Sendo que, apenas em uma família o homem (companheiro da mãe) não é pai de nenhuma criança ou adolescente do grupo familiar e um desses casais convive com outras pessoas além dos filhos, no mesmo ambiente doméstico. Do total de casais, em 07 situações ou o esposo ou a esposa já tiveram outras uniões conjugais, coincidindo em somente uma família a união de um homem e uma mulher com relações conjugais anteriores. Tanto os homens quanto as mulheres tiveram filhos em outros relacionamentos maritais. No entanto, enquanto os companheiros não trouxeram os filhos para a atual relação, as companheiras convivem com os filhos de outras uniões.

O gráfico abaixo representa o número de uniões conjugais dos homens (pais) e mulheres (mães) do grupo pesquisado⁵⁶.

⁵⁶ Os gráficos apresentados ao longo do texto têm a pretensão de servir, apenas, para melhor visualização dos dados da pesquisa. E, é importante esclarecer também, que os homens e mulheres mencionados são, no caso das mulheres a figura feminina, mãe da criança que se tomou como referência para acesso a família (a criança que frequenta a primeira série). E, dos homens, aqueles que vivem maritalmente com essas mulheres. Há, no entanto, outras mulheres e outros homens nos agregados familiares, as quais, porém não estão sendo referência nesse aspecto.

Número de Uniões

Gráfico N° 1



Como pode ser depreendido da leitura do gráfico, 08 mulheres tiveram mais de uma união conjugal, dessas 06 estão convivendo com um companheiro e apenas duas se encontram na condição de família monoparental. Quanto aos homens, 05 deles tiveram a experiência de outras uniões. Contudo, enquanto a maioria das mulheres vive a segunda relação, alguns homens já vivenciam a terceira experiência marital⁵⁷. Estão vivendo a primeira união conjugal a metade dos homens e um terço das mulheres. Há ainda casos de mulheres que não se uniram a nenhum companheiro e estão convivendo com suas famílias de origem.

⁵⁷ Não há nenhum caso de família monoparental masculina.

A elasticidade das relações familiares permeadas por recasamentos, demonstra a multiplicidade de formas de constituir e viver em família que os constantes processos de transformação possibilitam. Porém, embora, os atuais estudos de família reconheçam a diversidade de modelos ou arranjos familiares, o olhar lançado sobre a história revela que esta não é uma peculiaridade contemporânea. Em todas as épocas a família constituiu-se de forma diferente entre as classes sociais, gerando tipos distintos de agrupamento familiar. Sendo que, as múltiplas formações de família arquitetaram-se no interior das sociedades marcadas pelas diferenças regionais, culturais, educacionais, sociais e de renda de cada grupo populacional. Mioto (1997, p.120) nessa perspectiva, sugere não falar de família, mas de famílias, com a intenção de abarcar num mesmo termo essa “diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira”.

Nos gráficos abaixo apresentam-se a idade dos homens, mulheres, crianças e adolescentes que compõem as famílias pesquisadas.

Figura Nº 1
Idade dos Pais

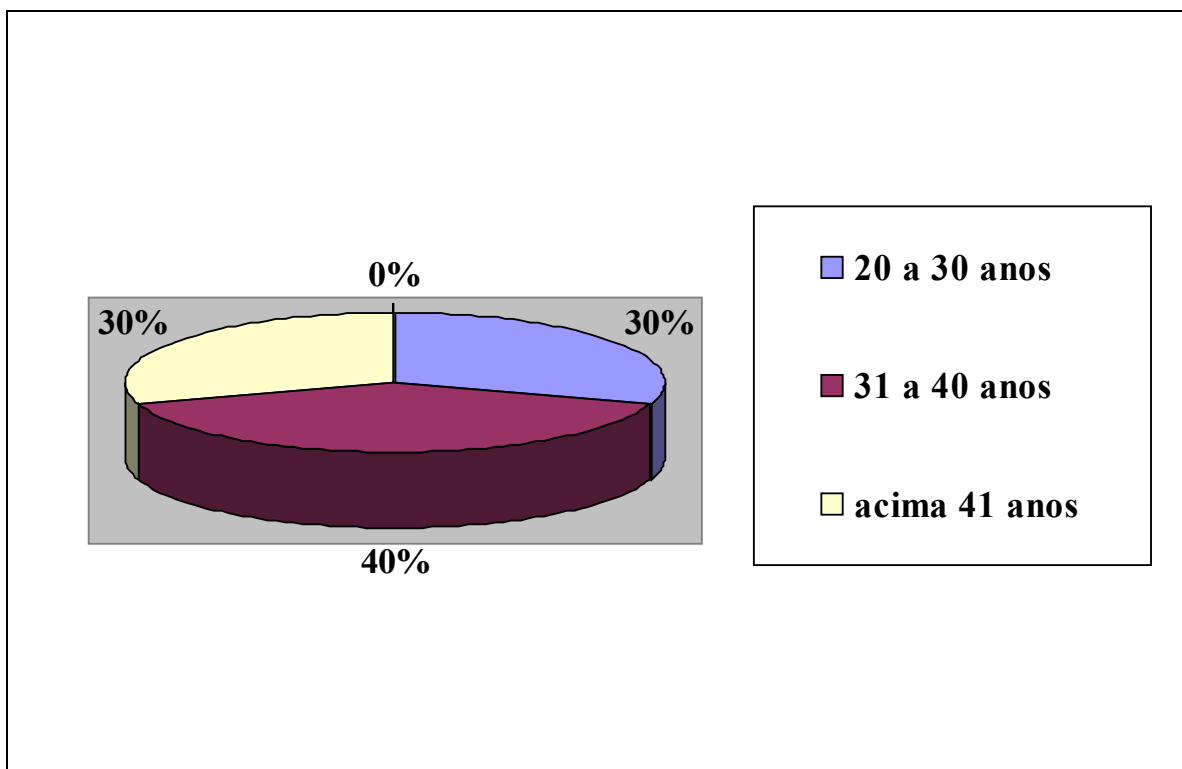


Figura 2
Idade das Mães

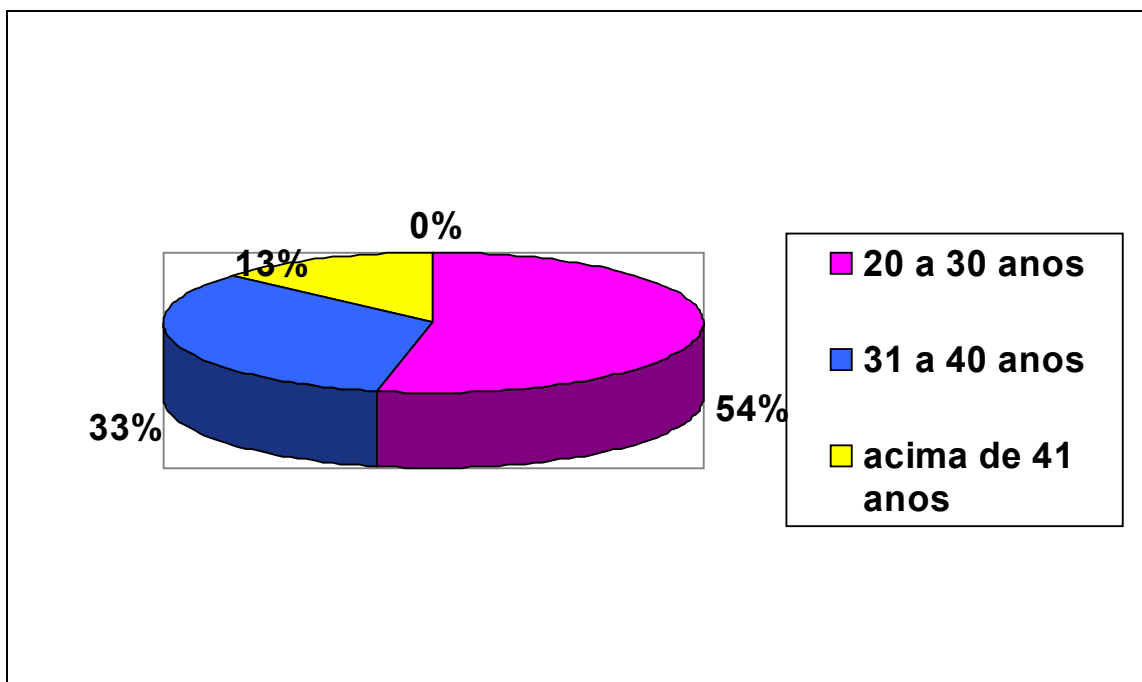
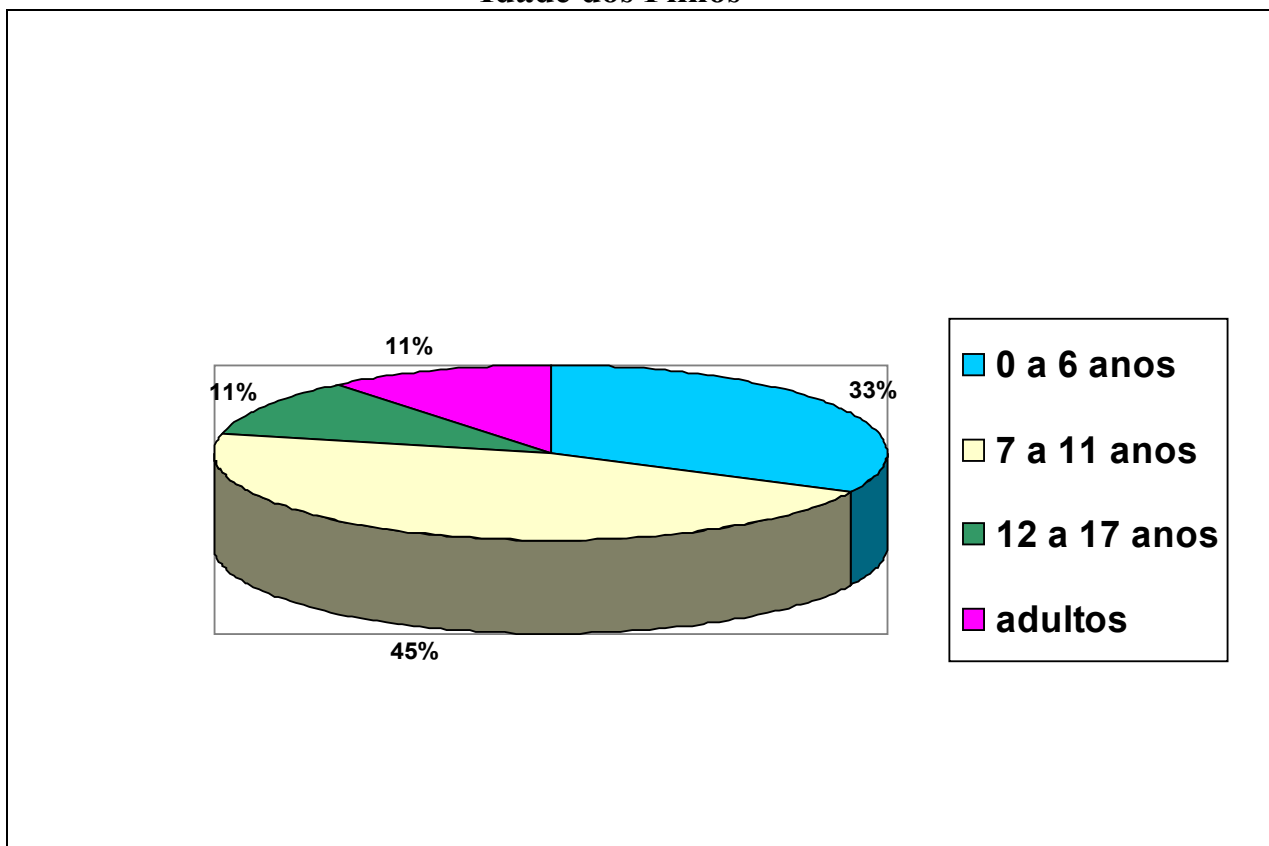


Figura N° 3
Idade dos Filhos



Na leitura dos gráficos percebe-se que enquanto 54% das mães⁵⁸ estão na faixa etária entre 20 e 30 anos, a idade dos (as) filhos (as) é predominante na faixa entre 07 e 11 anos (45%), com percentual significativo também de filhos (as) adolescentes e adultos (os quais somados são 22% do total de filhos (as)). Demonstra-se assim, que as mulheres do grupo pesquisado foram mães ainda muito jovens; 09 destas tiveram seu primeiro (a) filho (a) ou engravidaram na adolescência⁵⁹, sendo que, a idade em que tiveram o primeiro(a) filho (a) variou entre 14 (02 mulheres), 17 (02 mulheres), 18 (03 mulheres) e 19 anos (02 mulheres). Apenas uma mãe teve o primeiro (a) filho (a) após os 30 anos, as demais se tornaram mães até os 23 anos.

Esses dados seguem as tendências das pesquisas nacionais, que embora explicitem o aumento da idade em que as mulheres têm o primeiro filho (a) na sociedade em geral⁶⁰; demonstram que a gravidez na adolescência apresenta-se em taxas cada vez mais elevadas. De acordo, com o IBGE desde 1980 o número de adolescentes gestantes aumentou em 15%. Um outro agravante é que a idade em que ocorre a gravidez também vem diminuindo. Atualmente 1,3% dos partos são realizados em garotas de 10 a 14 anos. Os dados também demonstram que a incidência de gravidez na adolescência é maior e mais grave na população pobre (Fonte: www.federativo.bndes.gov.br).

O gráfico da idade dos (as) filhos (as) evidencia um outro fator importante, 78% destes são crianças; e em 06 famílias os filhos (as) que convivem no agregado doméstico não ultrapassam a idade de 07 anos. Estes dados denotam famílias com crianças pequenas; etapa do ciclo de vida familiar em que se requer maiores cuidados.

No grupo de famílias pesquisados a média de filhos por mulheres é 4,33 filhos por mulher, apresentando-se muito além da média nacional, que em 1999 é de 1,6 filhos por família no Brasil e para famílias com renda de até ¼ do salário mínimo é 3,1 (Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE/ ano 2000). Mesmo se comparado a média de filhos por mulher da população com menor renda, o percentual de filhos nas famílias pesquisadas é muito elevado. E, considerando que estas são mulheres jovens há a possibilidade que este número aumente.

⁵⁸ Tomou-se como referência a figura da mãe, por não haver dados suficientes para comparar a idade em que os homens tiveram seus filhos, o que dificultaria estender a comparação para todas as famílias pesquisadas. Pois, os filhos de outras uniões não convivem com os pais e em alguns agregados domésticos não há a presença da figura paterna, entre outras questões. Diferentemente, do que acontece com as mulheres, onde todas convivem com os seus filhos e/ ou relataram sobre o paradeiro destes, quantos filhos tinham e suas idades.

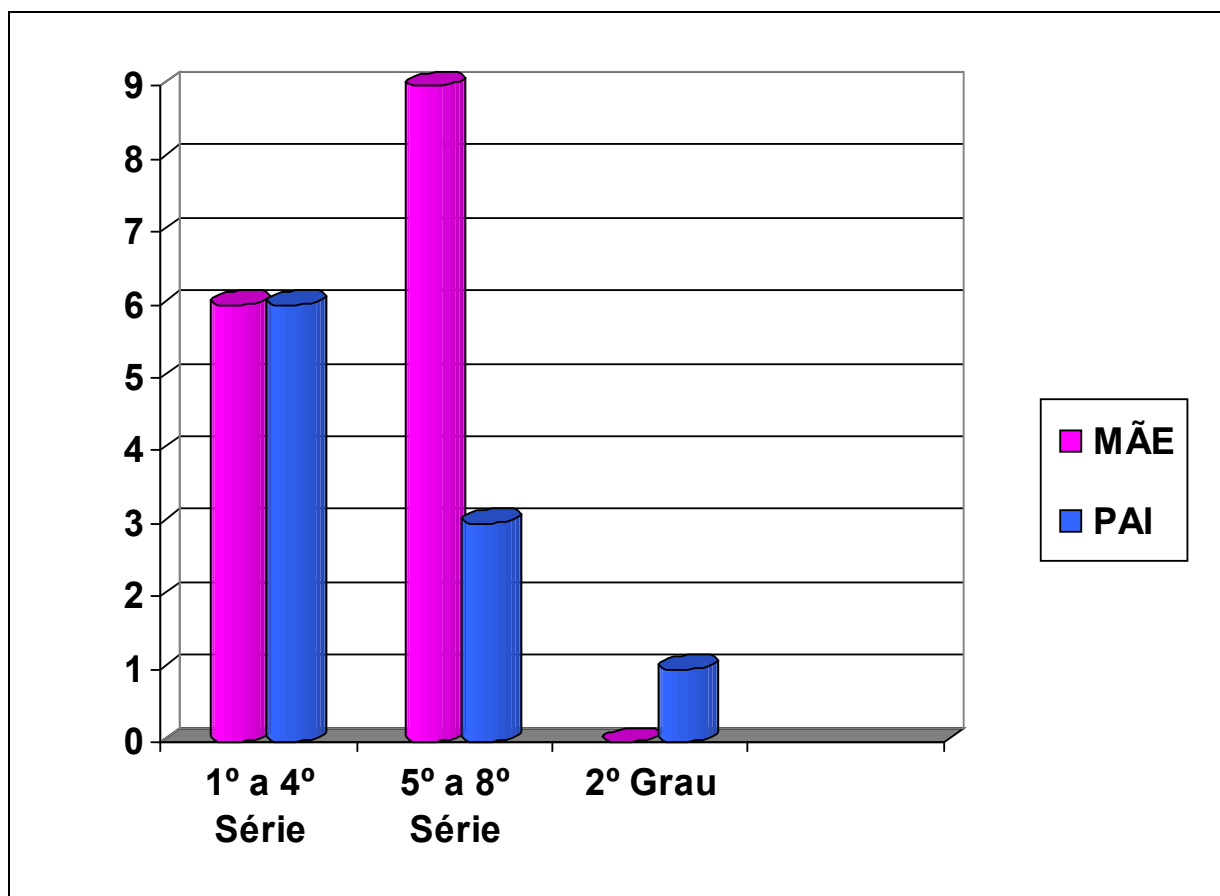
⁵⁹ Entende-se por adolescência a faixa etária entre 12 e 18 anos, conforme estabelece a Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e Adolescente).

⁶⁰ A média de idade da fecundidade da mulher brasileira era de 26,3 anos no ano 2000.

As pesquisas nacionais apontam, também, que as famílias mais pobres tendem a ter um percentual mais elevado de pessoas por família. Na PNAD de 2001 é apresentada uma média de 4,8 pessoas por família. E, mais recentemente na PNAD de 2003 essa média decresce para 3,3 pessoas por família. No grupo pesquisado, no entanto, esse percentual apresenta-se ainda mais elevado, somando um total médio de 5,8 pessoas por agregado doméstico, indicando famílias numerosas.

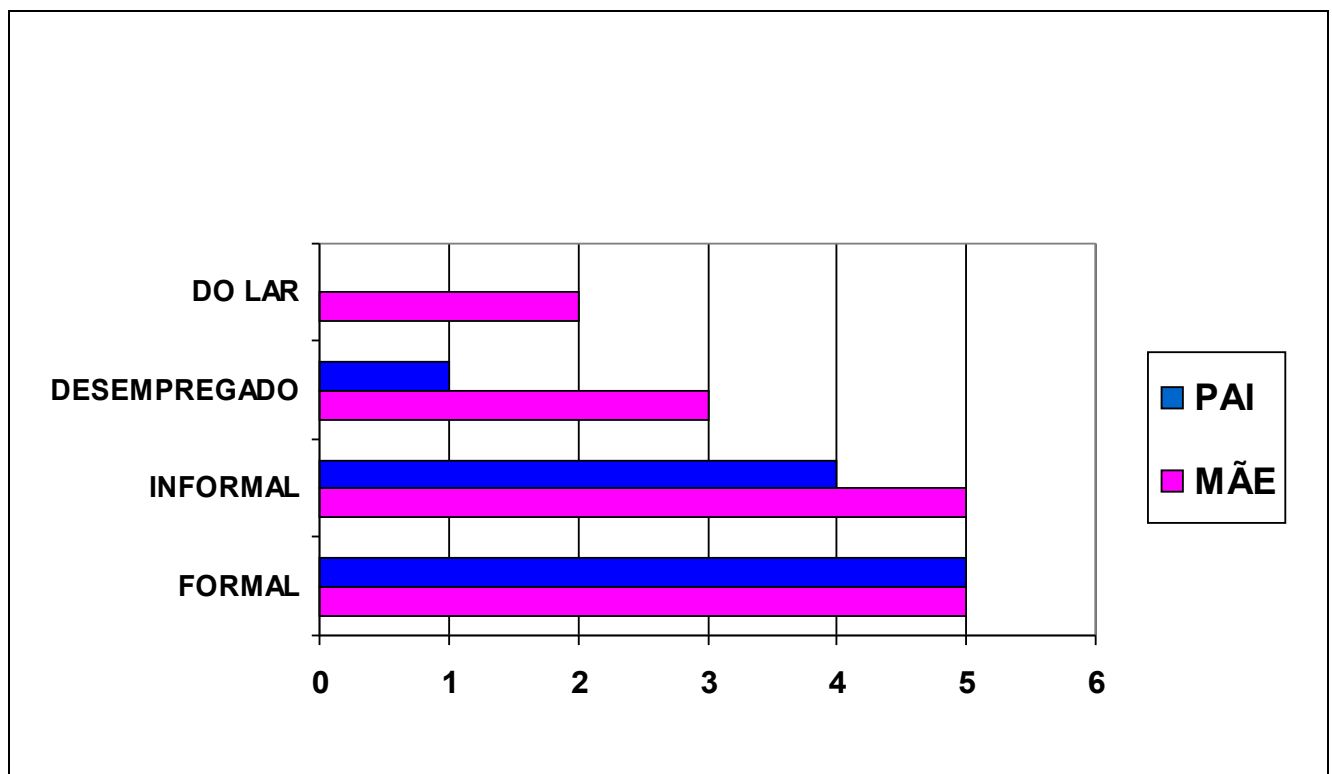
Os pais e mães possuem um baixo nível de escolaridade. Somente um pai conseguiu acessar o ensino médio (2º grau). A maioria das mães (09) alcançou grau de escolaridade entre 5ª e 8ª série e 06 pais cursaram até a 4ª série do ensino fundamental. Os pais apresentam, proporcionalmente, um nível de escolaridade abaixo das mães, como pode ser observado no gráfico.

Gráfico N° 2
Escolaridade dos Pais 1



A baixa escolaridade associada ao fato de que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, quanto ao nível de instrução e qualificação profissional, destina aos genitores uma inserção precária no mundo do trabalho, onde, além de perceberem uma má remuneração, exercem atividades laborais pouco qualificadas, sem a garantia dos direitos trabalhistas, como pode ser visualizado no quadro abaixo.

Gráfico N° 3
Vínculos de Trabalho



As ocupações das mulheres estão direcionadas às atividades domésticas (cozinheiras, diaristas, domésticas, babás); há somente uma mulher que não está inserida neste rol de atividades, pois, exerce a função de agente de saúde (porém, também é uma função relacionada ao cuidado). No grupo de 15 mulheres somente 02 disseram não exercer atividades remuneradas, o que indica o quanto as mulheres vêm aumentando a sua participação no mercado de trabalho e responsabilizando-se pelo sustento da casa, parcial ou totalmente. Salienta-se também que essas mulheres são mães de filhos pequenos, que

necessitam ainda de muitos cuidados, o que requer a existência de fontes de apoio, que lhes possibilitem cumprir com todas essas funções.

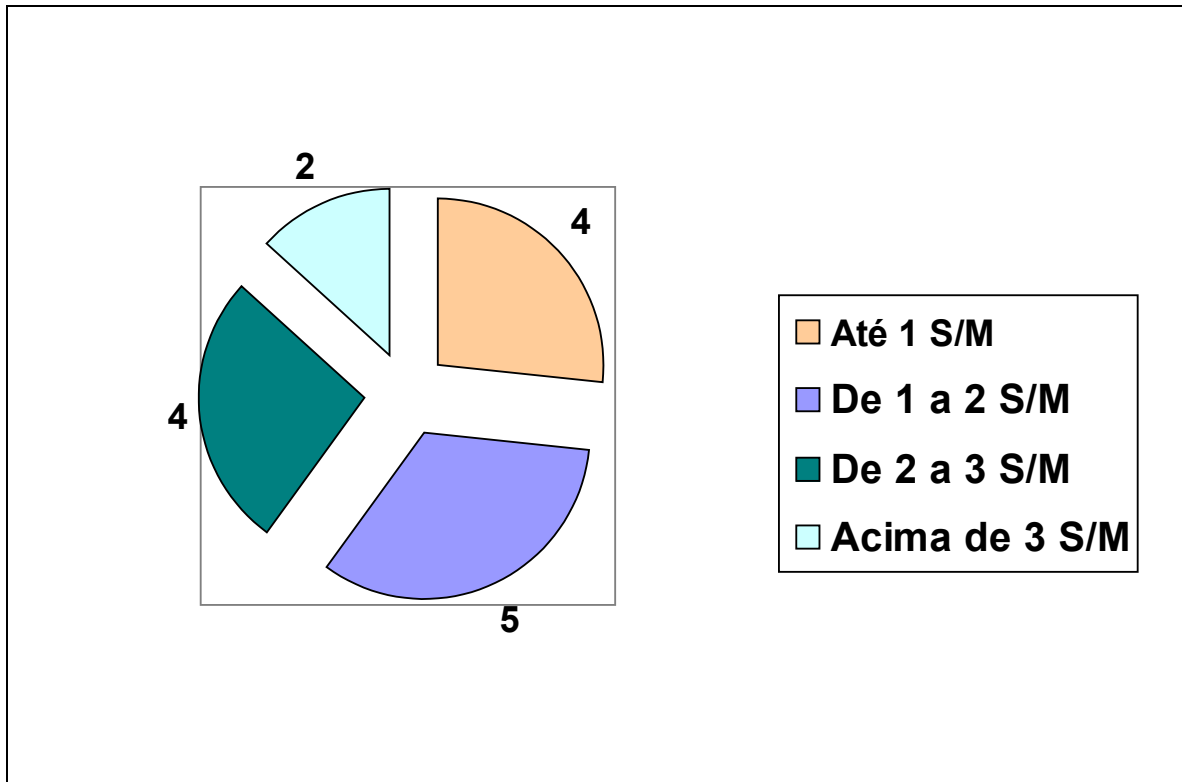
Embora entre a classe popular, o trabalho masculino também se encontre precarizado, a condição de trabalho da mulher é ainda pior. Há mais mulheres desempregadas do que homens, bem como, no mercado informal de trabalho. Almeida & Carvalho (2003, p. 116) analisando a participação das mulheres no mercado de trabalho afirmam

Nas classes populares, o emprego doméstico (...) constitui o grande absorvedor de mão-de-obra feminina, indicando tanto a permanência de papéis tradicionais para as mulheres no mercado de trabalho como a precariedade de sua inserção, uma vez que esse tipo de emprego apresenta os menores níveis de formalização do vínculo, jornadas de trabalho irregulares e prolongadas e baixa remuneração.

As ocupações dos homens no mercado informal, estão relacionadas à construção civil (biscates) e no mercado formal diversificam-se, sendo que 1 homem trabalha com serviço gerais; 1 como vendedor; 1 como ajudante de metalúrgico; 1 como porteiro e o último como promotor de vendas, indicando a ocupação com funções mais especializadas do que as mulheres, embora apresentem um nível de escolaridade inferior.

A baixa escolaridade associada a inserções precárias no mercado de trabalho reflete-se na renda das famílias, a qual está concentrada em até 03 salários mínimos. Destaca-se que para a formação da renda familiar consideram-se todos que trabalham e contribuem para com as despesas da casa e não somente o pai e a mãe, e ainda, está incluído nesta, os recursos dos programas de transferência de renda do governo federal. A renda familiar está representada na figura abaixo.

Figura Nº 4
Renda Familiar



É importante considerar que 11 das famílias recebem benefício em dinheiro do governo federal, sem o qual a renda familiar seria ainda mais baixa. Isto denota que se relacionar a faixa de renda 1 a 2 salários mínimos com o número médio de pessoas que compõe os agregados domésticos tem-se um percentual per capita de R\$ 103,00 (cento e três reais), um pouco acima do percentual considerado na linha de indigência (R\$ 75,00 ou $\frac{1}{4}$ do salário mínimo)⁶¹. No entanto, se a comparação for com as 04 famílias que recebem até um salário mínimo, tem-se um número significativo de famílias que sobrevivem com menos de R\$ 51,00 (cinquenta e um reais), caindo, portanto, para um grau de indigência. Esta comparação apresentaria dados ainda mais graves se fosse descontado da renda, o valor recebido com os benefícios sociais. Infere-se assim, que os benefícios repassados pelo governo federal estão cobrindo gastos para as famílias e a sua ausência, fará falta.

Infere-se do exposto, que o grupo de famílias pesquisadas caracteriza-se como famílias jovens, com filhos pequenos, em que pelo menos a metade das mães e dos pais está vivendo

⁶¹ No Brasil a linha de indigência é estabelecida em $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para a renda familiar per capita e a linha de pobreza em $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda familiar per capita. (RAMOS & SANTANA, 2003).

a segunda (ou terceira) união conjugal. São famílias que podem ser classificadas como pobres economicamente, sendo que a maior parte delas recebe algum benefício financeiro do governo federal, o qual somado ao trabalho dos genitores, constitui a renda familiar. A renda baixa associada ao elevado número de pessoas que convive no mesmo agregado doméstico (5,8 pessoas), denota uma população que vive em precárias condições de vida, não fugindo, portanto, às características das famílias do bairro. Nesse sentido, as famílias pesquisadas sofrem também as consequências de residirem em um contexto social de pobreza e exclusão social, onde a violência e o narcotráfico têm notadamente uma presença marcante e vão buscar nas famílias os seus “colaboradores”. Sendo assim, pode-se dizer que as famílias pesquisadas, na sua função de prover a proteção social, têm um desafio a mais, qual seja, assegurar o bem-estar dos seus membros nesse contexto, concorrendo com o narcotráfico.

Conhecer os fatores que atravessam a família e são determinantes na estruturação e organização da mesma, levanta a necessidade de se compreender também como, nesse contexto, as famílias se organizam para prover a proteção de seus membros.

Capítulo 4

A Organização Empreendida pela Família para a Proteção Social

A função da proteção social é há muito tempo delegado à família pelas sociedades em geral. No entanto, nas sociedades modernas a proteção social ampliou-se para além dos limites da família e ganhou o status de direito, a ser assegurado pelo espaço público, de responsabilidade do Estado. Este fato, porém, não retirou a responsabilidade da família na garantia da reprodução social, ao contrário dependendo da organização das sociedades, as funções do grupo familiar na proteção social são abrandadas ou sobrecarregadas.

É com o objetivo de expor sobre a forma como a família se estrutura e se organiza para proteger os seus membros que este capítulo está elaborado. Dessa forma, os dados de pesquisa estão organizados sobre dois enfoques. O primeiro apresenta a organização empreendida pela família para proteger o grupo familiar. Ou seja, se tem como base os recursos que as famílias dispõem, para a partir destes, se apresentar como elas se organizam. Assim, é exposta a organização das famílias em relação aos gastos que possui, às tarefas domésticas e de cuidados e para atender as solicitações e exigências da rede serviços.

O segundo enfoque dá continuidade à exposição dos dados da pesquisa, apresentando como as famílias utilizam a rede social (primária e secundária) para prover a proteção de seus membros. Conforme visualizado no primeiro capítulo, a rede primária compreende relações pautadas em laços de parentesco e/ ou vínculos morais, com quem a família mantém maior ou menor proximidade. De acordo, com Vasconcelos (2002) as relações estabelecidas entre a rede primária estão submetidas às condições econômicas, políticas e culturais de cada família. A rede secundária abarca as relações estabelecidas com instituições, quer sejam estas de natureza pública ou privada, abrangendo um conjunto de pessoas que se reúne em função de um mesma tarefa (MIOTO, 2004).

Dessa forma, organizou-se os dados da pesquisa referentes à rede social, em três eixos, o primeiro aborda a relação da família com a rede familiar e de vizinhança, a qual aparece como um recurso de proteção; o segundo refere-se à rede social secundária e à movimentação que a família empreende em relação a esta, com o objetivo de obter meios de proteção. Nessa perspectiva, optou-se em fazer um recorte dos dados privilegiando os serviços mais acessados pelas famílias. Assim, são discutidos os serviços de saúde, educação e assistência social, analisando-se como as famílias tecem as relações com estes e

especialmente como elas têm avaliado esses programas como recurso de proteção social. E finalmente, por último apresenta-se circulação da família na rede social com o objetivo de assegurar proteção de seus membros.

4.1 A Organização Familiar para a Proteção

A provisão da proteção social está associada, entre outras questões, ao tipo de organização que a família efetiva no seu cotidiano. Para qualquer família não basta ter disponíveis recursos, quer sejam estes financeiros, humanos ou outros, para que se tenha assegurado o sucesso da sua função na reprodução social. É preciso efetivar uma organização (o que é peculiar a cada família) que dê conta de suprir tais necessidades. Nesse aspecto os dados de pesquisa foram organizados através de quatro indicadores: - a organização das famílias quanto aos gastos, quanto às tarefas domésticas, quanto às tarefas de cuidados e à rede de serviços.

4.1.1 Quanto aos Gastos:

Já foi demonstrado anteriormente que as famílias pesquisadas vivem em condição de pobreza, caracterizada por uma renda familiar baixa. Um número expressivo das famílias gastam a maior parte do valor que recebem com despesas de alimentação, sendo que o gasto varia entre 51% e 100% da renda familiar.

A despesa com energia elétrica é o segundo maior gasto da maioria das famílias, sendo que um pequeno número das famílias não paga esta última por não dispor de recursos. Por outro lado, somente algumas famílias possuem despesas com o abastecimento de água⁶². O que representa para as famílias uma forma de auxílio, pois significa menos recursos retirados dos seus parcos rendimentos. Os gastos com alimentação e o fornecimento da energia elétrica são predominantes no grupo pesquisado. Em relação à educação, a maior parte das famílias declara ter algum tipo de gasto, normalmente relacionado à compra de material escolar. E, não

⁶² Na região muitas famílias não recebem a conta da água para pagamento, não sendo cobrado, portanto, este serviço.

há predomínio de outras despesas entre as famílias, demonstrando que os esforços do grupo doméstico são direcionados para prover a alimentação.

Na provisão das necessidades básicas, incluindo alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação, todas as famílias declaram receber algum tipo de auxílio para provê-las, ainda que minimamente. Dessa forma, todas as famílias recebem auxílio com relação ao vestuário, ganham roupas de patrões, vizinhos e de moradores de outros bairros, bem como, todas utilizam os serviços públicos de saúde quando estão doentes e recebem os medicamentos gratuitamente. Apenas um número muito pequeno declarou ter algum tipo de despesa com saúde. Há famílias que recebem sistematicamente auxílio para suprir as necessidades de alimentação e a maioria afirmou receber outros tipos de ajuda para prover suas necessidades cotidianas.

4.1.2 Quanto às Tarefas Domésticas

A realização das tarefas domésticas, as quais compreendem as atividades de lavar e passar roupas, limpar a casa e quintal, lavar louças, entre outros, é uma função do próprio grupo familiar. Somente uma família mencionou que raramente paga alguém para executar consertos no ambiente doméstico, o que ocorre quando a família não encontra outras possibilidades para a realização do serviço.

Em todas as famílias as mães são quem assumem a execução das tarefas domésticas, sendo que na maior parte das famílias elas se responsabilizam sozinhas por serviços como lavar e passar roupas, cozinhar, arrumar e dar faxina na casa. Em 04 famílias, as mães recebem a colaboração dos pais na realização dessas tarefas e em 03 famílias elas recebem auxílio das filhas (em fase adulta e adolescente). Nesse último caso, percebe-se que quando a mãe conta com uma outra mulher dentro de casa, esta assume em grande parte sozinha, estas tarefas. A mãe modifica o seu papel, passando apenas a auxiliar as filhas em atividades mais pesadas, como a lavagem de roupas e a faxina da casa.

Em uma boa parte das famílias os consertos domésticos são realizados pelos pais, sendo a atividade em que eles aparecem em maior número. Esta tarefa, no entanto, é realizada sem uma periodicidade específica, não exigindo que os pais disponham de tempo cotidianamente para tanto. Denota-se assim, que a participação da maioria dos pais nas tarefas domésticas é esporádica.

As crianças não são envolvidas na realização dos trabalhos domésticos. Elas são citadas em somente duas situações. Em uma, a criança aparece como responsável pela limpeza do quintal ⁶³ e na outra é apontada como auxiliar do pai na mesma função.

Cozinhar e arrumar a casa, lavar roupas e realizar faxinas são as tarefas que mais consomem o esforço e o tempo das famílias. As duas primeiras são realizadas diariamente, e um número significativo de famílias também lavam suas roupas todos os dias, nas outras, esta é uma tarefa que ocorre pelo menos uma vez por semana, tal como as faxinas.

Depreende-se do exposto, que as atividades domésticas são inteiramente de responsabilidade feminina e sua operacionalização está restrita ao agregado doméstico, não havendo o auxílio de terceiros nesta função. E, considerando que a maior parte das mulheres está inserida em algum tipo de trabalho fora do ambiente da casa, conclui-se que elas possuem diariamente uma grande demanda de trabalho.

4.1.3) Quanto às Tarefas de Cuidados

Compreende-se por tarefas cuidados as atividades desenvolvidas com alimentação, higiene, saúde, educação, lazer, entre outros. A família (nas suas mais diversas possibilidades) através dos cuidados que operacionaliza, é ainda o lugar que possibilita à maioria das pessoas que cresça e se desenvolva física e socialmente. No quadro abaixo visualiza-se os tipos de cuidados oferecidos no ambiente familiar, associados aos cuidadores. Ou seja, a pessoa responsável pelo cuidado fornecido.

QUADRO N °1

Tipos de Cuidados e a relação de cuidadores nas famílias

⁶³ No caso, trata-se de uma pequena extensão de terra ao redor da casa.

Tipos de cuidados Cuidador	Alimentação e Higiene	Levar e Buscar		Período escolares férias		Educação**	Saúde	Brincar***
		Creche	Escola/ Projeto*	Creche	Escola/ Projeto			
Mãe	10 ⁶⁴	02	04	02	05	04	09	02
Pai e Mãe	02		01		04	07	03	08
Mãe e Irmãos+	03	01	02		01	01	02	
Mãe e parentes		01		02	05	03	01	01
Crianças (auto-cuidado)			08					
Pai								01

*Trata-se dos Projetos sócio-educativo de atenção extra-escolar em período oposto ao da escola.

**Os cuidados de educação referem-se à orientação familiar para a formação de atitudes, limites, princípios e valores, etc.

*** O brincar refere-se às brincadeiras realizadas em família, se estas ocorrem? Quem brinca com quem?,etc.

+ Estão incluídos irmãos adolescentes e adultos, porém 01 criança auxilia a mãe para levar os irmãos menores na creche.

O quadro possibilita a visualização das tarefas de cuidado relacionando-as aos cuidadores, demonstrando assim, quem cuida na família. Nesse sentido, revela que, em se tratando dos cuidados dos(as) filhos (as), as mães não delegam (ou não podem delegar) esta função para terceiros, mesmo que estes sejam os pais. São elas as cuidadoras da família. E ainda, que em algumas famílias as mães recebam o auxílio dos pais, parentes ou mesmo filhos (as) maiores, este funciona como uma ajuda para as mães que têm a responsabilidade de cuidar. Este panorama está em consonância com a cultura brasileira que de forma geral destina às mulheres a tarefa de cuidar. Sendo o cuidado de crianças, principalmente de filhos (as), uma função das mães.

⁶⁴ Número de famílias.

Contudo, há estudos⁶⁵ que vêm demonstrando mudanças nesse perfil. Entre as transformações sofridas pela família, os papéis parentais têm sofrido alterações, constatando-se uma ligeira aproximação dos homens nas funções de cuidado com os (as) filhos(as). Os apontamentos acima por um lado, corroboram com esta análise, pois é possível observar uma tímida aproximação dos pais em algumas tarefas de cuidados. No entanto, a maior participação dos homens relaciona-se aos cuidados referentes à educação e a brincadeiras com as crianças, e não a cuidados práticos, como a tarefa de alimentar ou buscar filhos na escola. Depreende-se então, que os homens do grupo pesquisado se ocupam com ações que ocorrem no cotidiano familiar de forma esporádica e sem grandes exigências ou pressão, fazem quando acham necessário, não há obrigatoriedade na ação, ou ainda, são funções que estão mais voltadas para o prazer do que para o dever. Bruschini (apud Araújo & Scalón, 2005, p. 50) em pesquisa que realizou em 1990, já apontava que “o rarefeito envolvimento dos homens ocorre mais em atividades lúdicas, de lazer e externas ao espaço doméstico”. Ao que parece, esse perfil tem sofrido poucas alterações com o passar dos anos, predominando ainda, a tradicional visão que o cuidado é responsabilidade feminina.

Diferentemente das tarefas domésticas, nas ações que envolvem cuidar de crianças, as famílias recebem maior apoio dos seus familiares. O apoio recebido é sistemático e integra o cotidiano familiar, não se descartando a possibilidade de outras ajudas eventuais, que podem ser prestados tanto por parentes, como pela rede de vizinhança. Como pôde ser observado, a maior ajuda recebida dos familiares acontece no período de recesso escolar, incluindo projetos de atendimento extra-escolar e educação infantil, quando a família não conta com o apoio dos serviços para prover o cuidado dos filhos.

Os (as) irmãos (as) maiores revelam-se como um recurso utilizado pelas mães para auxiliar no cuidado das crianças menores. Em algumas situações eles superam a presença dos pais, revelando a necessidade da contribuição dos (as) filhos (as) para a organização familiar, o que já foi constatado também em relação às atividades domésticas. Infere-se que à medida que estes vão crescendo, a família vai se reorganizando e os pais vão repassando

⁶⁵ Araújo & Scalón (2005,) apontam uma série de trabalhos que indicam um processo de mudança nas percepções de homens e mulheres em direção a uma cultura mais igualitária da vida doméstica. As autoras destacam que embora permaneça o padrão tradicional de divisão sexual do trabalho doméstico, os homens vêm se envolvendo mais nessas tarefas. A maior manifestação desse envolvimento está no cuidado com os (as) filhos (as).

algumas tarefas para eles. E, conseqüentemente a carga de trabalho dos genitores, principalmente das mães diminui.

Dessa forma, as alterações na organização familiar modificam ao longo do tempo as funções ocupadas pelos integrantes da família, os (as) filhos (as) passam a contribuir na realização dos serviços domésticos; famílias com crianças pequenas têm uma maior sobrecarga advinda da demanda de cuidado e proteção, amenizada com o crescimento das mesmas; porém, podem voltar a tê-la se sofrerem agregação de parentes idosos, ou membros doentes⁶⁶. A intensidade da “carga” relativa ao cuidado é maior ou menor de acordo com o número de adultos que a partilham entre si. Nas famílias pesquisadas as tarefas domésticas e de cuidados estão centradas na pessoa da mãe, demonstrando uma organização familiar em que a mulher tem uma sobrecarga de serviços e funções.

4.1.4 Quanto à Rede de Serviços

Nas famílias pesquisadas todas fazem uso da rede de serviços. A forma como as famílias se organizam para receber este tipo de auxílio, onde vão, quem vai, entre outros, é o que se aborda a seguir.

Nas famílias pesquisadas todas fazem uso da rede serviços públicos de educação e saúde. Somente duas não estão sendo atendidas por programas relacionados à política de assistência social, demonstrando que as famílias enquadram-se dentro dos critérios seletivos desses programas. Como já foi demonstrado, o grupo pesquisado encontra-se em situação de pobreza, com agregados domésticos populosos, submetidos a baixos índices de escolaridade e a precárias condições de trabalho, o que caracteriza famílias em situação de vulnerabilidade social, portanto, atendendo às exigências dos programas assistenciais.

As mães são as que tecem as relações com a rede de serviços. Há somente um caso de uma família em que filha adulta é que mantém esta relação, substituindo a mãe em tarefas como matrículas escolares, acompanhamento dos irmãos a consultas e exames médicos, entre outros. Porém, quando a mãe é solicitada ou não pode ser substituída pela filha, ela assume estas funções. Nesse caso, a família se organizou distribuindo para a mãe o papel de

⁶⁶ Nas famílias pesquisadas, somente 02 se ocupavam de cuidados com membros doentes. Em uma delas a pessoa doente não convivia no mesmo agregado doméstico e havia uma organização da rede familiar para dar conta das necessidades de cuidado. Na outra, o cuidado é revezado entre os componentes do agregado doméstico. Nos dois casos, a família não recebe auxílios de terceiros para efetivar esses cuidados.

provedora e para a filha a função de cuidar. De qualquer forma, os dados confirmam que a mulher é a organizadora da vida familiar, é a administradora das atividades cotidianas, das necessidades e recursos da família. É ela quem tece as sociabilidades e a solidariedade, tanto entre a rede familiar, como com o mundo público. Nesse sentido, há uma grande carga de trabalho no gerenciamento do bem-estar familiar que recai sobre a pessoa da mulher-mãe. De acordo com Souza e Takashima (1998, p.86) “dentro da família compete à mulher o papel criativo de estar constantemente recriando uma práxis cotidiana de satisfação das necessidades através de recursos escassos e descontínuos, hierarquizando gastos e transformando renda em consumo”. E ainda,

A mulher é a principal figura nesta trama de rede das relações sociais estabelecendo os nexos, tanto em termos de sobrevivência, quanto em termos de elo de parentesco entre filhos com paternidade diversas. Também na transmissão de valores culturais e éticos e no entrelaçamento das redes primárias e secundárias, a mulher assume a liderança.

Cerqueira et all (2004, p. 25) também ressalta que várias pesquisas continuam realçando “o papel das mulheres como elo de ligação no contato com os serviços sociais (...). Este aspecto verifica-se, igualmente, ao nível das relações informais de apoio mútuo”. A continuidade da maior responsabilização da mãe, tanto pelas tarefas de cuidado e educação dos filhos, bem como, pelas demais tarefas de âmbito doméstico e as que estão na interface com o espaço público, pode ser vista também, como uma marca da concepção funcional de família, fortemente disseminada em nossa sociedade.

As mães organizam-se para, na gestão da vida familiar junto a rede de serviços, não prejudicarem as tarefas remuneradas que executam. Assim, elas freqüentam a rede de atendimento no horário oposto ao trabalho, faltando ao emprego ou à atividade remunerada somente quando não conseguem conciliar os horários. A solicitação de dispensa do trabalho para participar dessas atividades é também uma alternativa para quem isto é possível. Uma outra estratégia de organização é o agendamento com antecedência, o que possibilita tempo suficiente para a organização familiar, não lhes prejudicando; e finalmente dizem que quando não podem comparecer, posteriormente procuram os Programas e/ou serviços para resolver os assuntos em questão. Esclarecem, no entanto, que quando o assunto é urgente (sério) acabam faltando ao serviço e, depois repõem o horário de trabalho, para as mães que

isto é possível. Elas procuram também cumprir com os seus compromissos nos programas e serviços, no horário em que os filhos estão na escola, creche ou projeto, ou então recorrem aos familiares e/ ou vizinhos para cuidarem destes quando precisam se ausentar em função dessas atividades.

As mães, embora já tenham um grande demanda de trabalho (tarefas domésticas e de cuidados, trabalho remunerado, etc.), afirmam que as atividades promovidas pela rede de atendimento não representam para elas um peso. As programações são esporádicas e com curta duração. Nesse sentido, não precisam dispor de muito tempo para freqüentá-las. As atividades, em grande maioria, acontecem na própria comunidade, facilitando a locomoção das mães e a otimização do seu tempo, pois rapidamente elas estão de volta as suas casas. Elas declaram também que as participações não são obrigatórias e caso não compareçam, conversam posteriormente com os responsáveis. As mães demonstram ainda, interesse e apreço pelas atividades que participam.

Dessa forma, as mães na organização do seu dia-a-dia esquematizam-se de modo a conseguir administrar o seu tempo, dando conta também de gerir as relações entre família e rede de serviços. E, infere-se em relação às famílias que freqüentam sistematicamente as atividades da rede, que não é a idéia de obrigatoriedade, o que está por trás de suas participações, mas o prazer que sentem em participar.

4. 2 Família e Rede Social: a família na busca de proteção

A solidariedade familiar⁶⁷ se constitui na base das relações familiares e atinge tanto a dimensão material como afetiva/ emocional (PEIXOTO, 2005). Entre família vive-se geralmente um sistema de trocas; troca-se o que se tem, o dom da proteção, de bens, conselhos, apoios, etc. A situação sócio- econômica dos doadores é que define o quanto se troca, o que se troca e quando se troca (PEIXOTO, 2005; VASCONCELOS, 2002). As relações de obrigatoriedade e reciprocidade, moralmente construída entre a rede familiar, definem com quem se troca (FONSECA 1987, 2000, 2002; SARTI, 1996, 2003). A rede

⁶⁷ Os estudos sobre rede social confirmam a importância da solidariedade familiar para a economia da família e na organização da vida cotidiana. Para tanto, vide Vasconcelos (2002); Sarti (1996, 2003) e Fonseca (1987, 2000, 2002)

familiar pode estar restrita às relações de parentesco (consangüíneos e/ ou afins) ou pode se expandir para outros âmbitos (vizinhos, amigos, patrões...).

Pelo exposto até o momento, já se visualizou que as famílias pesquisadas para proteger o grupo familiar contam com apoios tanto dos familiares vizinhos e amigos, como dos serviços em que estão inseridas. A seguir, prosseguindo na apresentação dos dados da pesquisa, apresenta-se a organização empreendida pela família na busca de proteção para o grupo familiar.

4.2.1 Família e Rede Social: a movimentação da família em torno da rede primária

Para falar dos apoios recebidos pela família de sua rede primária, vale lembrar que embora exista uma tendência desta se auto-definir como um agregado doméstico, a delimitação da família não se esgota aí, haja visto a relação entre mães e filhos e a relação de convivência entre parentes e vizinhos, demonstrando o entrelaçamento do grupo familiar em relações que extrapolam o espaço doméstico e se estendem pela comunidade, pelo bairro, pela cidade.... Peixoto, (2005, p. 236) afirma que “a proximidade espacial favorece as trocas e os contatos entre as gerações, (...) estar próximo da casa materna sempre é uma garantia para obter ajudas e apoios sistemáticos ou esporádicos...”

Nas famílias pesquisadas, através da análise das respostas emitidas, constata-se que a maioria das famílias tem um vínculo intenso com a família ampliada (avós, tios, sobrinhos, etc.), o qual é possibilitado pela convivência muito próxima (na maior parte os familiares convivem ou na mesma comunidade e/ ou no mesmo bairro), o que possibilita a vivência de uma sociabilidade marcada por relações de solidariedades com trocas de apoios tanto morais, como materiais. O que pode ser encontrado também no estudo de Vasconcelos (2002), que afirma que as redes de solidariedade familiar efetivam-se nas trocas que a família faz entre si no cotidiano. Nessa perspectiva, as famílias freqüentemente reportam-se aos seus parentes e a maioria tem uma convivência cotidiana, expandindo, portanto, as fronteiras do agregado doméstico para a rede familiar.

No entanto, há um grupo de famílias que mantém relações menos intensas com a rede de parentesco. Para estas as dificuldades em manter relacionamentos com maior proximidade entre os parentes são associadas à distância geográfica, pois estes residem ou no interior do Estado ou fora deste. Contudo, há entre estas famílias o hábito de se visitar periodicamente, sendo que alguns parentes passam períodos de férias juntos, se apóiam, entre outros. Como exemplo, menciona-se uma família que afirma não ter uma relação de proximidade/afetividade com os familiares, no entanto, a avó materna é quem está cuidando atualmente de uma de suas crianças, demonstrando que mesmo existindo na concepção desta, um distanciamento da rede familiar, há uma relação de ajuda. Há outras famílias que também dizem não ter muitas afinidades com os parentes, mas mantêm uma relação de cordialidade, visitam-se esporadicamente e também recebem algumas ajudas, principalmente em momentos de dificuldades. Infere-se pelo exposto, que no grupo pesquisado todas as famílias relacionam-se com os seus familiares e estes freqüentemente lhes apóiam.

Além disto, a maior parte das famílias mantém com a rede de vizinhança e amigos relações próximas de solidariedade, onde se visitam e são corteses uns com os outros, servindo estes de suporte para a reprodução social. Observa-se, no entanto, que em algumas famílias os elos com a vizinhança e amigos são mais fortes do que em outras. E, ainda que relações mais intensas entre vizinhos, ocorrem nas famílias com menor vínculo entre a rede familiar. Nesse caso, percebe-se que a maior ligação com vizinhos e amigos está associada à impossibilidade de poder contar com os seus familiares, seja, pela distância que separam as famílias, seja por outros motivos. O que denota, para o grupo pesquisado, uma tendência maior para a definição das redes de apoio entre consangüíneos, e, na impossibilidade de contar com estes, os amigos e vizinhos são a opção mais próxima.

No entanto, ressalta-se que nas famílias com vínculo mais intenso entre a rede de parentesco as relações com os vizinhos são de cortesia. Do montante das famílias, apenas duas afirmam não se relacionar com estes, demonstrando serem famílias fechadas em torno da sua rede familiar e, que optam por não se envolver com a vida comunitária e da vizinhança. A fala de um pai para o filho é ilustrativa. Diante do comentário da criança sobre um fato ocorrido em frente a sua casa, o pai orienta “não vamos nos envolver, vamos ficar só entre nós, se não depois eles vão te pauseá (bater)”. Avalia-se que para estas duas famílias, o não envolvimento com o contexto em que vivem está associado ao medo de uma realidade marcada pela violência e o narcotráfico. Além disso, pode estar relacionado também, ao fato de que em uma delas os provedores (homem e mulher) possuem emprego fixo, conseguindo

prover as suas necessidades básicas e na outra, a família de origem materna tem grande participação na provisão do sustento do grupo familiar.

Entre as famílias que possuem relações de maior proximidade com a rede de parentesco, não se constata grandes diferenças entre o tipo de relação estabelecida entre os parentes maternos e paternos, embora os primeiros expressem que mantêm contatos mais freqüentes. Essas relações são pautadas na amizade, na ajuda, no aconselhamento e apoio moral, afetivo e material. A título de ilustração apresenta-se o relato de uma entrevistada que afirma ser a ajuda entre família uma troca, saber que há alguém para contar e compartilhar: - “o que eu dou hoje, eu posso ganhar amanhã em dobro”. Nessa direção Peixoto (2005, p.238) analisa que “... a solidariedade se dá num circuito de reciprocidade, e a vida cotidiana só é possível através das trocas entre os membros da família”.

A possibilidade de contar com o apoio da rede de parentesco e vizinhança é um ato recíproco e não uma via de mão única. O apoio vem de quem pode ajudar, de quem está em melhores condições financeiras e/ ou emocionais para tanto. Porém, considerando-se que as famílias pesquisadas vivem em situação de pobreza e que sua rede de relações, está submetida a condições semelhantes, o auxílio material ou financeiro, nem sempre é possível.

Do montante das famílias um número expressivo declarou não ter recebido auxílio dos familiares no último ano. Contudo avalia-se que as famílias pensaram neste momento apenas em ajudas sistemáticas, de valor material e não nos inúmeros apoios que recebem no dia-a-dia. O que pode ser ilustrado com o exemplo de um casal que anunciou não precisar de ajuda, pois estão empregados e possuem uma renda superior a quatro salários mínimos, demonstrando orgulho porque atualmente eles é que estão ajudando os familiares.

Constatou-se, entretanto, que o mesmo recebe auxílios dos familiares no cuidado com as crianças (uma irmã paterna auxilia no cuidado das crianças diariamente), possibilitando que pai e mãe estejam inseridos no mercado de trabalho. Além do que, na troca de favores, são auxiliados em pequenos serviços. Em outras famílias também se observa o mesmo comportamento, afirmam não ter recebido auxílio, mas são ajudados nos cuidados com as crianças, com conselhos e orientações, etc.. Evidencia-se, dessa forma, que o auxílio reconhecido e valorizado entre a rede familiar é a ajuda material, demonstrando a naturalização das tarefas de cuidados e proteção entre o grupo pesquisado.

Outras famílias que admitem ter recebido auxílio da rede de parentesco, dizem que foram ajudados com doação e empréstimo de dinheiro, acessos a crédito no comércio, oferta mensal de alimentos e roupas, acompanhamento para busca de recursos na rede de atendimento e apoio emocional. Vasconcelos (2002, p.542) afirma que o apoio fornecido

entre a rede de parentesco depende do que há para ser transmitido, marcando aí a pertença social de classe. Famílias mais abastadas proporcionam a promoção e manutenção do status social de sua prole; entre as famílias pobres o auxílio vem como um socorro para a manutenção da vida. As dádivas familiares são atravessadas, portanto, pela estrutura de classe, “dá-se o que se tem; ora, como o que se tem está, de forma muito marcada, desigualmente distribuído pela população, também o que se dá o está”.

Diante do exposto, conclui-se que o apoio material, o qual parece ser o mais esperado entre as famílias pesquisadas, quando não ocorre é por falta de ter o que partilhar. Avalia-se que talvez este tipo de auxílio seja o mais esperado, por contribuir diretamente para a manutenção da subsistência. Na falta deste, a tendência é que as famílias recorram a outras fontes de ajuda para suprir as suas necessidades.

A rede de vizinhança também funciona como um apoio sistemático para a família. A maioria das famílias recebe auxílio freqüentemente dos vizinhos e contam com estes na organização da vida familiar. Os auxílios prestados são cuidados com as crianças, indicação de lugares em que a família pode receber auxílio, empréstimo de dinheiro; doação de alimentos, móveis, roupas, auxílio emocional. A ajuda entre a rede de vizinhança é uma troca, uns socorrem os outros. Percebe-se que há maior reconhecimento dos apoios de natureza não material entre vizinhos, do que entre a rede de parentesco, devido à trama de relações morais que envolvem os membros da rede familiar, onde a expectativa em receber a ajuda pelas mãos de parentes é maior. Pode-se inferir daí, a determinação social da obrigatoriedade da rede familiar no provimento da proteção social, principalmente na linha descendente (relação pais – filhos) (FONSECA, 2002). Sarti 2003, p.31) corroborando com esta idéia expõe que “ entre as relações familiares, é sem dúvida a que ocorre entre pais e filhos que estabelece o vínculo mais forte, em que as obrigações morais atuam de forma mais significativa”. E ainda, “ essa prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres”.

No entanto, se for analisado o conjunto das doações prestadas pela rede primária, verifica-se que os tipos de auxílios prestados não apresentam diferenças em espécie, sendo possível perceber que entre os pobres doa-se o que se tem. Logo, divide-se desde a cesta básica obtida em algum programa de assistência – uma família que está sobrevivendo às custas dos vizinhos e amigos, diz que as doações que recebe vem em boa parte das cestas de alimentos que estes obtêm e repartem com ela - até as informações de onde é possível ter acesso para receber algum benefício.

Embora não houvesse nenhuma pergunta direcionada ao tamanho da rede familiar, foi possível verificar que em cada família há um tamanho mais ou menos definido. Com isso, não se está afirmando que não existam entradas e saídas de pessoas a qualquer momento de uma rede, modificando o seu formato e sim que as relações se dão dentro de um determinado grupo, aquele com quem se é mais próximo e com quem se pode contar. Pois, a relação de ajuda só ocorre entre alguns, com outros, o relacionamento é apenas de cortesia, independentemente se o vínculo que os une é de consangüinidade ou não.

No entanto, observa-se através desta pesquisa, que famílias com menos recursos financeiros tendem a ter uma rede de ajuda mais abrangente, estendendo-se além da família para vizinhos, amigos, patrões e rede de serviços. Famílias que conseguem suprir as suas necessidades com recursos próprios ou apenas com a ajuda da rede familiar, apresentam uma rede mais limitada. E ainda, analisando-se os dados desta pesquisa e relacionando-os às observações da realidade profissional, percebe-se que enquanto os que possuem recursos conseguem pagar pelo cuidado de crianças e o suprimento de suas necessidades, desde a alimentação até o lazer, os mais pobres precisam se articular em rede para dar conta de prover as suas necessidades básicas. Este pode ser o motivo das redes familiares entre os pobres serem mais abrangentes. Bott (1976) já relatava que redes mais abertas (de malha estreita - com maior número de relações e vínculo entre os membros) possibilitam às famílias maior provisão entre a rede e famílias mais fechadas (malha frouxa com poucas relações e vínculo entre os membros) recebem menor provisão da rede familiar.

Contudo, considerando os poucos recursos da rede familiar e o quanto se tem tornado complexa a função de educar e cuidar de filhos⁶⁸, a provisão da proteção social requer que se ponha em marcha todo um amplo aparato, onde a sociedade e o Estado também têm função preponderante. Dessa forma, cabe ao Estado na qualidade de gestor das políticas sociais, disponibilizar recursos para possibilitar às famílias condições de exercer a proteção.

⁶⁸ Atualmente há uma maior responsabilização legal da família do que existia há 15 anos atrás (anteriormente ao Estatuto da Criança e Adolescente): - obrigatoriedade do ensino escolar; proibição de qualquer forma de trabalho infantil, - condenação de todas as formas de violência doméstica; - fiscalização da vida privada através da criação de órgãos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, entre outros. Além disto, são também assegurados direitos a outros indivíduos como, os portadores de necessidades especiais e idosos. Dessa forma, para garantir direitos aos indivíduos o Estado imputa à família toda uma gama de atribuições, as quais ela tem a obrigação de cumprir.

4.2.2 Família e Rede Social: a movimentação da família em torno da rede social secundária

As políticas sociais são o mecanismo utilizado pelo Estado para operacionalizar a proteção social, elas se concretizam através de uma rede de serviços, programas e projetos que estão estruturados no âmbito do município. O bairro onde residem as famílias, sujeitos dessa pesquisa, tem como uma de suas peculiaridades o processo de organização popular, onde a maior parte de suas comunidades nasceu através de um processo organizativo. Assim sendo, com a conquista da terra as comunidades lançaram-se em uma luta por equipamentos e serviços que atendessem as necessidades dos moradores. Os complexos problemas sociais que foram surgindo neste meio, juntamente com o caráter ativo da maioria das Associações de Moradores, obrigaram por um lado o poder público a intervir atendendo as reivindicações da população, e por outro possibilitou a proliferação de uma série de Organizações Não-Governamentais para atender áreas em que as políticas públicas não se efetivaram de forma a garantir a necessária cobertura.

Neste contexto é que abordar-se-á a seguir a relação das famílias com a rede de serviços, privilegiando-se neste estudo os serviços acessados pelas famílias frequentemente, e com maior interferência no cotidiano destas, considerando a organização que empreendem na busca para assegurar a proteção de seus membros. Assim, estão relacionados os serviços de educação, saúde e assistência social. Sendo que os dois primeiros estão pautados no princípio da universalidade e são assegurados pela rede pública como direito, sendo a organização, gestão e execução destes de responsabilidade governamental. Esses serviços são acionados por todas as famílias, as quais provêm as suas demandas de saúde e educação somente através da rede pública. Aos serviços de assistência social, foi dado especial enfoque considerando: - a condição de pobreza das famílias e a conseqüente demanda que surge para atendimento nesse tipo de serviço; a negação da universalidade do direito de assistência social como política pública, o que não possibilita o acesso a todos que dela necessitam; a inserção das famílias pesquisadas nos programas sociais; e, a provisão deste serviço por entidades públicas e privadas, consistindo em mais um diferencial em relação aos dois primeiros.

Ao se abordar a rede social secundária com foco nos serviços de educação, saúde e assistência social, buscou-se demonstrar especialmente como as famílias tecem as relações com estes e como avaliam a contribuição destes para o bem-estar do grupo familiar.

O Acesso aos Serviços de Educação

Entre os serviços de educação a escola é a instituição que tem maior presença na vida familiar, pois, o ensino fundamental (1ª a 8ª série) é acessado por todas as famílias. No entanto, o ensino médio (2ª grau) não é oferecido na escola do bairro e são poucos os jovens que conseguem cursá-lo, uma vez que isto requer recursos para deslocamento, compra de material, vestimentas adequadas, etc..

Além da obrigatoriedade do ensino e a utilização da escola do bairro, pelas famílias até os filhos concluírem o grau máximo oferecido (oitava série do ensino fundamental), com exceção daqueles que deixam de frequentar a escola, constata-se a importância desta entre o grupo pesquisado pela proximidade que a mesma procura cultivar com os pais ou responsáveis por seus alunos (as). A escola da região tem como prática promover atividades para aproximação e envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos. Além das tradicionais entregas de boletins e reuniões, promove outras atividades como festas e encontros entre pais e professores.

Nesses eventos a participação por parte das famílias pesquisadas é significativa. Sendo que, a maior parte afirma que além de atender aos convites da escola, costuma procurar espontaneamente o estabelecimento de ensino para tomar conhecimento do desenvolvimento escolar de seus filhos (as).

A educação infantil (as creches) é o segundo serviço de educação a que as famílias têm acesso. No entanto, apenas 04 famílias são atendidas por esse serviço, o que demonstra que a oferta de vagas é mínima, se for relacionada ao contingente populacional da região. Há muitas famílias, entre o grupo pesquisado, que reivindicam esse tipo de atendimento e não conseguem acessá-lo, existindo situações em que os pais deixam de trabalhar para garantir o cuidado das crianças. Em relação às atividades da creche, todas as famílias com filho (a) frequentando a educação infantil afirmam participar das atividades programadas, bem como, afirmam procurar os locais voluntariamente para saber sobre o desenvolvimento dos mesmos.

Depreende-se se que a maioria das famílias apresenta um alto grau de participação nas atividades relacionadas à educação dos filhos (as), constando-se na maior parte das famílias

participações mensais. Entre o grupo pesquisado 11 famílias declaram ter este tipo de atitude, sendo que um número expressivo destas tem contato igual ou superior a 3 vezes por mês com a escola, existindo entre estas, uma família que busca a escola semanalmente. O que denota grande preocupação dos pais com a educação escolar dos filhos (as). Apenas uma família não participou de nenhuma atividade dos serviços de educação durante o semestre. Há ainda que se registrar a existência de mães que acompanham os filhos (as) todos os dias até as salas de aula e esperam até os professores (as) iniciarem as atividades e que fazem isto nos dois turnos, percorrendo o trajeto entre a sua casa e a escola quatro vezes ao dia. Sendo que, mesmo mães que residem praticamente ao lado da escola, também têm esse comportamento.

Os motivos declarados pelas mães para participarem estão relacionados: - à necessidade que sentem de saber e acompanhar sobre a aprendizagem, o desenvolvimento, desempenho e comportamento dos filhos; à assuntos práticos, tais como colônia de férias, rematrícula, saúde das crianças; resolver problemas relacionados ao comportamento; porque querem ficar mais próximo dos filhos; porque as crianças sentem-se bem com a participação das mães; porque gostam e também aprendem nesses momentos.

Avalia-se que as famílias do grupo pesquisado demonstram interesse pela educação de seus (as) filhos (as), porém percebe-se também que este cuidado está associado à preocupação que possuem em relação a situações de perigo eminente para as crianças, existentes no contexto em que moram. Percebe-se também, que há a intenção dos pais de resguardar as mesmas de uma realidade que eles não gostariam de estarem vivendo, uma realidade que os invade e que não conseguem fazer parar. Algumas famílias além de acompanhar as crianças diariamente à escola, não as deixam brincar na rua, orientam e vigiam, com quem brincam, aonde vão, etc.. O contexto de violência certamente contribui para que as famílias se envolvam nos serviços de educação, sendo que as atividades que mais exigem o tempo das famílias e as envolvem estão relacionadas a este tipo de serviço.

Um outro fator que pode também contribuir para o envolvimento das famílias, principalmente na escola, é a exigência dos programas sociais para que crianças frequentem as aulas. Sendo a frequência escolar uma condição reconhecida pela família para a inserção e continuidade do atendimento em programas sociais. Esta tem que ser comprovada periodicamente.

Questionadas quanto aos fatores que podem dificultar a participação, 06 famílias referem não tê-los; as outras citam o trabalho, o cansaço, motivos de doenças na família e não ter ninguém para cuidar dos filhos, enquanto comparecem aos locais. Como já se constatou, a

mulher mãe pouco pode contar com o auxílio dos outros membros que compõem o agregado doméstico.

As famílias reconhecem que os serviços de educação influenciam no processo de desenvolvimento intelectual e moral dos seus filhos. Um número expressivo de famílias avalia que estes exercem uma boa influência sobre as crianças, tornando-se uma fonte de auxílio para a família. Essas famílias relatam que esses locais ensinam, além dos conteúdos escolares, princípios e valores considerados por elas bons, bem como, orientam quanto ao respeito entre as pessoas, os limites e a atitudes comportamentais. A exemplo, uma mãe relata que as crianças nos serviços de educação “aprendem a conviver com as pessoas, respeitar, ouvir, falar e enfrentar o mundo melhor do que eu”. Os pais afirmam que através do conhecimento escolar os (as) filhos (as) superam-nos, pois têm acesso a informações que eles não tiveram.

Há relatos dos pais, que recorrem novamente à questão do contexto comunitário. Alguns ressaltam que a escola é boa, nesse sentido valorizam o esforço dos professores para repassar às crianças uma boa educação, mas reconhecem a limitação destes devido à violência na região. Nesse aspecto, algumas famílias dizem que na convivência com outras crianças, os (as) filhos (as) aprendem valores que não agradam aos pais, tais como, palavrões e mentiras, passando a ter um comportamento rebelde. Uma mãe entrevistada afirma “a escola é boa, as pessoas é que são contra a escola”. Observa-se novamente, que algumas famílias diferenciam-se do contexto comunitário, expondo elementos deste, que consideram prejudiciais no desenvolvimento dos (as) filhos (as).

No grupo de famílias pesquisadas constatou-se, que a maioria responde aos chamados de participação dos locais, além de superarem estes, participando também espontaneamente. A motivação das famílias para participarem está assentada em três aspectos básicos: o próprio interesse dos pais em acompanhar o processo de educação dos (as) filhos (as); os programas sociais estabeleceram como critério de atendimento a comprovação da matrícula e frequência escolar; o contexto comunitário marcado pela violência e o narcotráfico incita nas famílias a necessidade de proteção de suas crianças.

Os dados da pesquisa demonstraram que as famílias atendem as solicitações de participação, não apenas, por se tratarem de exigências ou uma obrigação legal dos pais, mas porque têm como princípio acompanhar o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos (as) filhos (as). As famílias não avaliam, portanto, o trabalho dos serviços de educação como uma sobrecarga e sim, como mais uma das muitas funções que elas têm que cumprir para a provisão do bem estar de suas crianças. Contudo, infere-se pelo exposto que os serviços

mencionados ao mesmo tempo, em que atuam como uma fonte de auxílio às famílias, atribuem-lhe uma carga a mais de trabalho. Qual seja o acompanhamento e participação do processo de desenvolvimento escolar dos (as) filhos (as), o que requer ao longo do ano, várias idas e vindas dos estabelecimentos de ensino.

A ocupação das famílias com os serviços de educação é uma responsabilidade assumida inteiramente pela mãe, é ela quem assume o papel de interlocutora com as instituições de ensino, e não recebe o auxílio do companheiro ou de outros parentes nesta função. Evidencia-se assim que a tarefa de cuidar da educação dos filhos é ainda essencialmente feminina.

Infere-se também, que além de acompanhar no processo de educação as famílias pobres tem uma carga a mais, resguardar suas crianças do contexto de violência. O que acentua a sobrecarga das famílias, especialmente das mães, ao longo do processo de crescimento/ desenvolvimento dos (as) filhos (as).

O Acesso aos Serviços de Saúde

Todas as famílias utilizam a rede pública de saúde, servindo-se do atendimento do Centro de Saúde local ou para casos mais graves, dos hospitais mais próximos. Poucas famílias recorrem a remédios caseiros ou a outros meios de tratamento. Pelas suas condições econômicas, dependem tanto da gratuidade dos serviços públicos e de outros profissionais, como dos medicamentos. Quando isso não ocorre as famílias têm dificuldades de viabilizar o tratamento.

No acesso aos serviços de saúde, o atendimento de crianças e adolescentes são sempre assegurados pelos pais, embora existam famílias em que o adolescente é quem providencia essa busca. Já em relação aos adultos, as mulheres providenciam o atendimento de saúde para os companheiros, no entanto queixam-se que não recebem o mesmo cuidado quando estão doentes. Em um número significativo de famílias há o auto-cuidado do adulto, porém também são encontradas famílias em que os filhos buscam o auxílio e administram os medicamentos para os pais⁶⁹.

⁶⁹ Nestas famílias geralmente a mãe é o único adulto da casa.

O cuidado de saúde é outra tarefa doméstica em que os homens pouco assumem o papel de cuidador, deixando-o ao encargo da mãe. No entanto, constata-se neste caso um envolvimento maior por parte de alguns pais nesta função. O que está associado à preocupação com a saúde dos (as) filho (as).

A maior parte das famílias recebe auxílio quando há algum membro doente. Um número significativo destas solicita auxílio para a rede primária (família e vizinhos) e outras famílias recebem ajuda da Polícia Militar. Corrobora-se nesse caso com Takashima & Souza (1998) sobre o papel social da Polícia Militar nas comunidades pobres, possibilitando as famílias o transporte para as unidades de saúde.

O Acesso aos Serviços de Assistência Social

Entre as políticas sociais mais acessadas pela população, a política de assistência social é a única sem a prerrogativa da universalidade. O que torna o acesso aos serviços de assistência social limitado por uma série de critérios, não sendo capaz de atender a todas as famílias que necessitam. Do grupo pesquisado 02 famílias não recebiam nenhum tipo de atendimento, contando apenas com os serviços de educação e saúde para a proteção de seus membros, não que estas não carecessem desse tipo de auxílio, mas por algum motivo não conseguiram acessá-lo. Contudo, 13 famílias acessaram os programas sociais. Esse total de participação entre as famílias pesquisadas representa um número significativo de inserções em programas, demonstrando que a maior parte delas recebe algum tipo de apoio na provisão do bem-estar de seus membros.

Este índice de inserção nos serviços de assistência social entre o grupo pesquisado é possibilitado pela presença de várias entidades e/ ou programas governamentais e não governamentais na região. Sendo que, estão envolvidas no atendimento das famílias sujeitos dessa pesquisa, 04 programas governamentais e 06 entidades não-governamentais. O quadro abaixo demonstra o número de inserções das famílias nos programas sociais.

QUADRO N° 2
Famílias Atendidas em Programas Sociais no ano de 2004

Programas Governamentais				Programas não-Governamentais	
Número de Famílias	Programas de Transferência de Renda (Bolsa Família/ PETI*	Programa de Atenção Extra- Escolar **	Programas Sócio-Assistenciais* **	Programas de Atenção Extra-Escolar	Programas Sócio-Assistenciais
	11	05	04	04	04

*Trata-se dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal.

** São os programas sócio-educativos de atenção extra-escolar, que ocorrem em período oposto ao da escola.

*** São os programas de atenção sócio- assistencial que disponibilizam benefícios como cestas básicas, medicamentos e outros, bem como realizam trabalhos sócio-educativo e terapêutico com as famílias, tais como Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, Programa Sentinela, entre outros.

Dentre as 13 famílias que recebem algum tipo de atendimento em programas sociais, apenas 02 não estão inseridas em programas de transferência de renda. No entanto, somando este número com as famílias que não recebem nenhum atendimento na área da política de assistência social, tem-se um total de 04 famílias sem receber o benefício do Governo Federal.

A maior parte das famílias, no entanto, está inserida em programa de transferência de renda. Entre estas poucas famílias não apresentam relação de múltipla inserção em outros programas. Dessa forma, pode-se apresentar um panorama da inserção do grupo pesquisado em programas sociais, da seguinte forma: - 02 famílias não recebem nenhum atendimento em programas sociais, 03 são atendidas somente pelo Programa Bolsa Família e 10 famílias recebem atendimentos em programas sociais de entidades governamentais e/ ou não-governamentais e recebem o benefício do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) ou do Bolsa família.

No grupo pesquisado 07 famílias receberam auxílio de programas sociais governamentais no ano de 2004, existindo entre estas, casos de múltipla inserção tanto em relação aos de organizações governamentais, como em relação às organizações não governamentais. Ressalta-se também que a maior participação das famílias são em programas de atenção extra-escolar, logo, se deduz que as famílias necessitam de locais que cuidem de seus (as) filhos (as) enquanto os (as) genitores (as) trabalham.

As Organizações não –Governamentais, a exemplo das governamentais, centram suas ações em programas de atenção extra -escolar, porém têm intervenções também voltadas para o atendimento da família, encontrando-se apenas um número mínimo de entidades que atendem a população com a doação de benefícios, tais como alimentos e artigos de vestuário. Do montante do grupo pesquisado, 07 famílias recebem auxílio de organizações não governamentais. Entre estas, há 03 casos de múltipla inserção com programas governamentais e aparece 01 situação deste tipo entre os programas não-governamentais.

Entre as famílias atendidas por organizações não governamentais, para a maioria o tipo de ajuda que recebe está relacionado ao cuidado dos (as) filhos (as), através do atendimento em programas de atenção extra –escolar, as outras ajudas são possibilitadas por programas de apoio à família e de distribuição de benefícios (alimentos, vale-transporte, medicamentos, roupas, etc.)

Das famílias inseridas em programas sociais públicos ou privados com exceção do Bolsa Família, 03 delas participam de apenas um programa social, sendo que 01 participa de um programa sócio-educativo em meio aberto para crianças, e as outras 02 de programas de assistência à família com a concessão de benefícios de assistência; 06 famílias têm dupla inserção, geralmente, em relação à participação em um programa sócio-educativo e a outros programas de assistência social; e 01 família tem tripla inserção, participando de dois programas sócio-educativo e um de atendimento à família, todos de âmbito privado.

A múltipla inserção é um fenômeno que pode estar associado à focalização e fragmentação dos programas sociais, que se especializam em atender uma demanda específica, não abarcando a totalidade das necessidades familiares. Logo, a família na busca por alguns direitos básicos, “pipoca” de instituição em instituição, onde cada uma atende uma fatia de suas necessidades. Um outro fato constatado para o grupo de famílias pesquisado, e no caso o maior responsável pela múltipla inserção, é a falta de vagas para todos as crianças da família em um só programa de atenção extra –escolar, sendo que uma criança frequenta um programa e a outra frequenta o outro.

Os programas sócio educativos de atenção extra-escolar são os mais próximos da família, pois além de estarem localizados nas comunidades, o tipo de trabalho que desenvolvem proporciona a aproximação com as famílias. Em relação ao tipo de auxílio prestado às famílias, elas relatam que os programas de atenção extra-escolar possibilitam aos pais e mães a inserção no mercado de trabalho, pois acolhem os (as) filhos (as) enquanto eles (as) trabalham, são também uma oportunidade para as crianças não ficarem nas ruas.

Enquanto estão lá, os pais avaliam que os (as) filhos (as) são orientados e têm a oportunidade de acesso a conhecimentos que fora deste espaço não encontrariam. A exemplo, uma mãe relata que o projeto é um lugar bom para seus filhos. Neste, há oportunidades que eles não teriam, caso o projeto não existisse, tais como passeios, atividades de arte, os quais, ela acompanha e inclusive participa. E ainda, há a oportunidade de aprender xadrez, violino, de viajar, entre outros. Cita o exemplo de uma criança da comunidade que ganhou um troféu jogando xadrez. Ela relata que essas atividades são importantes porque permitem às crianças e adolescentes acesso ao conhecimento, possibilitando “uma abertura para o mundo” - a descoberta de conteúdos que no dia-a-dia da comunidade eles (as) não possuem.

Os programas e projetos sócio-educativos na opinião dos pais fazem um trabalho de orientação quanto à educação dos (as) filhos (as), oportunizam as crianças espaços para brincar, fornecem alimentação adequada; além de realizarem encaminhamentos que possibilitam às famílias o acesso a direitos; os programas buscam meios para ajudá-los no processo de desenvolvimento físico, emocional e moral das crianças e adolescentes; há alguns que auxiliam também com a doação de alimentos, fraldas, roupas, material escolar, etc.; enfim, os programas são apresentados pelos pais, como uma fonte de apoio para a família.

Dessa forma, a avaliação das famílias quanto à intervenção dos programas sócio-educativos de natureza governamental no contexto familiar de maneira geral é positiva. As mães expressam que os programas orientam as crianças; elas aprendem a respeitar e tornam-se mais atenciosas; além disto trabalham pela não violência, incentivam as crianças para o bem, repassando valores positivos; dessa forma, ajudam os pais na educação dos filhos. As genitoras também aprovam a atitude dos programas em chamá-las para participar do seu cotidiano, ajudando-os a resolver os problemas que surgem. Uma mãe participante de um programa governamental relata que “antes havia muita briga entre as crianças que freqüentavam o Projeto. Agora isso mudou, pois há bastante participação das mães no dia-a-dia e isto acalmou as crianças, ajudando a acabar com as brigas e modificando o dia-a-dia do Projeto”. Ela relata ainda que, as mães são chamadas a freqüentar o Programa diariamente, para que possam compreender a sua dinâmica e auxiliar no desenvolvimento do trabalho, para que assim, possam criar um ambiente bom e harmonioso para os (as) filhos(as). Elas aprovam também as reuniões que o Programa realiza com as famílias, pois são estas que possibilitam a maioria das pessoas (mães) entender o objetivo do mesmo e a ter uma participação efetiva nele.

As famílias que estão inseridas em programas não-governamentais têm uma avaliação semelhante, porém afirmam que estes estabelecem uma aproximação maior com os familiares

das crianças, principalmente através das visitas domiciliares, pois sentem neste momento, que podem contar com a ajuda dos profissionais que vão até a sua casa, conhecer de perto a realidade familiar e levam à família algum tipo de auxílio, apoio. No momento da visita há maior interação entre família e programa, sendo que as entrevistadas reconhecem que este é um instrumento que possibilita a formação de vínculo e que desta forma, tanto as famílias podem auxiliar o programa na resolução de seus problemas, como este as auxiliam, pois indo nas casas os profissionais adquirem maior conhecimento da sua realidade, sabem o que está acontecendo e podem ajudá-las. Um outro diferencial que apresentam em relação aos programas governamentais, são as reuniões que realizam, as quais atendem aos interesses das famílias. Uma mãe cita o exemplo do encontro de mulheres, onde estas podem aprender, trocar e ajudar o programa na resolução de seus problemas cotidianos. Percebe-se que enquanto os programas de atenção extra-escolar não governamentais organizam-se buscando uma maior aproximação com as famílias, os programas governamentais restringem-se ao cumprimento de suas atividades com as crianças.

O exposto demonstra que há uma participação ativa das mulheres nas atividades promovidas pelos programas, sendo que entre as famílias que os filhos participam de programas sócio-educativos somente 01 declarou não ter participado de nenhuma atividade durante o semestre. O número de participação concentra-se em maior parte em 02 participações por semestre, no entanto, 01 delas participa até 04 vezes por semestre e uma outra tem até 05 participações nesse período. O empenho e participação das mães denotam que na provisão da proteção social, essas mulheres não apenas se ocupam em procurar lugares em que os filhos possam ficar enquanto trabalham, mas também que há a preocupação de que estes estejam atendendo bem seus (as) filhos (as), e, na busca de um atendimento qualificado elas se comprometem com a proposta do Programa e se colocam à disposição para ajudá-los. Elas reconhecem e valorizam esses espaços como um lugar de apoio às famílias.

Embora, a maioria das mães não avalie a participação nos programas como uma sobrecarga de trabalho, e afirme que estes contribuem com aspectos positivos para a organização familiar, alguns estudos apontam a centralização das ações nos objetivos institucionais e a criação de toda uma estrutura de atendimento focada nos indivíduos, recorrendo às famílias para a resolução dos problemas que surgem no cotidiano, principalmente os associados a comportamentos inadequados por parte de crianças e adolescentes. Conforme pondera Miotto, (2000)

Este tipo de organização prevê, por um lado, a adaptação das famílias as suas normas de funcionamento (...). Por outro, exige das famílias uma grande dose de trabalho, tomada como natural e muitas vezes disfarçada sob o rótulo de participação que quase sempre significa participação no trabalho e muito raramente nas decisões (...). Isso mostra que as relações com os serviços podem se constituir em mais um fator de estresse para as famílias, em vez de serem suporte efetivo para gestão da vida cotidiana.

Em relação aos demais programas e serviços em que as famílias participam, por procura espontânea ou por encaminhamentos, há entre o grupo pesquisado apenas 01 situação onde a família se negou a cumprir com as exigências de participação. Os motivos alegados relacionam-se à insatisfação com o serviço oferecido, pois na sua avaliação esta não recebia o auxílio que desejava. A família relata ainda, que o referido Programa não oferece o que ela precisa, apenas quer saber da sua vida e ela não está disposta a falar de si, apenas deseja receber a sua cesta básica. Essa mãe demonstra ainda uma mágoa, pois na sua opinião, a ajuda oferecida chegou tarde demais. Ela afirma que precisava desta, quando o filho consumia drogas. Hoje ele está com a avó em outro município. Embora esta mãe relate não ter recebido ajuda, principalmente do Conselho Tutelar⁷⁰, ela tece outras falas em que demonstra a atuação deste para o atendimento da referida criança, inclusive o encaminhamento para a casa da avó materna.

O depoimento desta mãe destoa entre o grupo de famílias pesquisadas, em que todas as demais famílias participam das atividades a que são chamadas e caso não possam comparecer se apressam em justificar. Mesmo, porque o critério de participação das famílias é uma das exigências nos programas sociais, há que se ter frequência nas reuniões para receber o benefício. Os programas exigem ainda, o comprovante de matrícula e frequência escolar, fiscalizam se há crianças inseridas em trabalho infantil e o cartão de saúde para confirmar as vacinações das crianças. Uma mãe relata que no local onde recebe a sua cesta básica mensal, “eles (os trabalhadores da entidade) avaliam se a família está cuidando bem das crianças, observam se as crianças estão vacinadas e se o acompanhamento médico está em dia”. Avalia, no entanto, que este controle não lhe incomoda, compreende que deve ser dessa forma, para que a entidade auxilie somente quem precisa e não doe alimentos para pessoas que os vendem, o que, na sua opinião, acontece muito. As famílias em algumas situações, para receberem o benefício da cesta básica, têm que comparecer ao local duas

⁷⁰ Órgão de proteção das crianças e adolescentes, que tem por função fazer cumprir o Estatuto da Criança e Adolescente. O Conselho Tutelar presta atendimento às famílias por procura espontânea ou por denúncias.

vezes: a primeira é para levar o cartão de vacinas e de consultas, bem como para serem entrevistados quanto aos cuidados das crianças, quando é agendado também o dia de buscar a cesta. E, o outro momento é quando finalmente recebem a cesta básica.

As famílias relatam que estas exigências ocorrem em todos os programas e além destas, ainda têm que preencher uma ficha, o que só é possível mediante a apresentação de todos os documentos. Dessa forma, embora entre as famílias atendidas nos programas sociais públicos e privados, só duas se manifestem incomodadas com estas questões, percebe-se que os programas sócio- assistenciais com atuação no bairro Monte Cristo são seletivos e focalizados, além de imputarem as famílias uma série de cobranças e/ ou controle aos quais elas têm que cumprir. Observa-se que as cobranças estão direcionadas para o bem-estar de crianças e adolescentes, demonstrando que no que tange as famílias, o Estatuto da Criança e Adolescente está funcionando – ao menos para cobrar da família o que lhe é determinado. Por outro lado, constata-se o quanto a função de cuidar e proteger os filhos está incorporada ao meio familiar, de tal forma que as famílias revelam-se parceiras dos programas sociais, responsabilizando-se, inclusive, pelo cuidado dos filhos (as) quando estes freqüentam os espaços dos programas. Dessa forma, as famílias pesquisadas assumem a responsabilidade de cuidar da sua prole e não fogem as suas obrigações, ao contrário primam por cumpri-las.

A maior parte das famílias atendidas em programas sociais contam com os mesmos na provisão do bem-estar familiar, especialmente no que tange aos cuidados das crianças. Além disto, um número expressivo das famílias confiam nos programas e afirmam que sempre que requerem o auxílio destes recebem algum tipo de ajuda, denotando grande confiança nos serviços em que são atendidas. Logo, a inexistência destes fará falta às famílias, que vêem nesses serviços uma fonte de apoio e, na organização do cotidiano familiar contam com esses para prover a proteção social.

Contudo, o depoimento da mãe com a criança usuária de drogas, associado aos poucos números negativos levantados na pesquisa, pode revelar a falência dos programas sociais para famílias em maior situação de vulnerabilidade social, que passam por situações de múltiplos problemas. Os estudos com famílias que vivenciam essas condições costumam designá-las de formas diferenciadas. Cerqueira, et all (2003, p.144) seguindo outros autores, denominá-las de famílias multiproblemáticas definindo o conceito pela “presença de uma série de problemas que afetam um número maior de membros, podendo variar (tanto na qualidade como na quantidade) dentro de amplas margens (...) maus-tratos, alcoolismo, prostituição, delinquência, insucesso escolar, depressões, doenças crônicas ...” .

Essas famílias normalmente estão ligadas a mais de um programa social, quer seja público ou privado. Estes, sob a forma de programas criados para atender famílias com esta problemática, por vezes, atuam de forma descontraída, sem nenhuma articulação entre as ações e o real universo familiar, nem sempre sendo eficazes para elas, pois, “...o modelo de apoio não se adequa à especificidade das famílias multiproblemáticas pobres, que para além dos problemas graves dos membros, apresentam uma desorganização enquanto sistema” (CERQUEIRA, et al, 2004, p. 12). Nesse sentido, os mesmos estudos de Cerqueira, et al (2003,2004) revelam que a visão das famílias acerca de seus problemas, difere-se em relação aos técnicos (profissionais especialistas na área social), os quais conseguem visualizar um número bem maior de problemas do que a família é capaz de perceber e resolver.

Mioto (2001, p.97) ressalta que historicamente o Estado imputou à família o dever de independentemente das suas condições de vida e vicissitudes da convivência familiar, proteger e cuidar de seus membros. Para a autora “esta crença pode ser considerada, justamente, um dos pilares da construção dos processos de assistência às famílias. Ela permitiu se estabelecer uma distinção básica para os processos de assistência às famílias. A distinção entre famílias capazes e famílias incapazes”. As famílias capazes são aquelas que desenvolvem adequadamente, na perspectiva da sociedade em geral, as funções que lhe são atribuídas. E, as incapazes são aquelas que não correspondem às exigências sociais e requerem a interferência externa. “Ou seja, são merecedoras da ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção de seus membros”. Dessa forma, os profissionais dos serviços, tanto os que atuam na execução, como na elaboração e gestão das políticas sociais, normalmente estruturam suas ações a partir do princípio da incapacidade da família para superar a sua problemática. Nesse sentido, atuam para resolverem as incompetências da família e nessa perspectiva, geralmente não obtêm sucesso no seu trabalho.

Segundo Cerqueira, et al (2004) este significado de incapacidade ou incompetência é compartilhado também pela família, que tende a ver no profissional a possibilidade para a resolução do seu problema. No entanto, as formas de resolução dos problemas propostas pelos profissionais são distintas do que a família espera. Associa-se a isto também, o fato de normalmente serem fragmentadas por especialidades, às vezes sobrepostas umas as outras, fazendo com que a família tenha que comparecer a muitos serviços, o que torna as intervenções profissionais confusas para ela.

... pois as esferas de ação são próximas e há pouca ligação entre os técnicos. Em simultâneo, esta forma de agir centra-se nos indivíduos e

nos problemas, não valorizando todas as possibilidades que residem nas famílias e comunidades (...), nem atendendo ao disfuncionamento do sistema familiar (CERQUEIRA, et al, 2004, p. 13).

Essas questões entre outras, fazem com que a família tenha a impressão de estar recebendo um mal serviço, muito mais punitivo e controlador do que prestador de auxílio, o que faz com que ela não colabore ou não se sinta sujeito desse processo, e por vezes, abandone-o. Corrobora-se nesse sentido, com o trabalho de Miotto (2001, p.100) o qual avalia que “pouco, ou muito pouco, os programas tem-se voltado para as dificuldades cotidianas das famílias na perspectiva de dar-lhes sustentabilidade. Isto para que consigam superar momentos críticos de sua existência e para que não cheguem a vivenciar situações que podemos considerar limites” .

As famílias pesquisadas, em geral conseguem manter uma organização básica que as tornam colaboradoras ativas desses serviços, e para as quais estes conseguem ter uma eficácia. Pode-se afirmar pelo exposto até aqui, que essas são famílias que buscam na rede de atendimento uma forma de superar seus problemas, porém não vivenciam fatores de desorganização familiar, como violência intra-familiar, drogadição, entre outros, ou se estes existem ou existiram, essas conseguiram se reestabelecer de modo que atualmente são capazes de se mobilizar para buscar os recursos da rede secundária e fazer um bom uso destes.

O fato da maioria das famílias participar de programas sociais, já é um indicativo da mobilização e empenho das mesmas para conseguirem a inserção, bem como, a permanência nestes, uma vez que a universalização dos direitos sociais não é assegurada, e as políticas públicas neste âmbito, além de serem focalizadas e seletivas, são também restritas, atendendo minimamente a população. Estas são famílias disciplinadas que conseguem cumprir com as exigências dos programas sociais, participando de suas atividades e atendendo aos critérios estabelecidos. Além disto, apresentam alto grau de participação nas atividades escolares, programas sócio-educativos de atenção extra-escolar, e demais programas sociais, denotando compromisso com as responsabilidades assumidas com a rede de serviços. Isto se evidencia quando estas têm a preocupação de responder uma carta e atender a solicitação de participação em uma pesquisa.

Esses aspectos sugerem famílias com capacidade de organização, que conseguem montar e sustentar toda uma estrutura para prover a proteção social. Dessa forma, embora a participação em programas/ projetos sociais signifique mais obrigações/ funções à família, nas famílias pesquisadas isto não aparece como uma sobrecarga, mas como um aspecto

importante no conjunto da provisão social. Pois, torna-se um momento de aprendizado onde as famílias auxiliam os projetos, mas também são auxiliadas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Dessa forma, para a maioria das famílias, as solicitações dos programas e serviços não são exigências, pois se pautam na questão de que a responsabilidade do cuidado e da proteção é uma função em primeira instância delas; os programas/ projetos e serviços funcionam apenas como apoio/ auxílio. Este tipo de leitura está fortemente impregnado do caráter familista da política social brasileira, que determina à família a responsabilidade pela reprodução social, o Estado age diante da sua falência.

O familismo representa a menor provisão por parte do Estado do bem-estar (ESPING-ANDERSEN, 1999). No Brasil desde que se pensou em instituir medidas públicas de proteção social, a perspectiva do familismo vem prevalecendo. Contudo, a partir da década de 1990, com abertura do país para a política econômica neoliberal esse direcionamento vem se acentuando e cada vez mais se aposta na capacidade da família de operacionalizar cuidados. Assim o Estado direciona suas ações para aquelas famílias que estão em vias de falhar ou falharam na proteção do grupo familiar (MIOTO, 2000, 2001, 2004). Contudo, a idéia de falência da família contraria a crença socialmente instituída de que a família naturalmente é capaz prover cuidados (MIOTO, 2004) e levanta a necessidade de que ela tenha acesso a espaços de proteção.

O alto nível de satisfação e confiança nos programas sociais pela maioria das famílias pesquisadas pode estar relacionado, também, à ótica da subalternidade, muito comum entre os pobres e historicamente determinada/ instituída no Brasil, onde o direito não é reconhecido como direito, mas como favor, o qual é concedido pelos dirigentes políticos, antes que a população perceba-os como uma conquista. As pessoas não reconhecem no acesso à creche, no programa sócio-educativo ou na cesta básica, um direito adquirido, mas a aquisição de um benefício. “Para as famílias, a instituição é benevolente, pois concedeu-lhes um grande favor (a vaga), o que as torna dependentes e subalternas de seus serviços. Nunca irão cobrar um direito seu; ao contrário, são capazes de sentir-se ‘gratas’ pelo favor” (TAKASHIMA, 1998, p.38). As famílias, portanto, ao receberem algum tipo de auxílio, tendem a ter um comportamento de gratidão, não entendendo-o como direito, mas como benefício. O que está associado também ao paternalismo e à benemerência, princípios fortemente arraigados na cultura brasileira. Nesse sentido, por trás da adesão e participação das famílias pode estar também o medo de perder a vaga, e conseqüentemente, o trabalho, o sustento, o meio de resguardar os filhos do perigo das ruas.

Depreende-se, portanto, que o sistema de proteção social brasileiro funciona à medida que a família consegue manter uma estrutura organizacional capaz de atender às exigências, ou seja, este sistema apresenta alguma eficácia para famílias com uma compreensão e uma estrutura básica, que lhes permitem certa autonomia, onde estão embutidos os princípios e valores de que a proteção é função da família. E, para as famílias com maior situação de vulnerabilidade levanta-se um ponto de interrogação, pois nem o Estado, nem a sociedade apresentam perspectivas para elas... Logo, em um contexto de neofamilismo⁷¹, o qual tende a transformar a família na solução para os problemas da sociedade moderna, tornando de âmbito privado atividades que antes eram assumidas pelo poder público (DE MARTINO, 2001), cada vez mais são impostas condições para o atendimento das famílias – no sentido de cumprir com determinações legais e a imposição de critérios de atendimento – interroga-se então, qual o futuro das famílias expostas às situações de vulnerabilidade social.

Até aqui se relatou sobre os apoios que a família recebe no seu cotidiano para se proteger, de quem ela recebe ajuda e o tipo de auxílio recebido. Constatou-se que a proteção do grupo familiar é assegurada através da organização em rede, sendo que todas as famílias em maior ou menor grau auxiliam e são auxiliadas pela rede primária. Associado ao auxílio que recebem dos parentes, amigos e vizinhos a maior parte das famílias conta também com apoios recebidos da rede de serviços. Nesse sentido, a família pobre na provisão da proteção carece de múltiplos auxílios. No item a seguir apresentar-se-á como essas duas fontes de auxílio entrelaçam-se para proteger a família ao longo do tempo de vida familiar.

4.3 A Circulação da Família entre a Rede Social no Exercício da Proteção

As famílias na função de garantir a reprodução social não conseguem sobreviver sem receber apoios, quer sejam estes da rede de serviços e/ ou da rede de relações primárias. De quem recebe ajuda, como e o quanto recebem está associado a diversos fatores, entre estes, como constatou Vasconcelos (2002), há o aspecto da estrutura de classes, o que determina principalmente o tipo de ajuda recebida. Entre os pobres, como se tem observado, a ajuda é essencialmente voltada para os cuidados com a prole e para a sobrevivência. A carência é de alimentos, roupas, medicamentos, necessidades básicas, que tendo sido supridas hoje, amanhã já se impõem novamente e requerem novo auxílio. Por isso, talvez a ajuda entre os pobres seja uma constante, dá-se hoje o que se tem e todos usufruem, amanhã outro dará. Para tanto, as

⁷¹ De Martino (2001) denomina o período a partir da década 1990 de neofamilismo, devido ao direcionamento político e econômico neoliberal assumido pelos países de maneira global.

famílias recorrem tanto à rede de serviços como a rede primária com um mesmo objetivo, garantir a sobrevivência e os cuidados com os (as) filhos (as).

A maior parte das famílias pesquisadas declararam receber outros tipos de auxílio, ao longo do ciclo de vida familiar⁷², além dos que ocorrem cotidianamente. Esses auxílios são fornecidos ou por solicitação da própria família ou espontaneamente pelos familiares. Geralmente, essas ajudas são fornecidas a casais jovens que estão no princípio do ciclo de vida familiar, iniciando o casamento ou com filhos pequenos (menores de 06 anos) ou com crianças em fase escolar. Um número significativo de famílias é auxiliado também no momento da separação conjugal. A maior incidência de famílias no início do ciclo de vida familiar, pode ser decorrente desta ser a fase em que o jovem casal se une e está começando a construir toda uma estrutura, tanto material (casa, móveis, etc.), como emocional. Sendo que, a fase da família com crianças pequenas é também uma das mais difíceis. Nesse sentido, Cioffi (apud Miotto, 2000, p. 218) expõe que “as famílias jovens (chefes com idade média de 32,1 anos) apresentam piores condições de vida que as famílias adultas (chefes com idade média de 44,5 anos) e velhas (chefes com idade média de 59,8 anos) em virtude de características peculiares de cada ciclo”.

Nos momentos de maiores dificuldades as famílias recorrem a outras fontes de ajuda, além daquelas que costumeiramente elas acionam. Os padrões aparecem como o recurso mais acionado nesses momentos, seguidos da rede de parentesco e da rede pública de serviços. Os amigos aparecem em quarto lugar e a rede de vizinhança, juntamente com outras fontes de ajuda (estabelecimento comerciais, igrejas, etc.) são as menos citadas. Nesse aspecto, tem-se um diferencial, pois os auxílios recebidos por padrões superam as ajudas de familiares e, a rede pública de serviço iguala-se a esta. No entanto, a participação dos serviços público não é relevante se for considerado o montante das famílias e também a fase do ciclo de vida em que atravessam (crianças pequenas), momento em que as famílias precisam de maior suporte. A ajuda pública prestada nesta fase às famílias pesquisadas foi justamente em função das crianças. Contudo, considerando, que a ajuda familiar é um recurso utilizado pelas famílias freqüentemente, bem como, ela é uma ajuda esperada e nem sempre vem em forma de auxílio

⁷² Ciclo de vida familiar, segundo Neira (2001), pode ser compreendido como uma seqüência de etapas com relação de sentido e continuidade pelas quais a família atravessa; o ciclo vital se inicia com a formação do casal e termina com a morte de ambos os membros. Cada etapa sugere momentos de tensão e conflito e geram funções familiares específicas a cada um delas. Segundo o autor, o ciclo de vida familiar tem sido descrito pelas seguintes fases: -formação do casal e começo da família; nascimento dos filhos; família com filhos pré-escolares; famílias com filhos na escola; famílias com filhos adolescentes e famílias em etapa média e final da vida. No entanto, há que se considerar que existem variações no ciclo de vida de familiar de acordo com o tipo de arranjo familiar constituído, porém em geral, as famílias passam por etapas de desenvolvimento e cumprem funções específicas a cada uma delas.

material, deduz-se que nesse caso ela tenha aparecido menos, pois corriqueiramente ela ocorre. Sendo dessa forma, menos valorizada que o auxílio recebido por um patrão, o qual não é tão comum. O que está de acordo com a análise de Marin (apud Peixoto, 2005, p.228) “as camadas mais modestas não consideram algumas das pequenas ajudas como um apoio recebido dos parentes”. É interessante observar também, o aparecimento de estabelecimentos comerciais como fonte de ajuda, denotando que a família diante de dificuldades buscam a quem tiver disponibilidade de auxiliar. Principalmente, considerando-se que a ajuda solicitada está no âmbito da sobrevivência e da garantia de condições básicas de vida. A exemplo menciona-se uma família que teve sua casa incendiada e recorreu aos estabelecimentos comerciais em busca de madeiras para construir um novo local para morar, além da solicitação de alimentos.

A maioria das famílias declara que está satisfeita com os auxílios recebidos e há um maior número de auxílios materiais (alimentos, madeiras, móveis, roupas, etc.) recebidos, revelando que as necessidades do grupo de famílias pesquisadas estão no nível da subsistência, havendo momentos em que conseguem suprir as próprias carências e outros em que precisam de intervenções externas ao seu dia-a-dia.

Contudo há ainda, alguns momentos que as famílias carecem de maior auxílio. As famílias que vivenciam situações de crise⁷³ são as mais fragilizadas, é esta, portanto, a fase que necessitam de maior apoio. Pois, a crise é justamente uma situação fora do comum, que foge ao controle da família e que ela precisa despender de outros recursos, distintos do que costumeiramente dispõe. No grupo de famílias pesquisadas, somaram um número maior as situações consideradas de crise associadas à sobrevivência. Ou seja, momentos em que as famílias por algum motivo não tiveram meios de prover as necessidades básicas do grupo familiar. Relataram passar por esse tipo de crise 12 famílias. Entre estas algumas justificaram que nesse período o provedor ou estava desempregado ou doente. Foram considerados outros momentos de crise como, a morte de familiar, o envolvimento do filho com o consumo de drogas, a ocorrência de violência sexual no âmbito doméstico e a separação conjugal. Algumas famílias relataram ter vivenciado mais de uma situação de crise ao longo de sua vida familiar.

Do montante das famílias pesquisadas, um número expressivo declarou ter recebido auxílios em momentos de crise e um número bem menor (03 famílias) afirmou que não

⁷³ Depreende-se de Minuchim, et al (1999) que as famílias passam por situações de crise quando não conseguem encontrar uma saída para a superação de seus problemas. São famílias que estão passando por situações de ansiedade, depressão e irritabilidade, com comportamentos que podem parecer perturbados ou disfuncionais e atravessam por situações recorrentes e dramáticas que provocam geralmente a desorganização familiar.

recebeu ajuda nesse momento ou considerou não ter vivenciado ao longo do ciclo de vida familiar situações de crise. Quando em situação de crise constatou-se que as famílias recorrem a fontes distintas de ajuda e geralmente acabam recebendo algum tipo de apoio, o qual ocorre concomitantemente, como pode ser percebido no quadro abaixo.

Quadro N° 3
De onde vem a ajuda em momentos de crise

- 09 famílias receberam auxílio dos familiares;
- 04 famílias foram auxiliadas por vizinhos;
- 04 famílias tiveram como fonte de apoio os patrões;
- 04 famílias receberam auxílio de pessoas amigas;
- 04 famílias declaram que receberam ajuda dos serviços públicos;
- 02 famílias mencionaram ter recebido auxílio de entidades religiosas.

O quadro revela que a contribuição dos serviços públicos no momento que a família passa por situação de crise (momentos de desemprego, morte de familiar, violência doméstica, envolvimento dos filhos com o consumo de drogas, entre outros) também é mínima, atinge apenas um terço das famílias. E, se considerarmos que a maior incidência de crise são as

situações associadas ao provimento das necessidades básicas, pode-se inferir que o Estado por um lado não atende aos direitos básicos do ser humano, o qual é a garantia das condições básicas de sobrevivência (no caso alimentação) e por outro não atua preventivamente. A exemplo, do que ocorre no cotidiano, observa-se que a ajuda pública quando acontece é pontual e focalizada. O papel das organizações não- governamentais, nos momentos de crise é também praticamente insignificante, aparecendo somente no quadro entidades religiosas, o que pode apontar uma prestação da ajuda no âmbito da caridade e não no campo do direito.

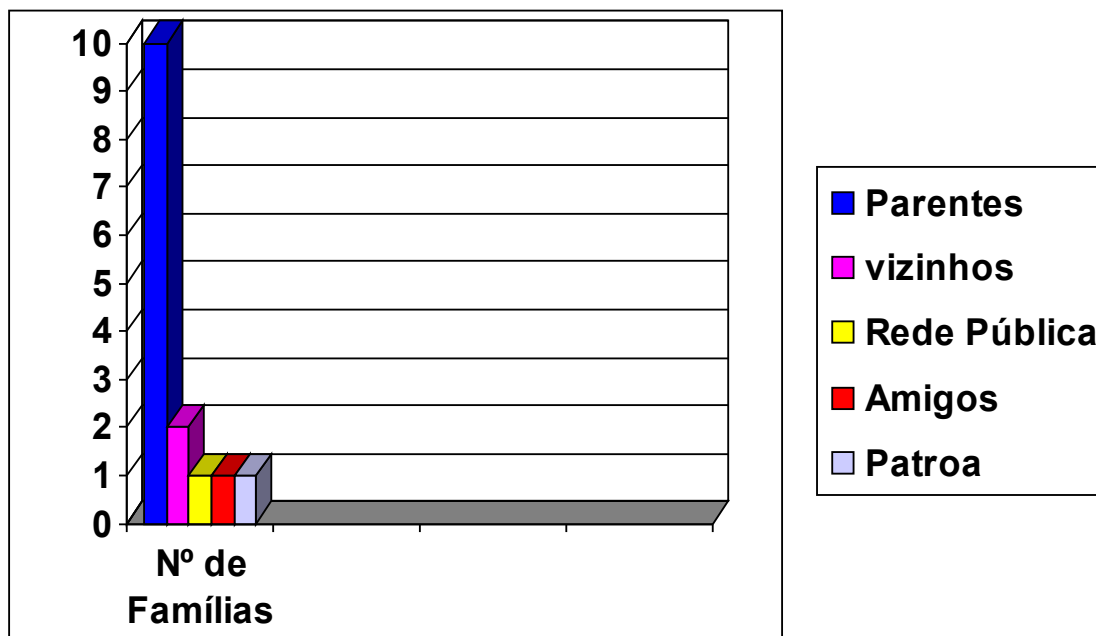
Constata-se que as famílias em momentos de crise têm que contar com seus próprios recursos; e, na organização que empreende para dar conta da provisão social, ela expande a suas relações e solicita auxílio também para padrões. No entanto, os maiores provedores de auxílio continuam sendo os parentes, demonstrando mais uma vez a força dos laços consangüíneos e da solidariedade entre estes.

Analisando-se as situações de crise, as quais passam as famílias e o quanto estas atingem as mesmas, verifica-se que as maiores necessidades estão relacionadas à sobrevivência. Assim a doação de alimentos é a maior ajuda recebida. As outras ajudas foram a provisão de abrigo temporário, cuidado com os filhos, apoio moral, auxílio financeiro, doação de medicamentos, encaminhamentos para empregos e outros.

Através do gráfico é possível visualizar as fontes de auxílio a quem a família recorre com maior frequência.

Gráfico N° 5

Fontes de Auxílio a Quem a Família Recorre com maior Frequência



O gráfico demonstra que a maioria das famílias busca na rede familiar o suporte que necessita para dar conta da provisão do bem estar. Depreende-se que ela se dirige a outras fontes de ajuda, quando os recursos da rede de parentesco se esgotam. Isto está de acordo com a fala que retrata a condição econômica do grupo pesquisado, recorrentemente alguém falava: “minha família é pobre não pode ajudar muito” ou “minha família ajuda com o que pode, porém são pobres, também não têm condições”. O conteúdo das trocas está associado às condições reais da vida de quem troca, perpetuando a pertença de classe (Vasconcelos, 2002). Entre os pobres o que se troca são alimentos, roupas, cuidados, informações, etc.. Logo, o auxílio está no âmbito dos recursos da pobreza, e não altera a condição familiar. É uma ajuda limitada pela condição de classe, vive-se com pouco, passando por privações básicas (as mais citadas referem-se à alimentação). Pois, os pobres com seus poucos recursos não conseguem acessar melhores condições de vida. É nessa perspectiva, que corrobora-se com Cioffi (apud

Mioto, 2001, p. 100) quando expõe que “as condições de vida de cada indivíduo depende menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família”.

Apenas uma família solicita auxílio primeiramente à rede pública de serviços nos momentos em que precisa de ajuda. O que pode estar associado à debilidade da rede secundária no atendimento prestado, à falta de vagas e recursos a oferecer, à precariedade no atendimento, ao desencontro entre o que a família espera e o que os programas tem a oferecer, entre outros. Contudo, o dado revela que a família tem incorporado como sua função a responsabilidade pela proteção e o faz contando, não com a rede de serviços, mas com a rede primária, e só diante da falência dos recursos desta é que aciona aquela. Dessa forma, infere-se que a rede de apoio é primeiramente a rede de parentesco e diante dos poucos recursos a distribuir entre esta, é que buscam outras possibilidades/ ajudas.

Considerações Finais

Ao se abordar a temática da relação família e proteção social percebe-se que este não é um assunto novo, ao contrário atravessa a história da humanidade e está intrinsecamente ligada aos aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais que determinam a vida em sociedade. Pode-se observar através do exposto ao longo desta dissertação, que tanto a família como a proteção social passaram por transformações importantes ao longo dos tempos, com conseqüentes alterações não só sobre a forma de ser e conviver em família, mas também sobre a maneira de exercer a proteção nos diversos âmbitos da sociedade.

Dessa forma, a família hoje apresenta-se, em muitos aspectos, diferente daquela família de 30 anos atrás. No entanto, no que se refere ao papel que lhe foi destinado na reprodução social ela continua com a tarefa de cumpri-lo, não só no sentido de garantir a reprodução da espécie, como também com a função de cuidar e proteger seus membros. O que se constata é que apesar das transformações sofridas no âmbito da família e da proteção social, a sociedade continua reservando à família a responsabilidade pela proteção. Porém, a forma de exercer a proteção social por parte desta apresenta variações de acordo com a porção de responsabilidade que a própria sociedade destina para si, nessa área.

A proteção social historicamente viveu na informalidade, sendo tratada como prática de benevolência e caridade, sendo que, somente no século passado foi elevada a categoria de direito, devendo o Estado assegurá-lo. Contudo, o Estado, que nas sociedades ocidentais desenvolvidas assumiu por cerca de três décadas esse papel, ainda em fins do século XX passa a ter uma intervenção mínima na área da proteção social, e volta a valorizar as tradicionais fontes de proteção, especialmente a sociedade (através da prática da solidariedade) e a família. Nesse sentido, percebe-se que as funções familiares no âmbito da proteção social, não se extinguem de acordo com a maior ou menor participação do Estado nessa esfera, mas podem ser abrandadas, o que pode também aliviar o peso da responsabilidade familiar.

Como se explanou a relação família e proteção social no Brasil é historicamente marcada pela responsabilização da família e por um Estado com altos graus de familismo. Neste país, ao contrário, dos países da Europa Ocidental, nunca houve um sistema de proteção social instituído, porém, a exemplo daqueles, com a adoção da política econômica neoliberal foi declarado a crise do Estado e se pregou a minimização dos investimentos estatais em políticas sociais. Logo, um Estado que já era mínimo em relação a proteção social, passou a ter uma intervenção ainda menor. E, os ventos que anunciavam novos tempos (a Constituição “cidadã” de 1988) sopraram rarefeitos. Atualmente, o que constatamos são uma série de leis (ECA, LOAS, Estatuto do Idoso, entre outras) que legitimam direitos, muitos dos quais o Estado não é capaz de assegurá-los. Essas mesmas leis estabelecem a responsabilidade tripartite (Estado, a sociedade e a família) pela proteção social, contudo, o que constatamos enquanto profissionais de Serviço Social, é um peso maior na direção da família, sendo esta, a âncora principal na garantia da proteção social.

Dessa forma, “conhecer a organização estabelecida pela família para o exercício da proteção social” adquiriu ao longo deste trabalho, uma importância crescente, pois se

constatou também pelos estudos teóricos, que a família não recebe o suporte necessário para prover a proteção de seus membros.

Nesse sentido, os caminhos percorridos ao longo da elaboração desta dissertação mostraram-nos que o conhecimento dos sujeitos com quem trabalhamos é fundamental, para que a intervenção profissional adquira alguma efetividade, especialmente quando se trata de família, pois o olhar profissional direcionado e focado apenas no indivíduo e/ ou nos objetivos institucionais não surtirá bons resultados, nem para a família, nem para a instituição. Conhecer a família a partir da sua própria perspectiva e/ ou conhecê-la por “dentro” adquire especial relevância principalmente, nesse momento em que a família não só é colocada como suporte principal para a garantia da proteção de seus membros, como também é responsabilizada legalmente por isto. Nessa perspectiva, conhecer as famílias significa conhecer os sujeitos com quem trabalhamos, aproximarmo-nos de sua realidade e da forma como no dia-a-dia operacionalizam a proteção social. Esta questão poderá representar uma contribuição para a profissão de Serviço Social (entre outras), pois possibilita a aproximação com os sujeitos sociais, público alvo da intervenção profissional, e permite conhecer o seu modo de vida e organização para criar e recriar possibilidades que levem cada vez mais à consolidação e efetivação dos direitos sociais para todos.

As famílias, sujeitos desse trabalho, foram aquelas que responderam a nossa “carta convite” e aceitaram participar. Isto de certa forma evidencia um perfil: - famílias que dispensam atenção aos assuntos escolares dos (as) filhos (as). Essa questão, associada aos dados de pesquisa, que apontam famílias preocupadas em relação aos cuidados e proteção de seus membros e capazes de cumprir o “contrato” estabelecido com os programas sociais, revela famílias com alto grau de organização e disciplina, ou seja, “famílias disciplinadas”. Constatamos também que essas famílias se esforçam para dar conta da proteção de seus membros e fazem-no da melhor maneira possível, segundo as suas condições. Logo, são famílias que aceitam bem a sua função na reprodução social e naturalizam o seu papel de cuidar e proteger o grupo familiar. Dessa forma, tal função é considerada naturalmente de responsabilidade da família.

Nesse sentido, os dados de pesquisa demonstram que para as “famílias disciplinadas” os programas sociais contribuem para que elas operacionalizem a proteção social. Nessa perspectiva, as famílias retribuem colaborando com os programas e mobilizando-se para assegurar o sucesso dos mesmos, o que significa a manutenção de uma fonte de ajuda. Não percebemos, no entanto, que as famílias tenham envolvimento com a organização comunitária ou que na análise dos programas sociais incorporem elementos da conjuntura econômica,

política e social local ou nacional, denotando uma avaliação realizada a partir das necessidades do grupo familiar e do quanto os programas são capazes de satisfazê-las ou não⁷⁴.

A naturalização da proteção no âmbito familiar é revelada também na leitura que as famílias fazem da ajuda recebida através da rede familiar, em que o cuidado e/ ou o apoio moral e emocional não é contabilizado como tal, mas é visto como uma obrigação moral. Ou seja, a ajuda recebida no cuidado com as crianças ou membros idosos ou apoios em momentos de dificuldades, são incorporados como parte das obrigações familiares e um compromisso que os membros da rede familiar possuem entre si. Dessa forma, constatamos que naturalmente há entre os consangüíneos a obrigatoriedade de cuidar uns dos outros, não sendo este tipo de ajuda reconhecido e valorizado no âmbito familiar, ao contrário da ajuda material (doações, empréstimos, etc.), que se reconhece como uma forma de auxílio.

A naturalização da proteção no meio familiar é evidenciada ainda na análise diferenciada dos auxílios recebidos através da rede de vizinhança e da rede familiar. Entre a rede de vizinhança o apoio a pequenos serviços, cuidados, troca de favores e informações, conselhos, entre outros, são reconhecidos e valorizados, diferentemente do que ocorre entre o grupo de consangüíneos em que esse tipo de ajuda é naturalmente esperado.

Observamos que as “famílias disciplinadas” respondem adequadamente à perspectiva familista do Estado brasileiro. Sendo que, para elas o exercício adequado das suas funções no âmbito da proteção social, não está relacionado apenas à aceitação natural deste e da conseqüente preocupação com o bem-estar dos seus, mas está marcado também por outros fatores, entre estes, a pressão dos órgãos de proteção aos indivíduos (como por exemplo, crianças, adolescentes e idosos), os quais possuem legislações específicas que lhes asseguram direitos e impõem às famílias responsabilidades. A exemplo, menciona-se a pressão ou controle dos órgãos de proteção que operacionalizam o Estatuto da Criança e Adolescente - o qual não permite o trabalho infantil, que crianças perambularem pelas ruas das cidades, que crianças fiquem sem supervisão de adultos, etc - o que instala nos pais o medo de que seus filhos sejam levados pelo Conselho Tutelar⁷⁵. Além disso, há na legislação uma série de determinações a que a família deve seguir, sob pena de responsabilização judicial e perda de direitos, como o atendimento em programas sociais governamentais, o qual somente é possibilitado mediante o cumprimento por parte da família de algumas obrigações (vacinação de crianças, matrícula e frequência escolar, etc.). Dessa forma, percebemos que as famílias

⁷⁴ Apenas uma família se refere a participação na Associação de Moradores local, como também, incorpora elementos da realidade comunitária e municipal na sua avaliação.

⁷⁵ Como profissionais de Serviço Social esta é uma questão que freqüentemente percebemos.

esmeram-se por cumprir as suas obrigações no âmbito da proteção social, porque entendem que esta é a sua função, por preocuparem-se com o bem-estar dos seus, por serem pressionadas para tanto e finalmente por medo de perderem direitos ou até mesmo perderem seus (as) filhos (as).

Através dos dados de pesquisa percebemos que para dar conta de todas as suas obrigações as famílias possuem uma grande sobrecarga de serviços, desde as relacionadas ao sustento do grupo familiar e a tarefa de resguardar os (as) filhos (as) do contexto de violência, até o cumprimento das solicitações por parte dos programas e serviços que participam. Contudo, as “famílias disciplinadas” não avaliam as atividades que os programas e serviços lhes impõem, como uma carga a mais de trabalho, mas como contribuições no processo de educação dos filhos e da própria organização familiar. Buscamos, no entanto, problematizar esta questão evidenciando os poucos números negativos que apontam famílias que não conseguiram atender as solicitações dos programas sociais, bem como, não têm uma avaliação satisfatória dos mesmos. O que visualizamos revela a impossibilidade destes programas atenderem a famílias que não conseguem cumprir com as suas solicitações, indicando que estes estão organizados apenas para o atendimento de famílias capazes de se enquadrarem nas determinações legais. Questionamos dessa forma, como as famílias “incapazes” ou em maior situação de vulnerabilidade, devido aos múltiplos problemas que enfrentam, conseguem operacionalizar a proteção social. Tal questão levanta um indicativo para pesquisas futuras.

Vimos que se as famílias estão sobrecarregadas, esta sobrecarga recai particularmente sobre a pessoa da mulher mãe. São as mulheres as gestoras dos serviços, tanto os que estão centrados no ambiente doméstico, como os que estão relacionados ao espaço público. É a mulher a grande articuladora entre a família e a rede de serviços, é ela quem movimenta a rede de solidariedade familiar e tece as relações com o espaço público em busca de ajuda. Além disto, é a mulher que continua se responsabilizando pela função de cuidado e realização das tarefas domésticas. Estas últimas são essencialmente de responsabilidade feminina, os homens ajudam pouco e não há contribuição de outras pessoas fora do grupo de convivência doméstica. Em relação às funções de cuidados a rede familiar oferece alguma ajuda, sem contudo, aliviar a responsabilidade da mulher mãe nesta função. As crianças não são citadas na execução dos serviços domésticos, porém, à medida que crescem vão assumindo funções na organização familiar, tanto nos serviços domésticos como no cuidado com os irmãos menores. As filhas adolescentes aparecem mais do que os filhos na execução dos serviços domésticos e nas tarefas de cuidados com os irmãos (ãs) menores, denotando a feminização

das funções de âmbito doméstico. O crescimento das (os) filhas (os) provoca então, uma reorganização na dinâmica familiar, onde os pais repassam a elas (es) algumas funções e conseqüentemente diminuem a sua carga de trabalho, especialmente da mãe. Infere-se que nas famílias pesquisadas quem divide as tarefas domésticas e de cuidados com a mãe são as filhas adultas e adolescentes, demonstrando que são as mulheres as gestoras dos serviços e que estes estão centrados na figura feminina.

Deste modo, chamamos atenção para a necessidade de se pensar políticas públicas que levem em consideração a grande demanda de trabalho que a mulher enfrenta diariamente e que sejam capazes de servir de suporte para que esta dê conta de suas funções. Tal questão, não abrange apenas a criação de equipamentos coletivos capazes de realizar a função de cuidado, enquanto a mulher se ausenta do lar, mas exige que se estruture políticas públicas capazes de atendê-la e de valorizá-la como mulher mãe, cuidadora, chefe de família, dona de casa, trabalhadora, entre tantos outros papéis que ela executa.

Constatamos que ao se tratar de famílias não é possível enquadrá-las em modelos pré-determinados, tais como família conjugal, monoparental, recomposta, entre outros, pois os mesmos não conseguem apreender a dinamicidade das relações familiares e a movimentação que estas empreendem ao longo da vida familiar. As famílias podem se organizar sob diferentes modelos, os quais representam um momento específico da vida em família. Percebemos que embora sejam construídos distintos modelos ou arranjos familiares, não é este o fator marcante na definição de quem constitui o grupo familiar. Sendo que, entre o grupo pesquisado observamos em um primeiro momento, a tendência para a delimitação da família em torno do agregado doméstico, contudo, os dados apresentam outros elementos que indicam que a constituição familiar não está restrita ao espaço doméstico, mas aponta para as redes de relações. Nesse sentido, a convivência sob diferentes modelos familiares não dissolve os vínculos com a rede familiar, quer esta esteja restrita a parentes ou aberta para a rede de vizinhança e amigos interligados através da solidariedade e reciprocidade familiar. Dessa forma, o que define a família como rede de relações são basicamente os fatores da consangüinidade e da convivência (as relações morais).

Ao observarmos o perfil das famílias constatamos serem famílias jovens, numerosas e pobres economicamente; com baixo índice de escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho; e, para suprir as suas necessidades básicas carecem do suporte de terceiros. Nesse sentido, os dados mostram-nos que as famílias se organizam em rede com o objetivo de prover o bem-estar de seus membros. Sendo que, a rede social familiar é constituída através das relações de parentesco, de vizinhança e amizade, bem como, da rede de serviços e a

maioria das famílias relaciona-se concomitantemente com redes primárias e secundárias para garantir a manutenção e reprodução do grupo familiar.

Dessa forma, percebemos entre as famílias pesquisadas um forte envolvimento com a rede social de maneira geral. Todas as famílias em maior ou menor grau recebem algum tipo de ajuda. O auxílio recebido modifica-se de acordo com a renda do grupo familiar. Famílias com melhores condições financeiras conseguem prover as necessidades relacionadas ao sustento, dependendo menos da rede social para isto. Neste caso, o auxílio direciona-se principalmente para o cuidado dos (as) filhos (as) e a troca de favores, tais como empréstimo de dinheiro, cheques, conselhos, etc. Contudo, famílias com menor renda necessitam do auxílio da rede social para manter a subsistência do grupo familiar, além do apoio moral, troca de favores e cuidados das crianças. No entanto, de uma forma ou de outra, as famílias contam com esta rede para prover o bem-estar de seus membros – ainda que para muitas, este seja assegurado minimamente.

Na rede social cada sujeito ou instância tem o seu papel. Contudo, espera-se que a ajuda venha em primeiro lugar da rede familiar. É como se existisse uma obrigatoriedade entre esta de prover a ajuda – o que está pautado na obrigação moral, construída socialmente. Isto se apresenta de tal forma que em famílias onde o vínculo entre a rede de parentesco é maior, as relações com os vizinhos são mais raras, existindo basicamente laços de cortesia e para, famílias com relações menos intensas entre os parentes os vínculos com os vizinhos se intensificam. De acordo com o relato das famílias, quem pode auxilia aquele que não pode. Sendo reconhecido quando há o desejo de ajudar, porém, as condições econômicas (e/ ou outras) impedem. Nesse caso, reconhece-se e admira-se a vontade do parente em prover o auxílio. No entanto, como já falamos, entre a rede de parentesco o que se reconhece e se valoriza é a ajuda material.

Para além da rede de parentesco os vizinhos e amigos são considerados a segunda fonte de apoio mais importante, acionados principalmente diante das limitações da rede familiar. Em algumas situações, principalmente em famílias com menos recursos, a rede familiar e de vizinhança funcionam concomitantemente como fonte de ajuda.

A rede primária na vida do grupo familiar aparece com a função de prover as necessidades básicas do cotidiano, são ajudas imediatas que visam principalmente a manutenção do sustento, provendo o que a família mais precisa para dar conta de uma organização mínima para garantir a reprodução social. Dessa forma, a primeira grande ajuda recebida pelas famílias refere-se à manutenção da subsistência. Assim os auxílios giram em torno da doação de alimentos, roupas e informações – quem sabe onde obter recursos indica

ao outro e assim vão tecendo uma verdadeira rede em torno da provisão do bem-estar. O auxílio para prover as necessidades de alimentação aparece como o mais importante. Ressaltamos que as trocas entre os pobres são realizadas dentro dos recursos da pobreza, movidas pelo princípio da reciprocidade. Partilha-se assim, o pouco que se tem, contudo este, para a maioria das famílias não é suficiente para assegurar a provisão do bem-estar, desta forma é preciso buscar outras fontes de recursos.

A rede secundária também aparece como um outro recurso acionado para prover a proteção, denotando a grande necessidade de receber auxílio – sozinhas elas não conseguem se auto-prover. O maior auxílio recebido, através da rede secundária, está no âmbito dos cuidados, sendo constatado a necessidade da ajuda dos programas sócio-educativos nesta função. Infere-se que a grande procura por programas que cuidem dos (as) filhos (as) está associada também (há outros fatores já mencionados) às transformações da vida moderna: - a entrada da mulher no mercado de trabalho⁷⁶ e a diminuição do número de pessoas da rede familiar disponíveis para exercer esta tarefa. A mulher hoje tem muitas funções, e, ainda que o cuidado no meio familiar continue sendo sua responsabilidade, ela não consegue mais cuidar de sobrinhos ou netos, pois já tem que usar de muita versatilidade para dar conta dos cuidados de seus próprios (as) filhos (as). Percebemos que há menos pessoas na rede familiar com quem se pode contar para obter ajudas de cuidados contínuos e sistemáticos, pois a família de forma geral, tem menos tempo para dispor, uma vez que os adultos estão ocupados em assegurar recursos para o sustento. Assim, torna-se difícil encontrar uma avó, prima, madrinha que tenha a disponibilidade de assumir o cuidado cotidiano de crianças, situação que há umas duas décadas atrás ainda era comum se encontrar. Nesse sentido, podemos afirmar a redução da rede primária ou seja, há menos pessoas com quem contar e conseqüentemente a solidariedade e a reciprocidade familiar também se tornam mais restritas. Nessa perspectiva, as famílias precisam de cuidadores públicos, pois a rede primária sozinha já não consegue suprir esta demanda. O que expõe a necessidade de investimentos públicos nesta área.

A terceira grande ajuda acessada são os programas de transferência de renda. O benefício compõe a renda familiar e na sua falta a tendência é que as famílias caiam em situação de penúria, considerando que muitas famílias precisam desse recurso para atingir

⁷⁶ Embora, historicamente no Brasil as mulheres pobres geralmente desempenhem atividades de trabalho remunerado para auxiliar ou até mesmo sustentar a família, em outras épocas, muitas dessas funções ocorriam no próprio ambiente doméstico, como a lavagem de roupas, o trabalho de costureira, entre outros, não impedindo a supervisão dos (as) filhos (as) ou aparentados.

uma renda de R\$ 51,00 (cinquenta e um reais) per capita, sem a qual a fome e a miséria seriam bem mais salientes.

Além dos auxílios para suprir as necessidades de subsistência, cuidados com os (as) filhos (as) e suplementação da renda familiar, outros tipos de ajuda não aparecem de forma significativa entre as famílias.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa podemos concluir, que o acionamento da rede social como um recurso para prover a proteção social acontece em fases diferentes da vida familiar, não ocorrendo somente em momentos de dificuldades e/ ou crise, mas apresenta-se como uma busca cotidiana. E, ainda, que o mesmo se dá basicamente diante de três situações específicas: - a necessidade de subsistência do grupo familiar; a necessidade de proteção de crianças e adolescentes, tanto em relação aos perigos que estão expostas no contexto comunitário, como para suprir a ausência dos pais durante o período em que estão trabalhando; e a pressão dos órgãos públicos de proteção a crianças e adolescentes.

Os dados de pesquisa demonstram que a falta ou a insuficiência dos serviços públicos gratuitos de educação e saúde significa a negação desses direitos, pois as famílias não dispõem de recursos para provê-los de outra forma. A dependência desses serviços anuncia a necessidade da continuidade da garantia de universalização e da luta pela qualidade nos mesmos, tão sucateados e limitados, diante da minimização do papel do Estado na conjuntura atual. No entanto, constatamos que a precariedade desses serviços e principalmente de uma ampla cobertura nesta área, capaz de prover integralmente as necessidades da população, delegam a assistência social mais uma demanda, qual seja a de suprir as faltas destes. Dessa forma, o direito não é construído como tal e as famílias para terem acesso têm que se submeter a critérios de seleção. Assim a política de assistência social supre as necessidades da saúde e educação com relação ao fornecimento de materiais escolar, atuação maciça nos projetos sócio-educativos de horário extra-escolar, provisão de medicamentos, passagens para a realização de consultas e exames fora da comunidade, etc.. Infere-se, portanto, que a saúde e educação, apesar de direitos universalmente garantidos, não suprem as demandas da população usuária desses serviços. Nesse sentido, a construção das políticas públicas no país, ainda tem um longo caminho a percorrer até que seja capaz de garantir a universalidade do acesso, o que, no entanto, não é possível ocorrer sem que o Estado assuma o seu papel na garantia dos direitos sociais de forma equitativa. E, além disso, torna-se necessário que cada política pública supra integralmente as necessidades da população usuária, não se omitindo diante da realidade de pobreza da população brasileira. Somente desta forma, a política de

assistência social poderá assumir a sua especificidade e quem sabe ser efetivada finalmente como política de caráter universal.

Contudo, o que constatamos nesse estudo, são ações pontuais e focalizadas por parte do Estado, incapazes de alterar qualitativamente as condições das famílias e provocar a curto ou médio prazo algum tipo de promoção social. Nesse sentido, reforçamos a urgência de investimentos por parte dos governos em políticas públicas, porém há que se atentar especialmente para a especificidade das famílias em situação de vulnerabilidade social, elaborando políticas sociais com equidade. Dessa forma, compreender a movimentação da família ao longo da vida familiar é vital para a realização de trabalhos que venham ao encontro das necessidades familiares.

Diante do exposto, concluímos que a proteção social está centrada na família, e ela dentro dos seus limites e possibilidades busca corresponder ao papel que lhe é delegado pela sociedade e o Estado. Dessa forma, percebemos que a família vem cumprindo a sua função na proteção social. No entanto, esta é realizada de forma precária, não por falta de empenho e vontade da família, mas principalmente por questões estruturais que privam-nas do acesso aos direitos e às melhores condições de vida. A proteção exercida torna-se, nesse sentido, uma “proteção precária”.

Avaliamos que as reflexões levantadas nesse trabalho podem contribuir particularmente com a profissão de serviço social oferecendo elementos para um melhor conhecimento da população e conseqüentemente uma intervenção profissional de maior efetividade. Além disto, avaliamos que o conhecimento por parte dos profissionais de serviço social dos sujeitos com quem trabalha, possibilita a construção de sólidos argumentos para investir na elaboração e execução de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades da população.

Sabemos que as questões elencadas e aprofundadas ao longo desta dissertação não objetivaram trazer respostas prontas, mas pretendem servir de reflexão para novas abordagens e criações, tanto para os que dedicam-se à área da família, como para profissionais e estudiosos da área social. Nesse sentido, nosso trabalho não se esgota nessas páginas, mas permanece em aberto a outras proposições que possam ser construídas...

Referências Bibliográficas

- ABOIM, S. Evolução das estruturas domésticas. **Sociologia Problemas e Práticas**. Nº 43, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2003. p. 13-30.
- ABOIM, S. & WALL, K. Perfis regionais de mudança familiar:síntese final. **Sociologia Problemas e Práticas**. Nº 43, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2003. p. 97-100.

- ALCANIZ, M. Conciliación entre las esferas pública y privada: Hacia um nuevo modelo em el sistema de gênero? **Sociologia Problemas e Práticas**. Nº 44, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2004. p. 48-69.
- ALMEIDA, M. H. T. A Política social no governo Lula. Disponível em: < www.fflch.usp.br.. Acesso em 08/04/2005.
- ALMEIDA, A. M. (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.
- ARRIAGADA, i. Cambios y desigualdade en las familias latinoamericanas. **Revista de la Cepal**, N º 77, Agosto de 2002. P. 153-161.
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- ARAUJO, C. & SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAUJO, C. & SCALON, C (orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2005, p. 15-77.
- BARROS, N. A . El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, N º 49, Cortez, 1995, p. 177- 132.
- BATISTA, P.N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americano. **Caderno Dívida Externa Nº 6**. PEDEX. SÃO Paulo, setembro de 1994.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. p. 71- 123.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 8069** Dispõe sobre a proteção integral de ‘a criança e ao adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Federal N º 8742** de 07 de dezembro de 1993. dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 10.741** de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. **Portaria Nº 78**, de 08 de abril de 2004. Estabelece diretrizes e normas para a implementação do “Programa de Atenção à Família – PAI(F e dá outras providências.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos da População**. São Paulo, v. 6, nº1, jan-jun. 1989. p. 01-23.
- CAMPOS, M. S. & MIOTO, R.C.T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**., Brasília: UNB, N º 12, jan.- junho, 2000, p. 165 –190.

- CANEVACCI, M. (org.) **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, M.C.B. de. A Priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base tudo**. São Paulo: Cortez , Brasília, D. F., UNICEF, 1994. p. 93-108.
- _____. O Lugar da família na política social. In: CARVALHO, M.C.B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3 ed; São Paulo: Educ, 2000. p. 13-21.
- _____. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A .R. E VITALE, M. ^a F. (org.). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUC- SP, 2003, p.. 267 –274.
- CARVALHO, I.M.M. & ALMEIDA, P.H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, 17 (2), 2003. p. 109-122. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 23/08/2004.
- CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação : precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. **Saúde e loucura: grupos coletivos**. São Paulo: Hucitec. Nº4, 1994. p. 21- 48.
- CLARKE, S. Crise do Fordismo ou Crise da Social – Democracia? **Revista Lua Nova**, São Paulo, N º 24, setembro de 1991, p. 117-150.
- COSTA, A.C.G. A Família como questão social no Brasil. In: KALOUSTAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base tudo**. São Paulo: Cortez , Brasília, D. F., UNICEF, 1994. p. 19-25.
- COSTA, J. F. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal,1979.
- COSTA, S.G. A “invenção de tradições”: a proteção social e os cursos de graduação em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N º 48, Cortez, 1995, p. 58- 68.
- CERQUEIRA, et all.. Os problemas das famílias multiproblemáticas: comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N º 76, Cortez, 2003, p. 143-164.
- CERQUEIRA, et all..Retratos da vida das famílias multiproblemáticas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N º 80, Cortez, 2004, p. 05-32.
- CUNHA, G. & LIMA, E.. M. **Homens e Mulheres Construindo o Caminho para a Libertação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 1992.
- DE MARTINO, M. Políticas Sociales y Familia: Estado de Bienestar y Neoliberalismo Familiarista. **Fronteiras**, Montevideu, Uruguay, n º 4, set. – 2001, p. 103-114.

- DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas/SP, UNICAMP, 1998. p. 09-29.
- DONZELOT, J. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- DRAIBE, S.M. Por um reforço da proteção à família: contribuição á reforma dos programas de assistência social no Brasil. . In: KALOUSTAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base tudo**. São Paulo: Cortez , Brasília, D. F., UNICEF, 1994. p. 19-25.
- _____. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. < www. Conciencia , Br > . Acesso em 22/10/2004.
- ESPING-ANDERSON, G. **Social Foundations of Postindustrial Ecinomies**. New York: Oxford University Press, 1999. Cap IV. (Tradução mimio).
- _____. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, São Paulo, N ° 24, setembro de 1991, p. 84-116.
- _____. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. **Revista Lua Nova**, São Paulo, N ° 35, 1995, p. 73-111.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. 3ed. Lisboa: Presença, 1976. 236 p.
- FARIA, C.A.P. Uma genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social. **Revista da ANPOCS**, Rio de Janeiro, N ° 46, 2 ° semestre de 1998, p. 39-69.
- FERREIRA, M.R. Hacia una politica de la família. In: CARVALHO, D.B. B. de (org.), **Novos Paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB, Programa de Pós- Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002, p. 133- 161.
- FERREIRA, P..M. Tendências e modalidades da conjugalidade. **Sociologia Problemas e Práticas**. Nº 43, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2003. p. 67-81.
- FONSECA, C. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em um vila porto-alegrense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol2, nº 4, jun. 1987. p. 88-104.
- _____. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- _____. **Caminhos da adoção**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GENOFRE, R.M. Família:uma leitura jurídica. In: CARVALHO, M.C.B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3 ed; São Paulo: Educ, 2000. p. 97-104.

- GOLDANI, A.M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 91, 1996.
- GOMES, A. L. O Benefício da prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N° 68, Cortez, 2001. p. 111-139.
- GOULART, A. **Serviço social: revisando a literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 1996.
- GUERREIRO, M.D. Pessoas sós: múltiplas realidades. **Sociologia Problemas e Práticas**. Nº 43, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2003. p. 31-49.
- HARVEY, D. A Transformação Político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **Condição Pós- Moderna**. 6 ed., São Paulo: Loyola, p.115- 184.
- HELLER, A **Teoria de las necesidades em Marx**. 2 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1986. p. 21-41.
- IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**. 2000. Disponível www.ibge.gov.br Acesso em 27/10/05.
- IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**. 2002. Disponível www.ibge.gov.br Acesso em 27/10/05.
- IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**. 2004. Disponível www.ibge.gov.br Acesso em 27/10/05.
- JELIN, E. La tensión entre el repeto a la privacidad y las responsabilidades del Estado. In: **Género, Família y Políticas Sociales: la Tensión entre el respeito a la Privacidad y las Responsabilidades del Estado**. Uruguay, 1997. p. 29-45.
- LIMA, E..M. **Famílias e programas de atendimento a crianças e adolescentes: uma relação que está em construção**. Monografia de Especialização. Florianópolis, 2000.
- LIMA, D. J. **‘Só sangue bom’ construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2003.
- LU VOULO, . Las Famílias en América latina: Diagnóstico y políticas públicas. In: **Agenda Social**, 2001. Disponível em: < WWW.cipp.com.ar >.
- IAMAMATO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de janeiro: Zahar, 1967, p. 57- 114.

- MARTIN, C. Os limites da proteção da família: introdução a uma discussão sobre novas solidariedades na relação família-Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 42, maio de 1995. p. 53-73.
- MARTINS, P. H. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. In: MARTINS, P. H. & FONTES, B. **Redes Sociais e Saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 21-47.
- MEDEIROS, M. **A Trajetória do Welfare State n Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos Anos de 1990** (Texto para discussão n º . 852). Disponível em: www.ipea.gov.com.br. Acesso em: junho de 2004.
- MINUCHIN, P. et all. **Trabalhando com Famílias Pobres**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.
- MIOTO, R.C.T. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Nº 55, Cortez, 1997. p.114-131.
- _____ Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. *Revista Katályssis*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1998. p. 20-26.
- _____ Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4 – o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 217-224.
- _____ Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. **Revista Fronteras**, Montevideu, Uruguay, nº 4, set- 2001. p. 93-102.
- _____ **Assistência social com centralidade na família: superando a focalização em segmentos ou situações de risco**. Florianópolis, 2004 a. p. 0109. Trabalho não publicado.
- _____ **O Trabalho com Redes como Procedimento de Intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços**. 2004 b. (Texto mimeo)
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE Á FOME / SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, nov. 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE Á FOME / SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIAL. **Programa de Atenção Integral à Família. Instruções para celebração de convênios**. 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE Á FOME / SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIAL. Bases políticas e institucionais do Sistema único de Assistência Social – SUAS. 2004.

- MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 87-157.
- MONTALI, L. Relação família-trabalho reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, 17 (2), 2003. p. 123-135. Disponível em: < www. Scielo.br > Acesso em 23/08/2004.
- NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. . In: KALOUSTAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base tudo**. São Paulo: Cortez , Brasília, D. F., UNICEF, 1994. p. 26-45.
- NEIRA, M.H.Q. La fase terminal de la familia em el modelo del ciclo vital. **Revista Fronteras**, Montevideu, Uruguay, nº 4, set- 2001. p. 85-91.
- NOGUEIRA, M.A. A Dialética Estado/Sociedade e a construção da seguridade pública. In: Abong/CFESS/CNTSS-CUT (ogs). Política de assistência social: uma trajetória de avanços e desafios. Subsídios a III Conferência Nacional de Assistência Social. **Cadernos Abong Nº 30**. Novembro de 2001. p. 13-38.
- PEIXOTO, C.E. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAUJO, C. & SCALON, C (orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2005, p. 225-240.
- PEREIRA, P. A .P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N º 48, Cortez, 1995. p. 103- 114.
- _____ A Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.
- _____ **Necessidades Humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____ Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N º 77, Cortez, 2004a. p. 55-62.
- _____ Mudanças estruturais, políticas social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. ; MATOS, M. C.de; LEAL, M.C. (orgs.) **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo, Cortez, 2004. p. 25-42.
- PILOTTI, F. & RIZZINI, I. (org.) **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Santa úrsula, 1995.
- PORTO, M.C. S. Cidadania e “(des)proteção social”: uma inversão do Estado brasileiro? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N º 68, Cortez, 2001. p. 17- 53.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: **Projeto de Urbanização e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes – Projeto Habitar Brasil/ BID**. Ano 2000.
- RAMOS, C.A. & SANTANA, R. **Quão pobres são os pobres no Brasil:1992-2001**. Brasília, 2003. Disponível em: www.unb.br. Acesso em: 27/10/05.
- RIBERO, X. B. Aptitud e inaptitud para el trabajo: transformaciones en los sistemas de proteccón social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N ° 72, Cortez, 2002. p. 91- 118.
- RIZZINI, I. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Santa úrsula, 1997.
- RODRIGUES, G. **No cotidiano da profissão: a prática profissional dos assistentes sociais com famílias**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 2002.
- ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M.C.B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3 ed; São Paulo: Educ, 2000. p. 73-88.
- SANTOS, R. **A Caracterização das famílias beneficiárias do programa de transferência de renda: PETI/ São José**. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro Sócio-Econômico. Universidade Federl de Santa Catarina. Florianópolis.
- SARTI, C. A . **A Família como Espelho**. Campinas. Editora Autores Associados, 1996.
- _____ Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C.B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3 ed; São Paulo: Educ, 2000. p. 39-49.
- _____ Famílias enredadas. In: ACOSTA, A .R. E VITALE, M. ^a F. (org.). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUC- SP, 2003. p. 21–36.
- SEM, AMARTYA. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das letras, 2000. p. 109 -134.
- SIMIONATO, I. Do Welfare State ao Welfare Family: a reforma da assistência social na Itália. **Revista Ser Social**. Brasília: UNB, 12,. Jan.- junho, 2003. p. 145–164
- SILVA, L. M.M.R. **Serviço social e família**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- SPOSSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N ° 68, Cortez, 2001. p. 54 - 82.
- _____ Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N ° 77, Cortez, 2004. p. 31-53.

- _____ Contribuição para a construção do sistema único de assistência social – SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N ° 78, Cortez, 2004. p. 171- 187.
- _____ Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N ° 55, Cortez, 1997. p. 09-38.
- SOUZA, M. P. & TAKASHIMA, G. M.K. A “Cidanização” da mulher em seu contexto familiar: um desafio ético ao Serviço Social. **Revista Katálisis**. Florianópolis, Nº2, Editora da UFSC, 1998. p. 85-90.
- SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M.C.B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3 ed; São Paulo: Educ, 2000. p. 23-27.
- TAKASHIMA, G. M.K. O Desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis- uma questão de postura. In: KALOUSTAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base tudo**. São Paulo: Cortez , Brasília, D. F., UNICEF, 1994. p. 77-92.
- VASCONCELOS, P. Redes de Apoio Familiar e Desigualdade Social: Estratégias de Classe. Análise Social. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. Nº. 163, Vol XXXVIII, 2002. P. 507-544.
- VIANNA, M,L.T.W. **A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas** . 2ed, Rio de janeiro: Revan.
- _____ As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, I. (org.). **O Desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 91-114.
- VITALE, M.A. F.V. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M.C.B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3 ed; São Paulo: Educ, 2000. p. 89-96.
- WALL, K; JOSÉ, J. S.; CORREIA, S. V.. Mães Sós e Cuidados às Crianças. Análise Social. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. No. 163, Vol XXXVIII, 2002. P. 631-663.
- WALL, K. **Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1998.
- _____ Famílias monoparentais, **Sociologia Problemas e Práticas**. Nº 43, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2003. p. 51-66.
- YASBEK, M.C. As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N ° 77, Cortez, 2004. p. 11- 29.
- _____ Assistência social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. In: Abong/CFESS/CNTSS-CUT (ogs). **Política de assistência social: uma trajetória de avanços e**

desafios. Subsídios a III Conferência Nacional de Assistência Social. **Cadernos Abong Nº 30**. Novembro de 2001. p. 39-54.

Outros sites consultados

www.adolescente.psc.br/adolescente/gravidez Acesso em 27/10/05.

www.federativo.bndes.gov.br Acesso em 27/10/05.

ANEXOS

Anexo 01

Formulário de Pesquisa⁷⁷

⁷⁷ Autora Eliéte Maria de Lima- acadêmica do Curso de Mestrado em Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Professores Orientadores: Regina Célia Tamaso Mioto – Professora de Departamento de Serviço Social da UFSC e Manuel R. de O. Lino – Professor do departamento de Informática e estatística da UFSC.

Anexo 02
Autorização para Pesquisa

Anexo 03
Carta Convite